

UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA
Departamento de Psicología y Antropología



TESIS DOCTORAL

**“LA PERSONALIDAD DEL TERRORISTA: UNA
CONTRIBUCIÓN PARA SU COMPRENSIÓN”**

Hernani Manuel Marques de Carvalho

2015

UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA
Departamento de Psicología y Antropología



TESIS DOCTORAL

“LA PERSONALIDAD DEL TERRORISTA: UNA CONTRIBUCIÓN PARA SU COMPRENSIÓN”

Hernani Manuel Marques de Carvalho

CONFORME

Fdo. Florencio Vicente Castro

2015



Tesis Doctoral

**“CONTRIBUTO PARA O ENTENDIMENTO
DA EXPERIÊNCIA VIVENCIAL DO TERRORISTA”**

Tesis doctoral presentada por

D.HERNÂNI MANUEL MARQUES DE CARVALHO

Dirigida por el professor Dr. D.FLORENCIO VICENTE DE CASTRO, Catedrático de
Psicología Evolutiva y de la Educación de la Universidad de Extremadura

Visto Bueno para su defensa

El Director de la Tesis

Fdo. Florencio Vicente de Castro

À minha mulher Ana Rita e aos meus filhos Hernani e Diniz,
pelas ausências e pelas presenças brancas...

À minha saudosa avó Fabiana, por tudo!

Agradecimientos y reconocimientos

Lo primero y más importante de todo, quiero agradecer al Director de esta tesis, Profesor Dr. D. Florêncio Vicente de Castro, que la ha dirigido mediante la promoción de la autonomía y la búsqueda del conocimiento. Gracias por la competencia científica que ofrecía la orientación del curso, la confianza que mostró en este trabajo y las cualidades humanas que se ofreció.

A la Universidad de Extremadura, por darme el gran privilegio de ser su alumno.

Agradezco al profesor Joaquim Maria Quintino Aires, Emérito de la Universidad Clásica de Moscovo, que me hizo revivir y volver a aprender la Psicología. Por toda la confianza e fuerza que se me ofreció. Por su valor científico y por la sabiduría con la que siempre me animó, levantó y me ha guiado en los caminos de la Psicología post-clásica.

Al Profesor Dr. Yuri Petrovich Zinchenko, Decano de la Universidade Classica de Moscovo, que me ha permitido desarrollar mis conocimientos en la Psicología Socio-Historica

Al Profesor Paulo Sargento dos Santos, de la Universidad Lusófona de Lisboa, que tanta Luz me apoyó en las crisis que vivi durante la realización de este trabajo e que me dio tanta luz para terminar lo. Hay deudas de gratitud que non es posible pagar!

A mis compañeros de Instituto Vigotsky de Lisboa que me ayudaron a validar la codificación de los contenidos de las entrevistas

*“Como é que é verdade
aquilo que dizemos que é verdade?”*

Santo Agostinho

ÍNDICE GERAL

Resumo	1
Abstract	3
Introdução	5
Parte I - MARCO TEÓRICO	
Capítulo I. Historia e definições do Terrorismo	
1.1. Dos primórdios do Terrorismo ao CyberTerrorismo	10
1.2. Multiplas concepções e algumas tipologias de Terrorismo	14
1.3. Factores de risco	22
1.3.1. Como é que se adere, permanece e sai de uma organização terrorista?	28
1.3.2. Serão as experiências individuais relevantes para a compreensão ou prevenção do Terrorismo?	37
1.3.3. Como é que a cultura afecta a ideologia e como é que esta age no comportamento do terrorista?	40
1.3.4. O que distingue os extremistas que agem violentamente dos que não o fazem?	46
Capítulo II. Abordagens Científicas do Terrorismo	
2.1. Abordagens Psicológicas	55
2.1.2. O Terrorismo e a Psicologia	55
2.1.2.1. Teoria do Instinto	57
2.1.2.1.1 Psicanálise	57

2.1.2.1.2 Etologia	65
2.1.2.2. Teoria da Motivação	66
2.1.2.3. Aprendizagem Social	67
2.1.2.4. Psicologia Cognitiva	69
2.1.2.5. Psicopatologia	70
2.2. Abordagens Biológicas	75
2.2.1. Factores Neuroquímicos e Hormonais	76
2.2.1.1 Factores Neuroquímicos	76
2.2.1.2 Factores Hormonais	77
2.3. Abordagens Sociais	79
2.4. Em Portugal	80
Capítulo III. Contributos para a Compreensão da Experiencia Vivencial do Terrorista	
3.1. Das Abordagens nomotéticas às Idiográficas	84
3.2. Do Individual ao Social e da Norma à Patologia	87
3.3. Uma visão holística: Do Significado ao Sentido	89
Parte II – ESTUDO EMPÍRICO	
Capítulo IV. Objectivos da investigação	96
Capítulo V. Metodologia	
5.1 Tipo de estudo	98
5.2 Participantes	98
5.3 Recolha de informação: instrumento	101
5.4 Procedimento	103

5.5 Considerações éticas para a realização do presente estudo	103
5.6 Metodologia de análise de informação	104
Capítulo VI. Resultados	
6.1. Caso 1	111
6.1.1. Entrevista	111
6.1.2. Grelha de Análise	116
6.2. Caso 2	103
6.2.1. Entrevista	103
6.2.2 Grelha de Análise	104
6.3. Caso 3	137
6.3.1. Entrevista	137
6.3.2. Grelha de Análise	139
6.4. Análise Integrativa de Resultados	142
Capítulo VII. Discussão	146
Capítulo VIII. Conclusões	153
Referencias	154

Índice de Tabelas

Tabela 1. Percentagem de elementos definidores de Terrorismo	16
Tabela 2. Tipologia de algumas formas de Terrorismo: objectivos	18
Tabela 3. Dimensões do Terrorismo	18
Tabela 4. Dados Sócio-Demograficos de terroristas	20
Tabela 5: Perfil de terrorista sugerido por Russel e Miller	27
Tabela 6. Investigação qualitativa e quantitativa	86
Tabela 7. Características socio-demograficas dos sujeitos	100
Tabela 8. Pré-indicadores e Indicadores, Caso 1	116
Tabela 9. Indicadores e Nucleos de Significação Caso 1	117
Tabela 10. Pré-indicadores e Indicadores, Caso 2	133
Tabela 11. Indicadores e Nucleos de Significação Caso 2	134
Tabela 12. Pré-indicadores e Indicadores, Caso 3	139
Tabela 13. Indicadores e Nucleos de Significação Caso 3	139

RESUMO

Resumo

O objetivo do presente estudo foi o de analisar a experiência vivencial do terrorista e, complementarmente, descrever as interseccionalidades socio-históricas que consubstanciam a sua especificidade. Participaram 3 sujeitos, do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 50 e os 72 anos, que estiveram envolvidos em atividades terroristas no passado. Os participantes foram selecionados a partir de um método de amostragem cruzado (*snowball sampling versus* recurso a intermediários) após definição dos critérios de inclusão no estudo. Foi utilizada uma entrevista, com um libelo estruturado de questões abertas. Os dados foram analisados de acordo com a proposta metodológica da Apreensão dos Sentidos (Significado e Sentido) (Aguar e Ozella, 2006, 2013). Os resultados sugerem que a vivência experiencial do terrorista pode ser compreendida do seguinte modo: jovens adultos, com um determinado background socio-cultural, enquadrado numa determinada realidade e tempo socio-historicos, que servem de justificação para a necessidade de acção (por mecanismos desenvolvimentistas críticos como, por exemplo, a ideologia e o *antistablishment* em face de crise psicossocial identitária) com oportunidades sócio-educativas diferenciadas relativamente ao seu meio de origem, que não referem existencia de períodos de psicopatologia e que hoje se encontram inseridos no que é expectável para o ciclo de vida em que se encontram (adulícia madura ou 3ª idade).

Palavras Chave: Apreensão dos Sentidos (Significado e Sentido); Experiência Vivencial; Terrorismo; Terroristas

ABSTRACT

Abstract

The aim of this study was to analyze the existential experience of the terrorist, and to describe the socio-historical intersectionalities that base their specificity as well. Three male, aged 50 and 72, who were involved in terrorist activities in the past, were assessed. The participants were selected from a cross-sampling method (snowball sampling versus use of intermediaries) after defining the criteria for inclusion in the study. An interview with a libel structured open questions was used. Data were analyzed according to the methodological proposal Senses Capture (Meaning and Senses) (Aguiar and Ozella, 2006, 2013). The results suggest that the existential experience of the terrorist can be understood as follows: young adults, with a particular socio-cultural background, framed in a particular reality and socio-historical time, which serves as a justification for the need for action (for developmental critical mechanisms as, for example, the ideology and the antistablishment in the face of psychosocial identity crisis) with social and educational opportunities differentiated from their environment of origin, which do not mention existence of psychopathology periods and are currently properly inserted in what is expected to the cycle of life they are in (mature adulthood or 3rd age).

Key Words: Existencial Experience; Senses Capture; Terrorism; Terrorists

INTRODUÇÃO

Introdução

A palavra Terrorismo tem uma natureza polissemica. Com efeito, desde as mais remotas referências históricas, com os *Sicarii* Zelotes (Hudson, 1999), até aos dias de hoje e à moderna designação de cyberterrorismo (Hardy e Williams, 2014), passando pela Revolução Francesa, onde foi cunhada a expressão de Terrorismo de Estado, inúmeros enfoques e definições têm sido desenvolvidos e propostos (Parry, 1976). Algumas definições enfocam sobretudo factores individuais, enquanto outras, sublinham factores socio-culturais (Altier, Thoroughgood e Horgan, 2014), consubstanciando uma dicotómia, ou por vezes uma dialética, entre Terrorista e Terrorismo, ou, dito de outra forma, entre a relevância do ator e a relevância do processo. Outras definições, mais centradas no Terrorista, têm procurado desenhar a linha entre o normal e o patológico da personalidade do principal ator do fenómeno (Mastors, 2015)

No plano da Ciência Psicológica, mais do que o Terrorismo, importa estudar o Terrorista. A pessoa que é e a que foi durante essa fase da sua vida. Desde as teorias do instinto Agressivo, do Motor/Motivação, da Aprendizagem Social, das Distorções Cognitivas, passando pela Psicopatologia, às abordagens Neurobiológicas da violência e do comportamento violento, multiplas foram as tentativas para definir características individuais e situacionais do Terrorista.

Contudo, parece que ainda estamos longe de alcançar uma compreensão unificada, quer do Terrorismo quer do Terrorista, na medida em que tais modelos e teorias, ou encontram causalidades (demasiado lineares) no indivíduo, ou na situação, ou restringem o construto a uma das expressões possíveis da violência humana. Ora, quer uns quer outros, permanecem de tal forma na sua abordagem nomotetica que

perdem o acesso a uma dimensão idiográfica que permita uma visão holística do comportamento do Terrorista (Monahan e Skeem, 2014).

É nesta visão holística que sugerimos o paradigma socio-histórico (também designado por Pós-Classico) como o mais adequado à compreensão da experiência vivencial do terrorista (Vigotsky, 1996).

Neste trabalho pretendemos estudar a experiência vivencial do Terrorista recorrendo a uma metodologia da Apreensão dos Sentidos (Significado e Sentido) (Aguiar e Ozella, 2006, 2013), consubstanciada no paradigma socio-histórico de Lev Vigotsky (1996) onde o estudo da palavra e do discurso do Terrorista revelam o sentido que deu ao seu comportamento.

Para cumprir o objectivo proposto, estruturamos o trabalho da seguinte forma:

Parte I: Marco Teórico. Consta dos seguintes capítulos:

- 1 – História e definições do Terrorismo.
- 2 – Abordagens Científicas do Terrorismo.
- 3 – Contributos para a compreensão da experiência vivencial do Terrorista.

Parte II: Estudo Empírico. Consta dos seguintes capítulos:

4 - **Objectivos.**

5 – **Metodología**, onde se expõem os passos levados a cabo para a realização desta investigação: descrição de metodologia, participantes, instrumento de avaliação e procedimentos.

6 – **Resultados.** Apresenta-se a justificação para o tratamento da informação e descrevem-se os resultados obtidos.

7 – **Discussão.** Neste capítulo procedemos à discussão dos resultados obtidos, comparando-os com os obtidos por outros investigadores.

8 – **Conclusões.** Apresentam-se as principais conclusões do estudo

Referencias. Em último lugar apresentam-se as referencias bibliográficas.

PARTE I. MARCO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 – HISTORIA E DEFINIÇÕES DO TERRORISMO

CAPÍTULO 2 – ABORDAGENS CIENTÍFICAS DO TERRORISMO

CAPÍTULO 3 – CONTRIBUTOS PARA A COMPREENSÃO DA EXPERIENCIA
VIVENCIAL DO TERRORISTA.

CAPÍTULO 1. HISTÓRIA E DEFINIÇÕES DO TERRORISMO

- 1.1. Dos primórdios do Terrorismo ao Ciberterrorismo**
 - 1.2. Múltiplas Concepções e algumas Tipologias de Terrorismo**
 - 1.3. Factores de risco**
 - 1.3.1. Como é que se adere, permanece e sai de uma organização terrorista?**
 - 1.3.2. Serão as experiências individuais relevantes para a compreensão ou prevenção do Terrorismo?**
 - 1.3.3. Como é que a cultura afecta a ideologia e como é que esta age no comportamento do terrorista?**
 - 1.3.4. O que distingue os extremistas que agem violentamente dos que não o fazem?**
-

1.1. Dos primórdios do Terrorismo ao Ciberterrorismo

O fio condutor das acções terroristas é o recurso sistemático à violência contra pessoas e bens, visando criar sentimentos colectivos de medo e de insegurança. Chegados ao final da primeira década do Sec. XXI, observamos que os sistemas políticos estão cada vez mais difusos e que a realidade internacional é, mais do que alguma vez na História da Humanidade, multipolarizada. Desde há séculos que abundam os motivos para a destruição, sob a forma dos mais diversos fanatismos, nacionalistas, ideológicos e religiosos. A diferença é que nos dias de hoje, o mais pequeno dos grupos tem capacidade de provocar um tal tipo de danos que, antes, apenas seriam igualáveis por exércitos de estados ou por importantes movimentos revolucionários. Hoje, uma meia dúzia de pessoas pode causar mortes numa escala jamais imaginada. No passado, para causar tais danos com eficácia, um qualquer movimento tinha de ser suficientemente amplo até almejar recrutar um tal apoio que lhe permitisse ganhar autoridade e capacidade de manobra.

Estabelecer os inícios do terrorismo enquanto fenómeno estrutural não é fácil. Contudo, a primeira referência que é possível encontrar na literatura, remete-nos para o ano 48 A.C. Com efeito, como refere Hudson (1999) “A começar em 48 A.C., uma seita de Judeus chamada de Zelotes, realizavam campanhas terroristas para obrigar à insurreição contra os romanos na Judeia. Estas campanhas incluíam o uso de assassinos (sicarii ou homens do punhal) que se infiltravam em cidades controladas pelos romanos e apunhalavam colaboradores judeus ou legionários romanos com uma sica (punhal), raptavam membros do pessoal da Guarda do Templo para pedir resgate, ou usavam o veneno à larga escala. A justificação dos Zelotes para matar outros judeus era que as mortes demonstravam as consequências da imoralidade de colaborar com os invasores romanos e que os romanos não podiam proteger os seus colaboradores judeus.” (p. 12). Os Romanos consideravam-nos criminosos e regulavam este crime por recurso ao que

podemos, também, apelidar de primeira lei anti-terrorismo, em 81 A.C.: *lex cornelia de sicariis et veneficis* (Amielanczyk, 1996). A propósito da justeza deste fenómeno, Santo Agostinho (2006) já estabelecera a distinção entre guerras justas e os combates contra marginais, umas com regras, as segundas sem restrições. Aprofundando esta perspetiva, S. Tomás de Aquino (2010) até definiu que os três princípios para travar uma guerra justa seriam: a autoridade do príncipe, um ataque só àqueles que o mereciam e a convicção dos atacantes de que fariam o Bem e assim evitariam o Mal. A utilização de uma violência rebelde para derrubar uma ordem política encontra-se ao longo da História. Já Platão (2001) e Aristóteles (2004) viram na tirania a pior forma de exercício de poder. Se um tirano é quem captura o poder sem legitimidade, a sua morte representa o fim dessa ilegitimidade. Mas a doutrina do bem gerado pelo sangue é de tal forma transversal que vai de Cícero às Cruzadas, dos soldados de Maomé aos perseguidores de heréticos, como São Domingos (Faria, 2008). Os revolucionários de 1789 também afirmaram a violência como força purificadora. Aliás, a noção de Terrorismo de Estado é uma herança do período robespierriano da Revolução Francesa (Parry, 1976). Hegel (1988) defendeu a violência como a forja necessária das sínteses ciclópicas da História e Marx (2008) definiu-a como a parteira das sociedades. O super-homem de Nietzsche (2010) também tem o direito de utilizar a violência e para Trotsky (2009) a violência é mesmo a única força criadora da História. Lenine (2011) fez depois a apologia da luta, sangrenta ou não, violenta e pacífica, contra as forças do velho mundo. Para todos estes, sem violência, nada de belo nasceria entre os homens. Facto é que o terrorismo, preterido por um Estado, apenas por um indivíduo ou organização, existe. E tem uma história quase tão antiga como a do próprio homem. Mas, tal como os seus praticantes, o terrorismo têm mudado com o tempo, quer pelos motivos quer pelas causas (Bjørger, 2005; Crenshaw, 1981; Hoffman, 1999; Horgan a), 2003; Laquer, 2003; Lia e Skjølberg, 2000; Post, 1990; Richardson, 2013). No séc. XIX, grupo anarquista russo

Narodnaya Volya populariza-se pelo assassinato do Czar Alexandre II (Laquer, 1977), sendo que este tipo de motivação política é repetida pelos anarquistas portugueses com o Regicídio de 1908. No decurso do séc. XX, outra perspectiva motivacional emergiu: a dos grupos separatistas/nacionalistas em diversas regiões do continente europeu (ex. ETA, em Espanha e IRA na Irlanda do Norte). No final do séc. XX e nos alvares do séc. XXI afirmou-se o terrorismo religioso fundamentalista (ex. Al Qaeda e Estado Islâmico). Na verdade, ao longo das duas últimas décadas tornou-se evidente que muitos grupos terroristas são menos motivados por objectivos políticos concretos e mais por fanatismos étnicos, apocalípticos e religiosos (Horgan, 2003b; Salib, 2003; Sageman, 2004). Contudo, já na segunda metade do séc XX, se desenvolviam novas motivações para o terrorismo, não políticas, não religiosas e não ideológicas: o narcoterrorismo. Esta motivação para o terrorismo resulta de uma expressão económica de interesses relativos a grupos sediados fundamentalmente na América Latina (Björnehed, 2004) ou serve, muitas vezes, como fonte de receitas para fomentar outras expressões terroristas, como por exemplo o financiamento de certos grupos fundamentalistas islâmicos, como por exemplo a Al Qaeda (Goodell, 2014).

Recentemente, com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, surge uma outra forma de terrorismo: o ciberterrorismo (Manap e Tehrani, 2012). O termo foi inicialmente cunhado por Collin (1997) para designar as associações entre terrorismo e ciberespaço. Esta forma de terrorismo constitui um recipiente capaz de albergar todo o tipo de motivações e transporta o fenómeno para uma dimensão global (quer pelo recrutamento quer pelas acções).

Se o terrorismo não fôr combatido diariamente pode tornar-se uma máquina de assassínio em série quer de um Estado, quer de um pequeno grupo desta era tecnológica. Um terrorista pode ser apelativo, apesar da sua violência e crueldade. Na década de 30 do século XX, o herói de milhões de explorados no Brasil, o capitão Lampião, torturava

mulheres idosas e dizimava, quer trabalhadores rurais quer polícias. Financiou o seu grupo através de raptos e de assaltos a bancos. O medo infligido era a sua arma principal, embora parecesse ser um libertador aos olhos da maioria explorada pelos proprietários rurais. O assassino de *Elisabeth*, a imperatriz da Áustria, usou como arma uma chave de parafusos em segunda mão, que custou dez centavos. O desvio dos três aviões a jacto que provocaram as tragédias do *World Trade Center* não custou mais de 100 dólares por cada um dos piratas do ar envolvidos. A tecnologia moderna tornou-nos capazes de matar à escala das dezenas de milhões. Só o número invulgar de baixas no coração do país fez com que os Estados Unidos da América desencadeassem uma campanha internacional contra o terrorismo. Dos refugiados (à força) de Timor-Leste para Timor Ocidental (Carvalho, 2000; Carvalho, Araújo, Vegar e Alvarez, 2000), das marchas forçadas dos arménios, dos tártaros da Crimeia enviados para a Sibéria, dos habitantes de Phnom Penh, à fuga provocada dos gregos da Turquia, ou dos refugiados Saharais em campos “libertados” na Argélia, e dos hutus do Ruanda, milhões de pessoas foram forçadas a refugiar-se em acampamentos improvisados no século XX sem esperança de regressarem à sua terra natal (Crenshaw, 2001).

Tolerar o terrorismo ou a prática do terror não é uma virtude. Entendê-lo é uma obrigação.

1.2. Múltiplas Concepções e algumas Tipologias de Terrorismo

Apesar de se conhecerem os seus efeitos, ainda não foi possível uma definição consensual internacional sobre Terrorismo. Nos finais dos anos 80 do século XX, Strentz (1981, Dupuy, 2004) já descreviam mais de 100 definições de terrorismo que apareciam na literatura científica. A ausência de uma definição de terrorismo aceita pela comunidade internacional resulta dos conflitos de interesses de cada Estado e isso ficou bem claro na Cimeira Euro-Mediterrânica de Barcelona (Novembro de 2005), isto, dez anos depois de uma anterior, com os mesmos países, onde também não tinha sido

possível encontrar consenso. Nem os políticos nem os cientistas se entendem. Alguns investigadores, como Schmid e Jongman (1988), Roberts (2015) e Richards (2014), consideram haver provavelmente poucas áreas na literatura das Ciências Sociais em que tanto se escreve na base de tão pouca investigação. Talvez até oitenta por cento da literatura não seja baseada na investigação no sentido rigoroso do termo (Schmid e Jongman, 1988).

Sem uma definição *standard*, dificilmente será possível acumular sistematicamente um corpo de conhecimento. Silke (2001) reviu sistematicamente toda a investigação sobre terrorismo publicada entre 1995 e 1999. Mais de oitenta por cento dos artigos eram “em bruto” ou baseados em informações tiradas de fontes dos média, com menos de vinte por cento a fornecer novos conhecimentos substanciais baseados em dados previamente indisponíveis. Mais, apenas um pouco mais de três por cento dos documentos de investigação nas mais importantes publicações de terrorismo envolviam a utilização de análise por inferência. Os artigos sobre terrorismo raramente contêm estatísticas, e quando as têm, há cinco vezes mais probabilidades que sejam apenas estatísticas descritivas. Apenas um artigo em trinta publicados nos últimos cinco anos incluiu análise por inferência. Há várias razões para esta falta de inquéritos empíricos: a dificuldade em ter acesso a terroristas como sujeitos para investigação (porque podem estar presos, mortos ou escondidos) e a dificuldade de os investigadores académicos acederem a informações ou dados com classificação de segurança. Alguns dos contributos académicos sobre terrorismo têm ficado aquém da expectativa, faltando por vezes «conhecimentos factuais da matéria em apreço». Muitos são demasiado teóricos para terem aplicabilidade e alguns são demasiadamente especulativos para serem fiáveis (Merari, 1991). A uma década do fim do século, Post (1989) garantia que a nossa compreensão da psicologia do terrorismo está numa fase primitiva, e em 2001, Andrew Silke concluiu que o nosso conhecimento do terrorismo é mais que certamente

deficiente mas a matéria não mostra uma capacidade clara de melhoria da situação. Depois de trinta anos de estudo, devíamos, pura e simplesmente saber mais de terrorismo do que o que sabemos actualmente.

Quanto aos critérios definidores de Terrorismo, Schmid e Jongman (1984) e Schmid (2004) estudaram diferentes explicações académicas do fenómeno e analisaram a frequência com que algumas palavras apareciam nas definições e explicações propostas. Nos dois estudos realizados (um com 109 e outro com 165 explicações académicas) encontraram dez fatores de maior relevância estatística, que constituem a tipologia apresentada na tabela 1.

Tabela 1. Percentagens de elementos definidores de Terrorismo

Schmid e Jongman (1984) (n=109) %	Ordenação	Schmid (2004) (n=165) %
Violência e Força 83,5%	1	Carácter Político 68%
Razões Políticas 65%	2	Terror dirigido à população 59%
Medo, com terror enfatizado 51%	3	Ameaça 42%
Ameaça 47%	4	Coerção 38%
Efeitos psicológicos e reações 41,5%	5	Civis 36%
Diferenciação vítima/alvo 37,5%	6	Táctica, Estratégia 35%
Intenção, plano, sistematização e organização 32%	7	Ilegal, Criminal 30%
Estratégia, Tactica e Operação 30,5%	8	Demonstração 28%
Ausência de constrangimentos humanitários 30%	9	Comunicação 27%
Indução, Coerção e Extorsão 28%	10	Acção psicológica 12%

A partir de um ponto de corte de 50%, é possível constatar que as palavras mais frequentemente utilizadas como elementos definidores de terrorismo são: Violencia e Força, Questões Políticas, Terror e Medo.

Em qualquer abordagem que pretenda caracterizar o Terrorismo acabamos sempre por encontrar dois aspectos fundamentais: Selectivo, cujos alvos são entidades e objectivos ou grupos específicos previamente seleccionados, e Sistemático, que engloba as pessoas e objectivos, sem distinções, actuando em intensidade crescente e em amplitude cada vez maior. Assim, e relativamente a estes dois aspectos definidores, Victoroff (2005), resumindo as perspectivas de Badey (1998) e Laqueur (1999), sustenta que: o Terrorismo envolve sempre agressão contra não-combatentes e a acção terrorista, em si mesmo, não pressupõe que o terrorista obtenha um objectivo político mas, que, em vez disso, influencie uma audiência-alvo, mudando o comportamento desta em função dos seus objectivos.

Desenvolver uma tipologia de Terrorismo é uma tarefa complexa e algo controversa tendo em conta a multiplicidade de actores e variáveis em jogo. Shultz (1980), por exemplo, enuncia sete variáveis fundamentais para tipificar situações de Terrorismo: causas, meio ambiente, objectivos, estratégia, meios, organização e participação.

Outras tipologias enfatizam sobretudo as questões político-religiosas, como é o caso de Post (2004): social-revolucionário ou de Esquerda, de Direita, nacionalista-separatista, extremista religioso e temático (por exemplo, defesa dos animais). A tabela 2 apresenta uma súmula para uma tipologia de algumas formas de terrorismo relativamente aos seus objectivos.

De forma mais compreensiva, Victoroff (2005) propõe um conjunto de variáveis para a classificação de diversas dimensões de Terrorismo cuja súmula pode ser observada na tabela 3.

Tabela 2. Tipologia de algumas formas de Terrorismo: objetivos.

Nacionalistas	Desenvolvem acções em nome da independência de um determinado território. Suportam o separatismo que pretendem em passados históricos, políticos, culturais ou religiosos.
Religiosos	A violência como forma de defesa da Fé.
Patrocinados	Instrumentalizados ou desenvolvidos por estados ou organizações multinacionais, como utensílios de uma determinada política externa. Na prática, são formas baratas (do ponto de vista económico e/ou , político) de intervir em conflitos.
De Esquerda	Subvertidos pelo sistema revolucionário que pretende aglutinar a causa marxista. A violência preconizada pela doutrina revolucionária é muito apeladora a grupos terroristas propensos à conquista do poder.
De Direita	A maioria intervém no próprio país. Intrometem-se em questões externas apenas quando consideram que o seu país está ameaçado
Anarquistas	Ainda que longe dos partidos, encontram neles os suportes ideológicos que justificam as suas acções

Tabela 3. Dimensões do Terrorismo

Variável	Classificação
Número de prepetadores	Individual <i>versus</i> Grupal
Patrocínio	Estado <i>versus</i> Subestado <i>versus</i> Individual
Relação com a autoridade	Contra o Estado/ Anti-establishment/Separatista <i>versus</i> Pró Estado/ Pro-establishment
Local	Nacional <i>versus</i> Transnacional
Estatuto Militar	Civil <i>versus</i> Paramilitar ou Militar
Motivação Espiritual	Secular <i>versus</i> Religiosa
Motivação Financeira	Idealística <i>versus</i> Empreendedora
Ideologia Política	Esquerdista/Socialista <i>versus</i> Direita/Fascista <i>versus</i> Anarquista
Papel Hierárquico	Patrocinador <i>versus</i> Líder <i>versus</i> Gestor Intermédio <i>versus</i> Seguidor
Disponibilidade para Morrer	Suicida <i>versus</i> Não Suicida
Alvo	Propriedade (incluindo dados) <i>versus</i> Indivíduos <i>versus</i> Multidões
Metodologia	Bombardeamento, Homicídio, Rapto/Tomada de Reféns, Envenenamento em massa, Violação, Outros (por exemplo, o Bioterrorismo Ciberterrorismo)

Assim, apesar das heterogeneidades entre as actividades terroristas, o Terrorismo tradicional é aparentemente e sobretudo uma «ferramenta» para chamar a atenção para a uma causa, que normalmente visa políticos, militares e agentes das forças de segurança, de acordo com os objectivos políticos declarados e reivindicados. Uma praxis que se «reforça» sempre que se pretendem negociações, reivindicações ou a libertação de operacionais do grupo actuante. Este tipo de terrorismo raramente se envolve em matanças indiscriminadas, até porque este outro tipo de acção repugnaria as opiniões públicas, o que se poderia vir a revelar antagónico à causa. Mas o termo Terrorismo, mesmo fechando o círculo ao mundo político, pode ser permanentemente polémico. Yasser Arafat era terrorista ou defensor da liberdade do seu povo? Nelson Mandela era terrorista ou líder do movimento anti-apartheid? Xanana Gusmão era terrorista ou comandante da luta pela independência de Timor-Leste? E verdade, das armas dos seus homens, saíram acções tidas como tal. A resposta depende sempre do momento e do ângulo com que se observa a pergunta. Sobretudo, no, denominado, terrorismo político. Mas, será sempre assim? Então, perguntemo-nos: quem são os terroristas? Quais as suas características sócio-demográficas?

A este propósito, um conjunto de estudos (citados por Victoroff, 2005) apresentam alguns dados relevantes para estas questões. A tabela 4 resume as principais características socio-demográficas de terroristas a partir de nove estudos.

Como se pode verificar pelos estudos citados na tabela 4, o perfil sócio-demográfico básico é o seguinte: jovens adultos, na sua maioria com origem em classes média e média alta.

Ora, tal perfil é substancialmente distinto do estereótipo que atualmente consubstancia o perfil do terrorista: essencialmente, sexo masculino e extremista religioso (Aziz, 2009; Saleem & Anderson, 2013; Witteborn, 2007) ou, mais

recentemente, o lobo solitário (Eby, 2012; Feeldman, 2013; Moskalenko & McCauley, 2011).

Tabela 4. Dados Socio-Demográficos de terroristas (tomada de Victoroff, 2005)

Autores (ano)	Participantes operacionais	Idade	Classe Social
Russel e Miller (1983)	350 membros de 18 grupos Europeus, do Médio-Oriente, América do Sul e Japão (Actividade 1966-76)	Entre 23.2 e 31.3	>2/3 de classe média ou média-alta
Clark (1983)	48 membros activos da ETA (Actividade 1970)	24 (média)	28% classe baixa 30% classe média
Weinberg e Eubank (1987)	451 Terroristas italianas	60% 20 aos 29	35% estudantes 43% administrativos ou professores; 7% indiferenciados; Num subgrupo de 27, os pais eram 10% operários e 41% classe media alta
Strentz (1988)	Terroristas nos EUA, anos 1960 e 70, grupos de esquerda (n, ND)	Líder 25-40; Seguidor 20-25	Classe Média
Strentz (1988a)	Medio Oriente (Actividade anos 1980) (n, ND)	17-23	Desempregados Indiferenciados
Handler (1990)	161 Ala Direita (AD) e 119 Ala esquerda (AE) activos nos EUA, (Actividade nos anos 1960 e 70)	ND	AD 74,8% operários, 18,3% administrativos. AE 24,3% operários, 15% administrativos
Hassan (2001)	Cerca de 250 elementos Hamas ou membros da Jihad (Actividade 1996-99)	18 – 38	Maioria Classe média
Pedhzur, Perliger e Weinberg (2003)	80 Palestínianos suicidas	24,5 (media)	Media do Estatuto socioeconómico 5,97(de 1=alto a 10=baixo)
Sageman (2004)	102 terroristas islâmicos da Arábia Saudita, Egipto, França, Argelia, Marrocos e Indonésia	Idade Média de adesão 25,7	18% classe alta, 55% classe media, 27% classe baixa

Legenda: ND =Não disponível; n=Dimensão da Amostra; AD=Ala Direita, AE=Ala esquerda; EUA= Estados Unidos da América; ETA= Euskadi Ta Askatasuna

Tais estereótipos parecem emergir de dois momentos fundamentais: o ataque às torres gêmeas em Nova Iorque York, em Setembro de 2001, e o “massacre” de *Utoya*, protagonizado por Anders Breivik. Mais recentemente ainda, com a emergência do recrutamento pelas redes sociais, como no caso do Estado Islâmico ou ISIS (Islamic State of Iraq and Syria), o terrorista deixa de estar situado numa determinada região geográfica (Robbins, 2014) e o seu perfil é essencialmente o do jovem adulto seduzido por ideologias ou extremismos religiosos (Weimann, 2014). Ainda assim, todas estas tipologias concordam na identificação de certos subconjuntos comuns aos membros do grupo terrorista, incluindo: um líder carismático ideológico, um bando de acólitos que são atraídos para as metas e ideais do grupo e um ou mais operacionais para a realização do «trabalho sujo» motivados pela emoção, pelo lucro, ou alguma combinação de motivos pessoais (Miller, 2006).

Assim, se antes poderíamos ceder à tentação de definir Terrorismo como o uso do terror e da violência com objectivos políticos, nos finais do sec XX, a associação do terrorismo ao crime organizado deu origem a organizações com capacidade para decidir o destino político de vários países (Crenshaw, 1992). A globalização do terrorismo revela a incapacidade das sociedades para o combater. A acção terrorista é hoje uma espécie de criminalidade dotada de um eficaz vector de guerra psicológica que actua, sempre, protegido por um determinado manto ideológico, religioso ou não. Um refinado método de violência política orientado, geralmente dirigida contra objectivos civis. A violência é na maioria das vezes aleatória e indiscriminada.

O objectivo principal de qualquer grupo é manter a sua própria existência ou sobrevivência como um colectivo. Tal como em todos os colectivos sociais, também nos grupos terroristas ocorrem vulnerabilidades endógenas (desconfiança, inactividade, competição pelo poder, discordâncias diversas) e exogenas (apoio externo, campo de abrangência e conflito entre grupos). O sucesso do terrorismo, a longo prazo, depende

da capacidade de atrair e doutrinar um fluxo constante de jovens novos recrutas. Surpreendentemente, pouca análise ou investigação foi levada a cabo sobre recrutamento terrorista. Os terroristas centram o seu recrutamento onde são mais profundos e persistentes os sentimentos de privação. As redes sociais e relações interpessoais fornecem ligações fundamentais para o recrutamento para as organizações terroristas. Os recrutadores terroristas eficazes identificam ou imputam ao projecto um sentido de urgência e de iminência para «fechar o negócio». Os líderes eficazes de organizações terroristas conseguem manter um sistema de crença colectiva e organizacional. Conseguem controlar o fluxo de comunicação, manipular objectivos propostos e desviar o conflito para alvos externos (Zinchenko, 2009; Quintino-Aires, 2009).

1.3. Factores de Risco na Violência e no Terrorismo. O perfil terrorista

Para além das abordagens de base teórica, os investigadores em Psicologia têm tentado aplicar modelos estatísticos para explicar a violência e identificar os seus previsores. Esta linha de investigação tem vindo a dar algumas evidências positivas em factores de risco para comportamentos violentos. A utilização de factores de risco em ciências comportamentais é um conceito com origem no domínio da Saúde Pública, especificamente nas disciplinas de Epidemiologia. Tecnicamente, um factor de risco é definido como um aspecto do comportamento pessoal ou estilo de vida, uma exposição meio ambiental ou uma característica hereditária ou congénita, que, na base da evidência epidemiológica, é conhecida por estar associada estados relacionados com a saúde e que se considera importante prevenir (Fine, 2015). Aplicado a este tema, será qualquer factor que, quando presente, torne a violência mais provável do que na sua ausência (Abadie, 2004). No entanto, esta definição nada implica no que toca à relação de causa – efeito. É possível identificar factores de risco sem uma clara compreensão dos factores causais a partir dos quais estes operam. Daqui resulta que actualmente se

disponha de uma enorme base de dados de conhecimento empírico sobre factores de risco na violência, mas raras sejam as explicações das suas causas. Delinquência juvenil, problemas familiares, personalidade anti-social, internamento hospitalar, historial de violência, adaptação institucional, historial criminal adulto, celibato. Centenas de estudos em psicologia, criminologia, sociologia e outras ciências comportamentais têm apresentado factores de risco para a violência (Hudson, 1999). Os factores de risco têm sido classificados de forma genérica como pertencendo a duas categorias: estáticos e dinâmicos. Os factores de risco estáticos são os que são históricos, por exemplo, um início precoce de violência, ou disposicionais na sua natureza, como o género, e que é pouco provável que se alterem com o passar do tempo. Os factores dinâmicos são tipicamente individuais, sociais ou situacionais, que na verdade se alteram frequentemente, como atitudes, associados e altos níveis de stresse, e que por conseguinte podem ser mais flexíveis a modificações por intervenção. Em boa verdade, se cedermos à tentação de aplicar estes factores para determinar o risco de um determinado sujeito ser terrorista, é pouco provável que aqueles se revelem úteis na previsão. Ainda que o terrorismo seja uma forma de violência, os factores de risco tendem a operar de forma diferente em idades diferentes, em grupos diferentes, e para tipos específicos diferentes de comportamento violento. Por exemplo, os factores que são previsores de comportamento violento num membro de gangue urbano com toxicoddependência, diferem objectiva e frequentemente dos que são previsores de violência entre pedófilos predadores, ou na perpetração de violência doméstica. A maior parte da investigação sobre factores de risco em ciências sociais tem-se centrado na previsão de “riscos gerais de violência”. Estes representam a probabilidade de um indivíduo poder enveredar por qualquer acto agressivo contra qualquer pessoa durante um período específico de tempo. Essa não é a questão que se coloca em avaliações potencial ameaça ou risco de comportamento terrorista (Laqueur, 2003). A maior parte

das pessoas que tem factores de risco de violência nunca enveredarão pelo terrorismo. Ao contrário, muitos terroristas conhecidos, incluindo alguns líderes no terreno dos ataques de 11 de Setembro, não tinham tão grande número de factores de risco geral de violência, ainda que se estivessem a preparar activamente para encetar verdadeiros actos de terrorismo.

Não podemos usar com razoabilidade os factores de risco para a violência em geral para prever um ataque terrorista ou detectá-lo num indivíduo. Nenhuma teoria ganhou predominância como modelo explicativo para todos os tipos de violência. A violência terrorista é na maior parte das vezes deliberada (não impulsiva), estratégica e instrumental. Está ligada e justifica-se com objectivos ideológicos, políticos ou religiosos. Envolve quase sempre um grupo, múltiplos actores e apoiantes. Todas estas questões acrescentam complexidade à construção do terrorismo como uma forma de violência e desafiam a emergência de uma teoria explicativa unificadora.

A maior parte das pessoas que tem factores de risco de violência nunca enveredarão pelo terrorismo. Ao contrário, muitos terroristas conhecidos, incluindo alguns líderes no terreno dos ataques de 11 de Setembro, não tinham tão grande número de factores de risco geral de violência, ainda que se estivessem a preparar activamente para encetar verdadeiros actos de terrorismo. Não podemos usar com razoabilidade os factores de risco para a violência em geral para prever um ataque terrorista ou detectá-lo num indivíduo. Nenhuma teoria ganhou predominância como modelo explicativo para todos os tipos de violência. A violência terrorista é na maior parte das vezes deliberada (não impulsiva), estratégica e instrumental. Está ligada e justifica-se com objectivos ideológicos, políticos ou religiosos. Envolve quase sempre um grupo, múltiplos actores e apoiantes. Todas estas questões acrescentam complexidade à construção do terrorismo como uma forma de violência e desafiam a emergência de uma teoria explicativa unificadora.

Ainda que a possível existência de uma “personalidade terrorista” contenha algum apelo intuitivo, está ainda assim vazia de qualquer apoio empírico. Até o mais breve estudo da história do terrorismo revela quanto o fenómeno é variado e complexo, e portanto, quão fútil é tentar atribuir características psicológicas simples, globais e gerais a todos os terroristas (Reich, 1990). O que complica ainda mais este esforço é o facto de os terroristas poderem assumir muitos papéis diferentes – apenas alguns dispararão a arma ou detonarão a bomba. A “personalidade” dum financeiro pode ser diferente da de um administrador ou estratega ou da de um assassino. A pesquisa de Taylor e Quayle (1994) procurou explorar se algumas diferenças sistemáticas podem ser vistas entre aqueles que entram no terrorismo e aqueles que o não fazem. No entanto, a sua investigação levou-os à conclusão de que o terrorista activo não é visivelmente diferente em termos psicológicos dos não terroristas, não havendo qualidades especiais que caracterizem o terrorista. Quase uma década depois, Horgan (2003b) examinou mais uma vez as provas de investigação cumulativa na busca de uma personalidade terrorista e concluiu que no contexto de um estudo científico de comportamento, que implica pelo menos um sentido de rigor, estas tentativas de estabelecer a presença de uma personalidade ou perfil terrorista são despiciendas. Tal parece ser a conclusão de consenso entre os investigadores que estuda o comportamento terrorista. Com algumas excepções, por exemplo, Feuer (1969), a maior parte dos observadores concordam que ainda que os traços de personalidade latentes possam certamente contribuir para a decisão de se virar para a violência, não existe nenhum conjunto único de atributos psíquicos que expliquem o comportamento terrorista (McCormick, 2003). No entanto, Marsella (2003) ainda espera que os estudos psicológicos clássicos precoces sobre o autoritarismo, dogmatismo, tolerância da ambiguidade, preconceito, confiança, alienação, conformidade, e outras predisposições e inclinações pessoais possam ainda fornecer uma base conceptual sólida para os esforços contemporâneos.

O termo e conceito de “profiling” acabaram por ter muitos significados diferentes. No contexto do debate que se segue, o termo “profiling” não é utilizado para referir o tipo de análise de investigação criminal que foi aperfeiçoada por membros da Unidade de Ciências Comportamentais do FBI. Esse tipo de “profiling” de investigação procura examinar as provas físicas e comportamentais de um crime depois de ele ter ocorrido, e com base nessa informação, retirar ilações a propósito das características potenciais da pessoa que cometeu o crime. Os serviços de contra informação do terrorismo tratam no entanto da identificação e interrupção de uma actividade terrorista antes que ela ocorra, o que coloca um desafio operacional muito diferente. Pelo exame das características das pessoas que cometeram actos terroristas no passado, particularmente se em grandes números, houve quem tenha partido do princípio de que deveria ser possível delinear uma composição de traços demográficos e psicológicos comuns que seriam usados para detectar um terrorista. Na verdade, Horgan e Taylor (2001) sugerem que uma abordagem popular do terrorismo por parte do mundo académico tem tentado traçar o perfil de terroristas quer no sentido psicológico, quer através da dimensão sociopolítica. Um dos perfis mais abrangentes e conhecidos, e mais frequentemente citado nestes estudos é o perfil desenvolvido por Russell e Miller (1983) baseado numa compilação de dados publicados envolvendo 350 indivíduos terroristas, quadros e líderes através de 18 grupos terroristas diferentes, palestinianos, japoneses, alemães, italianos, turcos, irlandeses, espanhóis, iranianos, argentinos, brasileiros e uruguaios que estiveram activos no período compreendido entre 1966 e 1976. O protótipo derivado da sua composição descrevia um homem jovem, solteiro, com 22 a 25 anos de idade, urbano, oriundo de famílias de classe média-alta com alguma formação universitária e provavelmente tendo uma filosofia política extremista. Até a mais rápida das reflexões deveria revelar o problema que a maior parte dos indivíduos que entram nesta descrição geral não são terroristas e nunca cometerão um

acto de agressão terrorista. O problema de significado igualmente grave que poderia advir desta sua utilização é no entanto, que há e haverá gente que está a planear e preparar um ataque terrorista e que não encaixa neste perfil (Borum, 2004). Silke (2003) avisa que “a crença de que o “profiling” pode fornecer uma defesa eficaz também subestima seriamente a inteligência das organizações terroristas. Na verdade, os grupos terroristas sofisticados tais como a Al Qaeda, procuram conhecer o “tipo” de pessoa que irá atrair suspeitas e irá recrutar e utilizar operadores que desafiem este preconceito. O perito da Al-Qaeda, Rohan Gunaratna (2002), documentou que a organização recruta membros de 74 países diferentes e de pelo menos 40 nacionalidades. Se o perfil é o guarda-fogo de quem coloca uma ameaça, quem tem a seu cargo a defesa sofrerá uma pesada derrota por parte de um inimigo conhecido mas com ar de desconhecido. A tabela 5 apresenta um perfil sugerido por Russel e Miller (1983)

Tabela 5: Perfil de terrorista sugerido por Russel e Miller (1983)

Idade	Entre os 22 e os 25 anos
Sexo	80% das operações são conduzidas e lideradas por homens
Estado Civil	Na maioria solteiros
Urbanos/rurais	A maioria dos terroristas são urbanos, nasceram ou vivem há muito tempo em áreas urbanas
Estatuto socioeconómico	Predominam as classes médias e superiores para membros e líderes
Formação	2/3 têm pelo menos alguma formação universitária
Local de recrutamento	As grandes universidades são os locais de recrutamento por excelência
Filosofia política	As três tendências em jogo nas organizações terroristas na altura eram o anarquismo, o Marxismo-Leninismo e o nacionalismo

Em suma. De acordo com a literatura revista, não é possível afirmar com consistência que existe uma personalidade terrorista, ou um perfil específico, preciso, psicológico ou outro, do terrorista. Mais ainda, só os traços de personalidade não tendem a ser bons previsores do comportamento. Procurar compreender o terrorismo

estudando os traços de personalidade terrorista é uma área provavelmente votada ao fracasso para mais investigação e inquérito.

1.3.1. Como é que se adere, permanece e sai de uma organização terrorista?

Enquanto as primeiras investigações pareciam centrar-se quase exclusivamente de alguma forma no “porquê” dos indivíduos se tornarem terroristas ou se comprometerem com o terrorismo, as questões da investigação neste domínio, enformadas por algum grau de experiência, tornaram-se mais precisas e mais funcionais. Horgan (2003a) ajudaram a enquadrar a investigação do futuro, em parte, fazendo melhores perguntas. Implícita na pergunta do “porquê” estava a premissa de que tornar-se terrorista envolvia uma escolha discreta de mudar de estatuto. As observações operacionais e sociais de numerosos terroristas e grupos extremistas, sugeriam no entanto, que o recrutamento e envolvimento, tipicamente não aconteciam dessa forma. Na verdade, tal como Horgan e Taylor (2001) notaram que o que sabemos dos terroristas actuais sugere que raramente existe uma decisão consciente de se tornarem terroristas. Muito do envolvimento no terrorismo resulta de uma exposição e socialização graduais em direcção a um comportamento extremo. Procurando um melhor enquadramento dentro do qual examinar a questão do “porque se torna um indivíduo terrorista”, Crenshaw (2001) sugere, por exemplo, que “a questão de porque persistem os terroristas apesar dos riscos envolvidos e da incerteza da recompensa é uma questão importante”. Mais ainda, ela nota uma elevada taxa de atrito dentro das organizações terroristas, o que já de si pede uma maior compreensão de como e porquê saem alguns indivíduos das organizações terroristas ou até mesmo desistem desse tipo de comportamento. Os psicólogos Horgan e Taylor (2001) estruturaram as questões de uma forma muito perspicaz para os investigadores em terrorismo, inspirando-se nos contributos da criminologia teórica e de desenvolvimento para considerar o

envolvimento em terrorismo como um processo que compreende várias etapas discretas para se tornar num terrorista, ser um terrorista, (ou o que pode ser consolidado como ambos a) permanecer envolvido e b) passar a actos terroristas e c) desligar-se do terrorismo. Sugerem aqueles que pode ser então feita uma distinção fundamental ao analisar os factores em acção nas diferentes fases de tornar-se, permanecer e sair ou terminar o envolvimento.

Entre os factores psicológicos chave para compreender se, como e que indivíduos numa determinada envolvente (ambiente) vão entrar num processo de se tornarem terroristas, estão os motivos e a vulnerabilidade. Por definição, “motivo” é uma emoção, desejo, necessidade fisiológica ou impulso semelhante que age como um incitamento à acção, e “vulnerabilidade” é a susceptibilidade ou fraqueza de sucumbir a persuasão ou tentação. Presume-se muitas vezes a motivação de cada qual como sendo “a causa” ou ideologia do grupo. No entanto, como nota Crenshaw (2001), a imagem popular do terrorista como um indivíduo motivado exclusivamente por compromissos políticos intransigentes e profundos, obscurece uma realidade mais complexa. Essa realidade é que aquilo que o motiva a juntar-se a uma organização terrorista e a comprometer-se com o terrorismo varia consideravelmente através de vários tipos de grupos e também dentro dos próprios grupos e pode alterar-se com o tempo. Crenshaw (2001), sugere que existem pelo menos 4 categorias de motivações entre os terroristas: 1) a oportunidade de acção; 2) a necessidade de pertença; 3) o desejo de estatuto social; 4) a aquisição de uma recompensa material. Post (1990) foi mais longe sugerindo mesmo que o terrorismo é um fim em si próprio, independentemente de quaisquer objectivos políticos ou ideológicos afirmados. O seu argumento é que, a causa não é a razão. A causa, tal como codificada na ideologia do grupo, de acordo com esta linha de raciocínio, torna-se no racional dos actos que os terroristas são levados a cometer. Na verdade, o argumento central desta posição é que, os indivíduos tornam-se terroristas

para se juntar a grupos terroristas e cometerem actos de terrorismo. A busca da compreensão das vulnerabilidades não deve ser confundida com a procura da “personalidade terrorista”. Horgan (2003b) enquadrou a questão da vulnerabilidade da forma talvez mais útil e lúcida como “factores que apontam para que várias pessoas tenham uma maior “abertura” a um compromisso aumentado do que outras”. Baseado num estudo da literatura existente, três temas parecem ser proeminentes e contínuos; a injustiça, a identidade e a pertença. Estes temas estão também relacionados com a potencial abertura ou vulnerabilidade de cada um.

Injustiça

A injustiça percebida foi já há muito tempo reconhecida como um factor central na compreensão da violência geral e específica do terrorismo. Já nos meados dos anos 70, Hacker (1976) concluía que “a injustiça reparável é uma motivação básica para o terrorismo”. Um desejo de desforra ou vingança é uma resposta vulgar para reparar ou remediar um dano de injustiça cometido sobre outrem. Não é difícil de imaginar que uma das mais fortes motivações por detrás do terrorismo seja a vingança, particularmente o desejo de vingar não a si próprio, mas outros. A vingança pode ser específica ou difusa, mas é um motor obsessivo que é um motivo poderoso de violência contra outros, particularmente pessoas que, se pensa serem responsáveis por injustiças.

Identidade

A identidade psicológica de cada qual é um sentido estável de si mesmo e uma segurança com determinação nos seus próprios valores, atitudes e crenças. Do ponto de vista do desenvolvimento a sua formação ocorre tipicamente numa crise de adolescência ou da jovem idade adulta, é tumultuosa e emocionalmente desafiadora. No entanto, segundo Crenshaw (2001), o desenvolvimento bem-sucedido da identidade pessoal é essencial à continuidade e integridade da personalidade. A procura por parte de um indivíduo da sua identidade pode arrastá-lo para organizações terroristas ou extremistas

de muitas maneiras. Uma delas pode enquadrar-se naquilo a que o psicólogo Jim Garcia chama “apropriação de identidade” (In: Crenshaw, 2001), onde um papel e conjunto de ideais e valores (uma identidade) são adoptados sem um exame crítico pessoal. A natureza absolutista “preto e branco” da maior parte das ideologias extremistas é frequentemente atraente para aqueles que se sentem esmagados pela complexidade e pelo stresse de navegar num mundo complicado. Neste processo, uma variante é aquela em que um indivíduo define a sua identidade simplesmente através da pertença como membro do grupo. Na sua essência, a identidade pessoal de cada qual é fundida com a identidade do grupo, sem sentido ou necessidade de individualidade ou singularidade. Tal como Johnson e Feldman (1992) sugerem, ser membro de um grupo terrorista fornece um sentido de identidade ou pertença àquelas personalidades cujo sentido subjacente de identidade tem uma falha. Um mecanismo semelhante é aquele em que a busca desesperada de um significado pessoal empurra o indivíduo para que este adopte um papel de fazer avançar uma causa, com pouca ou nenhuma análise cuidada ou consideração do seu mérito. O indivíduo resolve a difícil questão do “quem sou eu?” definindo-se simplesmente como um “terrorista”, um “combatente da liberdade”, “shahid”, ou um papel semelhante. Taylor e Louis (2004) descrevem um conjunto clássico de circunstâncias para o recrutamento numa organização terrorista: jovens que se encontram numa altura da sua vida em que olham o futuro com a esperança de encetarem um comportamento com sentido, que seja satisfatório e os faça avançar. As suas circunstâncias objectivas incluindo de progresso são virtualmente inexistentes; encontram alguma orientação para a sua identidade religiosa colectiva, mas a desvantagem desesperada da sua comunidade deixa-os perdidos e com um sentimento de marginalizados, sem uma identidade colectiva claramente definida.

Pertença

Em grupos extremistas radicais, muitos terroristas em perspectiva encontram não só um sentido de significado, mas também um sentido de pertença, ligação e afiliação. Luckabaugh, Fuqua, Cangemi e Kowalski (1997) argumentam que entre os potenciais terroristas a causa real ou motivação psicológica para aderir é a grande necessidade de pertença. Para estes indivíduos alienados, à margem da sociedade, juntar-se a um grupo terrorista representa o primeiro verdadeiro sentido de pertença depois de uma vida inteira de rejeição, o grupo terrorista tornando-se na família que nunca tiveram. Este forte sentido de pertença tem uma importância crítica como factor de motivação para aderir, como razão obrigatória de permanência e como forte influência para agir. Volkan (referido por Marsella, 2003) argumentou que os grupos terroristas podem fornecer uma segurança de família subjugando a individualidade à identidade de grupo. É criado um ninho de protecção que oferece abrigo dum mundo hostil. As observações sobre o recrutamento terrorista mostram que muitas pessoas são influenciadas a aderir pela procura de solidariedade com a família, amigos ou conhecidos (Della Porta, 1995), e que, para indivíduos que se tornam terroristas activos, a atracção inicial é muitas vezes pelo grupo ou pela comunidade de crentes, mas do que por uma ideologia abstracta ou pela violência (Crenshaw, 2001). Na verdade, é a imagem desta forte coesão e solidariedade entre grupos extremistas que os torna mais atractivos do que outros colectivos pró sociais, como forma de encontrar a pertença (Johnson e Feldman, 1992).

Por muito importantes que possam ser estes factores de motivação, tal como Hoffman (1999) observa, para compreender plenamente o processo de se tornar num terrorista, a motivação não pode ser considerada de forma isolada da oportunidade. Ou seja, as pessoas seguem um caminho para, e muitas vezes, através, da radicalização ao terrorismo e às organizações terroristas. O caminho pode ser diferente para pessoas diferentes, e pode ser afectado por uma vasta série de factores. Bandura (2004) observou mesmo que o caminho para o terrorismo pode ser moldado por factores

fortuitos bem como por influência conjunta de predilecções pessoais e induções sociais. A transição para o tornar-se terrorista, raramente é súbita e abrupta. Aquilo que sabemos dos actuais terroristas sugere que raramente existe uma decisão consciente de se tornar terrorista. A maior parte do envolvimento no terrorismo resulta de uma exposição e socialização gradual em direcção a um comportamento extremo (Horgan e Taylor, 2001). Luckabaugh, Fuqua, Cangemi e Kowalski (1997) são de opinião que este é um dos poucos pontos gerais de acordo no domínio dos estudos sobre terrorismo, declarando que é geralmente aceite que os terroristas não nascem (tornam-se em) da noite para o dia. Seguem um processo geral de alienação social ao aborrecimento, seguido de dissidência e protestos ocasionais antes de finalmente se virarem para o terrorismo. McCormick (2003) refere-se a isto como “a abordagem de desenvolvimento” que tem sido avançada de várias formas por muitos autores (Bandura, 2004; Crenshaw, 1992; Della Porta, 1992; Friedland, 1992; Knutson, 1981; Sprinzak, 2001). Nesta perspectiva, o terrorismo não é o produto de uma decisão única, mas antes o resultado final de um processo dialéctico que empurra gradualmente um indivíduo em direcção a um compromisso para com a violência através do tempo. Um processo toma forma dentro de uma envolvente política mais vasta envolvendo o estado, o grupo terrorista, e a auto designada constituição política do grupo. A interacção destas variáveis no estabelecimento de um grupo é utilizada para explicar porque é que os indivíduos se viram para a violência e pode eventualmente explicar acções terroristas. Quais são as exactas naturezas e progressão deste caminho? Dada a grande diversidade na motivação, vulnerabilidade e oportunidade para o terrorismo, pode não existir um caminho único ou resposta genérica para o que se poderia aplicar a todo o tipo de grupos ou a todos os indivíduos. No entanto, têm sido envidados vários esforços para articular uma sequência geral de fases, acontecimentos ou questões que se possam aplicar através dos tipos de grupos. A questão aqui é como se desenvolvem, se

radicalizam e finalmente se traduzem em justificações ou imperativos para a utilização da violência as ideologias extremistas? Um primeiro modelo desenvolvido por Frederick Hacker (1983) enquadrava a progressão em três fases. A primeira fase envolvia uma consciencialização de opressão. A segunda marcava o reconhecimento de que a opressão era “social” e portanto, não inevitável. A terceira era um ímpeto ou compreensão de que era possível agir contra a opressão. E, no final desta fase, há quem conclua que trabalhando através de advogados/intermediários (ex: funcionários escolhidos) ou dentro do sistema para “reformular” ou melhorar não irá surtir efeito e que a auto-ajuda pela violência é o único meio efectivo de mudança. Trabalhos ulteriores de Eric Shaw (1986) exploraram a existência de “um caminho de desenvolvimento comum pelo qual os terroristas entram na sua profissão. As quatro fases: 1) Processos precoces de socialização; 2) Insultos narcisísticos (um acontecimento crítico na vida que afecta negativamente a auto-imagem ou a auto-estima); 3) Acontecimentos em escalada (muitas vezes uma confrontação com a polícia sendo vista como uma provocação percebida); 4) Ligações pessoais a membros de grupos terroristas (que aumentam a oportunidade, acesso, e incentivam os indivíduos a entrarem num grupo terrorista).

Baseado numa análise de múltiplos grupos militantes extremistas com um leque de ideologias diversas, Borum (2004) observa que, efectivamente parece haver um conjunto de marcadores ou fases observáveis comuns a muitos indivíduos em grupos extremistas e aderentes zelosos de ideologias extremistas, tanto a nível interno como no estrangeiro. Este processo começa por enquadrar algum acontecimento ou condição insatisfatória como sendo injusta. A injustiça passa a ser culpa de uma política dirigida, pessoa ou nação. A parte responsável, percebida como ameaça, é então vilipendiada, muitas vezes até demonizada, o que facilita a justificação da agressão. Ele descreve o desenvolvimento de ideias extremistas e a sua justificação da violência em quatro fases definidas de forma simples. Ainda que o modelo possa ter algum valor

heurístico, não é estatisticamente derivado. Parece também dar uma resposta melhor à questão do extremismo violento, do que à questão do extremismo ideológico de forma mais lata.

Contexto – Não está certo - Privação Social e Económica

O ponto de partida é a uma queixa ou sentido de insatisfação, pertencendo regra geral a alguma restrição ou privação como tal percebida na envolvente do indivíduo. A natureza da condição indesejável pode variar, mas quem a experimenta, percebe-a de alguma maneira como inimiga (Crenshaw, 2001).

Comparação - Não é justo - Desigualdade/ Ressentimento

Uma condição indesejável não é necessariamente injusta. As percepções de injustiça advêm geralmente quando um indivíduo acaba por ver a condição de contrariedade num contexto em relação às suas próprias expectativas ou como essa condição afecta ou não os outros. É um conceito semelhante ao de Ted Gurr (1968) de “privação relativa” que ele define como a percepção de discrepância do “actor” entre as expectativas de valor (os bens e condições de vida a que as pessoas acreditam ter justificadamente direito) e as aparentes capacidades de valor da sua envolvente. Uma percepção vista como injusta permite que apareçam sentimentos de ressentimento.

Atribuição - A culpa é do próprio - Culpa

Lerner e Miller (1978) fala refere-se a um fenómeno como “a hipótese do mundo justo”, uma condição humana na qual, os indivíduos têm necessidade de acreditar que vivem. Um mundo onde as pessoas têm aquilo que merecem, e onde merecem aquilo que têm. Se elas próprias são vítimas de injustiça, então, partem do princípio de que a culpa dessa condição é de alguém que não elas. Ao atribuir culpas, quem acumulou ressentimentos tem agora um alvo a quem os dirigir.

Reacção - O próprio é mau - Estereotipização. Desumanizar/demonizar o inimigo (causa)

A maioria das pessoas que odeia não mata. O que facilita a violência é a erosão (por vezes intencional) de barreiras psicológicas e sociais que inibem o comportamento agressivo, até mesmo em presença de impulsos agressivos ou intenção. Tal pode envolver criar justificações para as acções de cada qual (p.e., ameaça percebida e necessidade de auto defesa) e/ou desumanizar até certo ponto as vítimas apelidando-as de “mal ou más” (Shimid e Jongman, 1988).

Conclui-se que frequentemente concomitam entre os terroristas três factores (injustiça, identidade e pertença) que influenciam fortemente as decisões de entrar em organizações terroristas e comprometer-se nas suas actividades. Alguns analistas sugeriram mesmo que, o efeito de sinergia destas dinâmicas formam a verdadeira “causa de raiz” do terrorismo independentemente da ideologia. Luckabaugh, Fuqua, Cangemi e Kowalski (1997), por exemplo concluíram que a verdadeira causa ou motivação psicológica para a adesão é uma grande necessidade e pertença, e a necessidade de consolidar a própria identidade. Uma necessidade de pertença, conjuntamente com uma identidade pessoal incompleta, são factores comuns, transversais aos grupos. Post (1990) defendeu de forma semelhante que, a necessidade de pertencer, de ter uma identidade estável, de resolver uma brecha/divisão e ser uno consigo mesmo e com a sociedade, é um conceito de ligação importante que ajuda a explicar a semelhança de comportamento em grupos terroristas com uma grande variedade de motivos, causas e composição.

Mais se apura não haver uma resposta fácil nem motivação única para explicar porque se tornam as pessoas terroristas. Os processos e caminhos de como é que isso acontece são bastante variados e diversos. Os investigadores começaram agora a distinguir entre razões para aderir, permanecer e, deixar organizações terroristas, verificando que as motivações podem ser diferentes em cada fase, e, podem até nem estar necessariamente relacionadas entre si. Efectivamente, parece haver algumas

vulnerabilidades e percepções em comum entre aqueles que enveredam pelo terrorismo, como injustiça percebida, necessidade de identidade e de pertença, ainda que, haja certamente pessoas que partilham estas percepções e que nem por isso se tornam terroristas. Ares de estudo promissoras têm-se debruçado sobre fases e processos comuns ao adoptar ideologias extremistas, mais do que sobre o conteúdo, motivo, ou justificação de per se.

1.3.2. Serão as experiências individuais relevantes para a compreensão ou prevenção do terrorismo?

O papel das experiências de vida na compreensão do caminho para o terrorismo é principalmente baseado em certos temas emocionais e comportamentais; na literatura contemporânea, aparecem como sólidos três temas de experiências: a injustiça, os maus tratos e abusos e a humilhação. Aparecem frequentemente tão estreitamente ligados que é difícil separar os efeitos e contributos de cada. Por definição, a maior parte dos maus tratos e abusos são injustos. A humilhação resulta frequentemente de formas extremas de abuso (que envolvem muitas vezes julgamentos antecipados por parte de outros). Mais ainda, estas experiências podem ter efeitos diferentes quando se apresentam sob formas diferentes (p.ex. abuso parental vs. abuso prisional) ou em pontos diferentes do desenvolvimento da pessoa (p.ex. durante a infância ou durante a idade adulta). Field (1979) passou mais de oito anos a estudar o terrorismo e as “turbulências e problemas” na Irlanda do Norte, onde verificou que as crianças nessa região sofreram graves perturbações no seu desenvolvimento da função cognitiva e juízo moral e estão obcecadas com a morte e destruição a propósito das quais se sentem impotentes e contra as quais se sentem isoladas e sem esperança. Aparentemente, não ficou surpreendida com estas constatações: o bom senso e a experiência dizem-nos que as pessoas que são mal tratadas e ou injustamente castigadas procurarão vingança. Não deveria ser surpreendente então, que, jovens adolescentes que foram eles próprios aterrorizados se

tornem terroristas, e que numa situação em que lhes é dado apoio social pelos seus compatriotas reagindo contra as acções de um governo injusto, o recurso a tácticas terroristas se tornem numa forma de vida (Field, 1979; Fields, 1982). Vinte anos mais tarde, há quem na comunidade psiquiátrica continue a partilhar este ponto de vista. Akhtar (1999) conclui que existem provas de que a maior parte dos actores numa organização terrorista são eles próprios profundamente traumatizados. Como crianças, sofreram abusos físicos crónicos e humilhações emocionais profundas. Cresceram a desconfiar dos outros, odiando a passividade e a temer a ocorrência de novas violações das suas fronteiras físicas e psíquicas. A natureza e força das provas a que se refere é no entanto menos clara. Muitos investigadores em casos terroristas históricos notaram que períodos de detenção e prisão facilitaram frequentemente experiências de injustiça, abuso e humilhação (Ferracuti e Bruno, 1981; Della Porta, 1992). Post e seus colaboradores (2003) oferecem um relato rico de experiências deste género entre trinta e cinco terroristas do médio oriente em detenção, que entrevistaram. Verificaram que a experiência de prisão era intensa, especialmente para os terroristas islâmicos. Consolidava ainda mais a sua identidade como membros no grupo ou organização que fornecia o elemento mais valioso da identidade pessoal. O impacto da experiência de prisão mostrou maior divergência entre os grupos laicos e religiosos. Apenas uma pequena percentagem de cada grupo disse estar menos ligado ao grupo depois da sua detenção. Sessenta e dois por cento de membros de grupos laicos reportaram voltar à sua actividade com a sua organização comparados com oitenta e quatro por cento de membros de grupos islâmicos que voltavam ou planeavam voltar para as suas organizações depois de serem soltos. A experiência de prisão reforçou também, as percepções negativas dos israelitas e das forças de segurança israelitas (Post, Sprinzak, & Denny, 2003). Em conjunto, estas constatações no que diz respeito ao trauma na infância e à injustiça e humilhação na idade adulta, mesmo se são precisas e se

generalizam à maior parte ou a todos os terroristas não contribuem muito de per si para uma explicação causal do terrorismo. Muitos extremistas estão envolvidos em grupos extremistas antes de serem presos e temos como certo que mais pessoas têm histórias pessoais ou foram vítimas de abusos e humilhações do que aquelas que são terroristas. No entanto, algumas destas experiências de vida podem ser vistas como marcadores da vulnerabilidade, fontes possíveis de motivação, ou como mecanismos de aquisição ou endurecimento da ideologia militante de cada qual. Finalmente, há vinte anos, Fried (1982) colocou o dilema como segue: Somos deixados a reflectir quais os eventos que podem ser aqueles que fazem com que um potencial terrorista atravesse a linha para a verdadeira violência, ou se incline mesmo para a actividade terrorista, sendo alguém que não descreveríamos como pessoa particularmente com tendência para o terrorismo. Tais factores podem incluir experiências ou desilusões profundas por causa de fracassos ou desilusões pessoais com um ideal. A morte/homicídio ou prisão de um membro da família ou camarada/companheiro; ser introduzido numa envolvente em que o terrorismo é uma tradição de longa data ou uma resposta a uma crise política actual; ou o contacto com um grupo que influencia a forma pela qual cada um reestrutura e reavalia a situação política, com a pertença como membro a esse grupo como sendo algo que vai ao encontro das necessidades pessoais e a participação em actividades terroristas apenas uma das condições que tem de preencher para ser membro.

Conclui-se que algumas experiências de vida tendem a ser constatadas como em comum entre os terroristas. Histórias de abusos e trauma durante a infância parecem estar vastamente espalhadas. Adicionalmente, os temas da injustiça e humilhação percebidas são amiúde proeminentes nas biografias de histórias pessoais de terroristas. Ainda que nenhum destes factores contribua tanto para uma explicação causal do terrorismo, podem ser vistos como marcadores da vulnerabilidade, como

possíveis fontes de motivação, ou como mecanismos para a aquisição ou endurecimento das ideologias extremistas de cada qual.

1.3.3. Como é que a cultura afecta a ideologia e como é que esta age no comportamento do terrorista?

A ideologia é muito frequentemente definida como um conjunto de regras comuns e largamente consensuais subscritas por um indivíduo, que ajudam a regular e determinar o comportamento (Rokeach, 1979; Taylor, 1991). Estas “regras” estão, evidentemente também ligadas e são até talvez guiadas pelas crenças de cada um, valores, princípios e objectivos (Drake, 1998). A diferença e relação entre uma ideologia e uma visão do mundo dependem da perspectiva de cada um, talvez uma visão do mundo seja mais vasta ou apenas menos estreita, mas servem no entanto a mesma função semelhante de agir não só para fornecer linhas de orientação para o comportamento, mas também como uma lente através da qual percebemos e interpretamos informação, pistas e acontecimentos na nossa envolvente (Mack, 2002). Muitas religiões abraçam ou apoiam uma ideologia. A doutrina ou crenças centrais são certamente um elemento fulcral dum sistema religioso, mas essas crenças estão, regra geral, quanto mais não seja, ligadas de forma implícita a um conjunto de “regras” que por sua vez, compreendem uma ideologia. O conteúdo de ideologias entre indivíduos e grupos estende-se provavelmente a toda a gama de valores e interesses humanos. Parece no entanto, haver alguns pontos comuns no processo ou estrutura das ideologias terroristas que podem ajudar a informação e compreensão do comportamento terrorista. Aaron Beck (2002) aplicou o modelo cognitivo às ideologias terroristas e concluiu que, o pensamento do terrorista mostra de forma evidente o mesmo tipo de distorções cognitivas observadas noutros que entram em actos de violência, seja isolados como indivíduos, seja como membros de um grupo. Estes incluem uma sobregeneralização,

ou seja, os supostos pecados do inimigo podem espalhar-se para abarcar toda a população. Mostram também uma dicotomia no pensamento de que um povo ou uma pessoa tem um conteúdo inteiramente bom ou inteiramente mau. Finalmente, demonstram uma visão “em túnel” uma vez entrados na sua missão santa (p.ex: a jihad), o seu pensamento e, por consequência, as suas acções, centradas exclusivamente na destruição do alvo. Sugerem-se três condições genéricas para uma ideologia que apoie o terrorismo.

A ideologia tem de fornecer um conjunto de crenças que guiem e justifiquem uma série de mandatos comportamentais. Bandura (2004) defende que as pessoas não entram vulgarmente em condutas repreensivas até terem justificado para si mesmas a moralidade das suas acções. Os terroristas, como muitas outras pessoas, tentam evitar conflitos internos ou dissonâncias, agindo de forma a serem consistentes com as suas próprias crenças e a permitirem verem-se a si mesmos como basicamente bons. No fundo, os terroristas devem desenvolver justificações para as suas acções terroristas (Cooper, 1977).

Tais crenças devem ser invioláveis e não devem ser nem questionáveis nem questionadas. No seu volume clássico, *The true believer*, Eric Hoffer (1951) apontou a importância da crença para a mente humana e os problemas que se levantam quando a incerteza na crença não pode ser tolerada. A crença traz significado e finalidade, reduz a incerteza e facilita a adaptação e o ajustamento. Oferece “certeza profunda” e “comunhão” com os outros. Nesta síndrome, é de especial significado a incapacidade de tolerar a dúvida e a incerteza (Marsella, 2003). As crenças sobre as quais se baseia a ideologia terrorista não podem ser postas em dúvida, criticadas ou examinadas com cepticismo. Na verdade, entre aqueles que subscrevem a ideologia, confiar na prova dos sentidos e da razão é heresia e traição. É espantoso compreender até que ponto a não crença é necessária para tornar a crença possível (Hoffer, 1951). Keane (2001) notou de

forma semelhante que para que o terrorismo seja bem-sucedido é imprescindível antes de mais, uma adesão rígida a uma ideia simples. A mente que faz perguntas, que se debate, se abre, e desafia ideias, dará provas de ser fonte de divisão para um movimento terrorista no calor da refrega se manter firme numa ortodoxia rígida oferece segurança e justificação às pessoas que cometem actos de terror.

Os comportamentos devem ser dirigidos a alvos e vistos como servindo alguma causa ou objectivo significativo. As pessoas lutam pelo significado, e talvez não haja causa com maior significado do que a luta polémica entre o bem e o mal nas suas várias formas (McCormick, 2003). Encontram-se de forma proeminente formas desta dinâmica na maior parte das ideologias terroristas. Falk (1988) até sugeriu que o estado de espírito do terrorista é dominado pela sua preocupação melodramática com a destruição do mal. Kernberg (2003) defende que esta forma de pensamento, dicotómica, absolutista, “a branco e preto”, particularmente no que diz respeito à moralidade, é uma característica em comum às ideologias fundamentalistas em geral. Ele observou que tais ideologias dividem o mundo entre reinos ideais e de mal. A sua própria ideologia pertence ao reino ideal. As ideias, crenças e comportamentos do reino do mal, são imorais, perigosas, destrutivas e ameaçadoras. De forma típica, uma ideologia destas projecta toda a agressão no grupo social do mal, enquanto justifica a agressão contra o infiel como uma defesa e retribuição necessária, quando não como um imperativo moral.

O papel e influência da cultura no terrorismo em geral e especificamente nas ideologias terroristas têm sido quase negligenciados pela maior parte dos investigadores em ciências sociais. Brannan e os seus colegas (2001) puseram o problema de forma bastante clara: há uma questão fundamental importante para esta compreensão, que raramente é mencionada em estudos e terrorismo, e da qual a ausência virtual é um sinal sem ambiguidades de uma metodologia com falhas actualmente em voga. Esta é a

questão da cultura. Ora, existem muitas definições de cultura. Foi certamente escrito tanto a propósito da definição da cultura quanto foi escrito sobre a definição do próprio terrorismo. A um nível mais genérico e antropológico, a cultura é frequentemente definida como “Um modelo social de comportamento e pensamento humano”. No contexto da compreensão do seu potencial impacto nas ideologias terroristas, o nosso primeiro interesse é no entanto a dimensão imaterial e social da cultura, que é a única colecção de papéis sociais, instituições, valores, ideias e símbolos, que operam em cada grupo, que condiciona radicalmente a forma com que os membros vêem o mundo e respondem aos seus desafios (Brannan, Esler e Strindberg, 2001). Mesmo no início do estudo do terrorismo, havia algum reconhecimento, ainda que através da análise, do facto de que a envolvente social de cada um podia ter um impacto no desenvolvimento de crenças e valores, mas que tal não fornece uma explicação cabal e satisfatória do fenómeno. Shaw (1986), ao elaborar o seu modelo de caminho de desenvolvimento, reconheceu o papel potencialmente significativo das experiências de socialização precoce como parte de um complexo de influências que poderiam predispor um indivíduo a entrar pelo caminho do terrorismo. Knutson (1981) observou que a partir das histórias de vida disponíveis dos terroristas, torna-se claro que estes indivíduos estão a agir a partir de valores para os quais foram confortavelmente socializados, tanto directamente pelo ensino, quanto indirectamente por experiências de vida próprias ou de outros que lhes são importantes. No entanto, estes valores sociais, culturais e políticos, que são o sangue da identidade revolucionária do terrorista, são ingredientes necessários mas não suficientes na formação do terrorista. Não é certamente difícil ver como algumas experiências de vida precoces, a socialização ou exposição a um tipo particular de envolvente podem moldar a visão do mundo de cada um de muitas maneiras. De forma mais subtil, mais duramente que do que o meio ou exposição a experiências de modelação ou aprendizagem por interposta pessoa, é o facto que as diferentes culturas

tendem a ter as suas próprias personalidades que influenciam o desenvolvimento. Evidentemente, qualquer declaração que caracterize uma cultura pode também ser uma generalização a propósito de indivíduos dentro dessa cultura. Todos os elementos não se aplicarão a todos. Tal como notámos acima, uma compreensão mais completa do comportamento humano é obtida pelo exame dos factores relacionados tanto com a pessoa como com a situação. Pode defender-se que as influências culturais contêm uma parte das duas.

As ideologias baseiam-se geralmente num conjunto de crenças partilhadas que explicam e justificam um conjunto acordado de regras comportamentais. Para os terroristas, a ideologia ajuda a fornecer a visão moral e política que inspira a sua violência e, molda a forma como vêem o mundo, definindo como julgam as acções das pessoas e instituições (Drake, 1998). Dizer simplesmente que a ideologia controla as acções, o que até pode ser verdade, não explica, no entanto, como ou porquê ocorre esse controle. Esta é uma consideração relevante porque é a força do controle comportamental e não só o apelo da retórica que determina o seguimento ou não de mandatos violentos. Taylor (1991) forneceu talvez a explicação comportamental mais clara: a forma de controlo comportamental pela ideologia é dando uma série de contingências que ligam o comportamento imediato, p.ex., a violência, a resultados distantes, (por ex., um novo estado, uma recompensa no paraíso). No entanto, porque a ligação é distante, para que exerça algum efeito, a contingência deve ser absolutamente certa, donde a necessidade de aceitação inquestionável. Adicionalmente, os resultados ou recompensas, têm de ser motivadores ou reforços fortes; ou seja, têm de ser ardentemente desejados. O enquadramento alternativo para a análise do controlo, ainda que relacionado, é considerar a acção ideologicamente movida como uma forma de comportamento que segue as regras. Uma regra pode ser conceptualizada como uma

descrição verbal de relações entre comportamentos e consequências, particularmente acontecimentos detestáveis e reforço (Taylor e Horgan, 2001). Nesta altura, é importante examinar se, até que ponto a religião, particularmente quando a comparamos com ideologias baseadas na laicidade, afectam a natureza e o grau de controlo ideológico sobre o comportamento. Os extremistas religiosos são chamados a participar na religião e a seguir-lhe as regras. Três factores que parecem exercer uma influência mais importante na manutenção da participação religiosa: 1- Ouvir que a prática existente de cada um irá produzir reforços materiais e espirituais. 2-Deixar de ouvir que as actuais práticas de cada um produzem sanções negativas. 3- Ouvir que os nossos inimigos estão em apuros sobrenaturais (Taylor e Horgan, 2001).

De forma contrastante, esta anuência / obediência para com as regras religiosas parece ser mantida apenas como “contingência de escape”, na perspectiva de reduzir ou eliminar os sentimentos de culpa ou medo que a não obediência à religião fez com que fossem despertados (Mallot, 1988). As ideologias, particularmente as religiosas, podem também contar mandatos ou imperativos que impelem os seus aderentes à acção. Dois tipos de mandatos são de notar em especial: o mandato moral e o mandato divino. Skitka e Mullen (2002) definem os mandatos morais como as posições de atitudes específicas ou posições que as pessoas desenvolvem a partir duma convicção moral de que algo está certo ou errado, é moral ou imoral. Os mandatos morais partilham as mesmas características de outras atitudes fortes, ou seja, extremismo, importância e certeza, mas têm uma componente de acção e motivação acrescida, por estarem imbuídas de convicções morais. O mandato divino é uma das únicas características do extremismo e potencialmente uma das mais preocupantes, do extremismo motivado pela ideologia religiosa. Tal como caracterizada por Rapoport (1984), a fonte transcendente do terror santo é a sua característica crítica mais distintiva; a deidade / divindade é percebida como estando directamente envolvida na determinação dos meios e dos

fins. No seu estudo intensivo de 250 recrutadores e terroristas palestinianos, Nasra Hassan (referido por Skitka e Mullen, 2002), notou que todos eles acreditavam que as suas acções eram sancionadas pela religião divina e revelada do Islão. Finalmente, numa análise da ligação entre a ideologia e a acção violenta, Taylor (1991) defendeu uma combinação de três factores chave como sendo de especial importância: 1-Potencial militante - (a violência é legitimada pela ideologia como um meio para um fim); 2- Totalidade da ideologia - (a ideologia controla todo o comportamento e não só elementos específicos à religião ou à política); 3-Iminência percebida na realização milenar. (milenarista).

A ideologia é frequentemente definida como um conjunto acordado de regras largamente aceites, subscritas pelo indivíduo e que ajudam a regular e determinar o seu comportamento. As ideologias que apoiam o terrorismo (ainda que bastante diversas), parecem ter 3 características estruturais em comum; 1- devem fornecer um conjunto de crenças que guiem e justifiquem uma série de mandatos comportamentais; 2- estas crenças devem ser invioláveis, e não podem ser questionáveis ou questionadas; 3- os comportamentos devem ser dirigidos a objectivos e vistos como servindo uma causa ou pelo menos, um objectivo significativo. A cultura é um factor crítico no desenvolvimento da ideologia, mas o seu impacto especificamente nas ideologias terroristas, ainda não foi estudado. A ideologia guia e controla o comportamento talvez fornecendo um conjunto de contingências (limitações) comportamentais, que ligam o comportamento e acções imediatas a resultados e recompensas positivas mais adiante no tempo, ou pode ser melhor vista como uma forma de comportamento de seguimento de regras.

1.3.4. O que distingue os extremistas que agem violentamente dos que não o fazem?

Extremistas versus Terroristas

Quase todos os terroristas são extremistas, mas a maior parte dos extremistas não são terroristas. Por definição, um extremista é uma pessoa que simplesmente se desvia da norma, particularmente em política. O extremismo, é omnipresente em várias nações e culturas. Enquanto pode ser útil e instrutivo examinar os factores que facilitam ou inibem as ideologias extremistas em geral, são os extremistas que advogam e usam a violência e tácticas terroristas que nos colocam maiores preocupações. Acabámos de ver que as ideologias que apoiam o terrorismo parecem ter três características estruturais em comum: fornecer um conjunto de crenças invioláveis e inquestionáveis cujos comportamentos servem uma causa ou algum objectivo significativo. Uma outra diferenciação relevante entre extremistas e grupos extremistas é aquilo que referiremos como “direcção de actividade”. A dimensão básica de interesse é se a tónica está mais colocada na promoção da “causa” ou na destruição daqueles que se lhe opõem. Uma orientação de promoção está mais centrada para dentro. Os objectivos motores de comportamento são criação e obtenção de algum resultado desejado. A orientação de destruição está mais centrada para fora. Isto é para o inimigo ou para o outro. Os objectivos motores do comportamento são a aniquilação dos não crentes e aqueles que se opõem aos seus interesses e valores. Mesmo entre aqueles que são apologistas da ideologia orientada para a destruição, nem todos entrarão pessoalmente em actos de violência extrema, ou se tornarão terroristas. No entanto, contribuem para o sucesso dos terroristas. A maior parte das pessoas que demonizam os americanos e os valores ocidentais não se tornarão apoiantes do terrorismo, mas uma minoria crucial dará mais alguns passos, afastando-se da aceitação da comunidade, e na direcção da entrada no terrorismo. Podem tornar-se terroristas activos, ou acabar por arranjar financiamento ou casas seguras, ou então vão dar voz a uma justificação moral para Bin Laden e os seus semelhantes poderem reclamar, por muito errados que estejam, estar a agir a favor dos

oprimidos do mundo islâmico. Seria portanto errado interpretar o caso da Al-Qaeda como um fenómeno psicológico isolado. Aquilo que é diferente é a escala das suas atrocidades e a utilização da violência como “uma finalidade de suporte em si mesma”. Nasce a questão - Como é que as pessoas acabam por ver a violência como um meio legítimo ou até como um fim em si?

Quebrar as barreiras à acção violenta

Ponderar porque é que algumas pessoas matam é uma questão intrigante, mas é igualmente curioso reflectir sobre que é que faz mais pessoas ainda do que estas não o fazerem. Certamente, existem mais pessoas que pensam no assunto, ou que gostariam de o fazer, do que aquelas que de facto cometem assassínios. A resposta é a existência de barreiras (psicológicas e sociais) que funcionam constantemente e que servem para inibir os impulsos de agressão letal. O já reformado tenente-coronel David Grossman (1995) no seu livro sério e ponderado *On Killing*, chega a dizer que há um tabu inato ou de instinto contra matar dentro da própria espécie. Independentemente da fonte, estas barreiras não são invulneráveis. Podem ser enfraquecidas ou quebradas para facilitar a obtenção de um objectivo mortal. É possível conceptualizar dois caminhos principais de assalto a estas barreiras: de fora para dentro (efeitos do grupo ou da envolvente social), e de dentro para fora (fazendo um ajustamento cognitivo interno acerca de como perceber a envolvente ou a situação). Como operam no mundo real, as linhas de demarcação entre estes dois espartilhos de constrangimentos não são muito claras. As situações pessoais e situacionais afectam-se mutuamente.

De fora para dentro (efeitos de grupo)

Diluição da responsabilidade. Uma das barreiras psicológicas à acção violenta é antecipar uma auto-avaliação negativa. Isto pode ser enfraquecido mitigando a culpa

que o próprio percebe. A investigação psicossocial sugere que as pessoas se sentem menos responsáveis ou menos culpadas quando em presença de, ou em nome dum grupo (Darley e Latane, 1968). Entram num comportamento de transgressão, ou falham um comportamento de ajuda. Este fenómeno, chamado difusão (diluição) da responsabilidade, tem sido estudado em relação à apatia de espectadores/passantes, e falhas na acção para ajudar os outros. Efeito semelhante à “deslocação da responsabilidade” ainda que com algumas diferenças, onde o actor diminui a sua própria culpabilidade acentuando o que comete por ordem ou mandato de alguma autoridade. Neste tipo de deslocação, o actor absolve-se a si mesmo da intenção, por estar a agir sob ordens. O superior absolve-se a si mesmo do envolvimento porque se limita a dar uma ordem. Tal os soldados nazis invocaram na defesa dos seus crimes de guerra...

Despersonalização. De acordo com esta teoria clássica, quando “os indivíduos não são vistos como tal ou quando não se lhes dá atenção”, perdem o seu sentido de autoconsciência e, conseqüentemente, as suas inibições e travões. Daqui resulta o estado despersonalizado. Era a teoria invocada para explicar o comportamento de “guardas” estudantes que participaram na agora célebre experiência de Phil Zimbardo (1969) na prisão de Stanford, conhecida como “Stanford Prison Experiment”. Factores como o anonimato, presença de grupo e despertar físico, foram teorizados para facilitar o estado de despersonalização (Prentice-Dunn e Rogers, 1982; Silke, 2003). No entanto, outras investigações, incluindo uma grande análise de estudos sobre este fenómeno, sugerem que, o comportamento desinibido observado, pode ser melhor explicado como uma reacção de conformidade a normas situacionais específicas, em vez de o ser por uma alteração fundamental no estado psicológico de cada um que produz a não conformidade às normas sociais (Postmes e Spears, 1998).

Obediência. Realçámos acima que a deslocação de responsabilidade pode ocorrer em resposta a ordens dadas por alguém numa posição de autoridade. O mecanismo de obediência é que o actor transfere o seu acto moral de si para a autoridade. A investigação mais conhecida sobre este fenómeno, é talvez o estudo de Stanley Milgram nos anos 60 em que os estudantes acreditavam estar a administrar choques eléctricos a outros estudantes que participavam no estudo. Continuaram a “aumentar” a intensidade do choque sob instruções de quem conduzia a experiência, até mesmo a níveis que eles pensassem serem perigosos ou que poderiam causar danos. As constatações de base foram alvo de réplicas por parte de outros investigadores em outros países e culturas. Milgram (1965) notou que uma proporção importante de pessoas faz aquilo que se lhes manda sem olhar ao conteúdo dos actos sem limitações de consciência, desde que e enquanto tiverem a percepção que a ordem vem de uma autoridade legítima.

Identidade social. Se as constatações contemporâneas sobre o fenómeno da despersonalização estão correctas – que é uma resposta comportamental a normas específicas a situações – então existe aqui apoio para a teoria da identidade social de Tajfel (1982) que sugere que tendemos a estruturar as nossas envolventes sociais em termos de agrupamentos de pessoas ou de categorias sociais, simplificando assim o mundo em que vivemos. Estas categorias são até certo ponto baseadas nas nossas próprias experiências, mas também são largamente determinadas pela nossa sociedade. O nosso próprio conhecimento da nossa pertença enquanto membros a várias destas categorias sociais é definido como a nossa identidade social e forma uma parte importante do nosso conceito sobre nós próprios. Para realçar a nossa identidade social, tendemos a comportarmo-nos de formas que façam com que o nosso próprio grupo adquira características distintivas quando comparado com outros. Se tal não for

possível, podemos tentar mudar a pertença ao grupo. E se tal também não for possível, podemos tentar uma redefinição da situação social existente para obtermos uma identidade social mais positiva (Cairns, 1987). A implicação é que as normas do grupo vão definir o que é apropriado em determinada situação. Desta forma, as normas do grupo podem realçar ou enfraquecer as barreiras individuais a acções anti-sociais ou não normativas. Post e os seus colegas (2003), reflectindo a propósito das suas entrevistas com terroristas do médio oriente, concluem que, à medida que o indivíduo e o grupo se fundem, torna-se mais pessoal a luta para os membros do grupo. Um sentido por todos partilhado do colectivo consome o indivíduo. A fusão com o grupo parece fornecer a justificação necessária para os seus actos, com a correspondente perda de responsabilidade sentida pelo membro individual.

De dentro para fora (reajustamento cognitivo)

É Albert Bandura (2004) quem defende com veemência que as sanções auto-impostas desempenham um papel na regulação da conduta desumana. No decurso da socialização, as pessoas adoptam padrões morais que servem de guias e dissuasores da conduta. Depois de se ter desenvolvido o controlo pessoal, as pessoas regulam as suas acções pelas sanções que se aplicam a si mesmas. Fazem coisas que lhes dão auto-satisfação e um sentido de auto-valor. Abstêm-se de se comportarem de formas que violem os seus padrões morais porque estes comportamentos acarretam auto-condenação. As sanções auto-impostas ajudam assim a manter a conduta em linha com estes padrões internos”. Ele nota no entanto que, estas sanções auto-impostas podem ser selectivamente “activadas e libertadas” para facilitar um comportamento que de outra forma estaria a violar os pró-prios padrões morais do indivíduo. Ele descreve este processo de quebrar barreiras como “libertação / descomprometimento moral”, que pode operar através de vários processos: Justificação moral, linguagem expurgada,

renegação de um sentido de acto pessoal por diluição de responsabilidade, não atentar aos ou diminuir os efeitos prejudiciais das acções de cada um, atribuição de culpa às vítimas e desumanização das vítimas. Bandura (2004) defende que, qualquer um ou todos estes processos podem contribuir para o terrorismo, mas três factores têm uma importância especial e são apoiados pela teoria e pela investigação empírica tanto dentro como para além do enquadramento da “aprendizagem social”.

Justificação moral. Uma forma de remover a barreira da sanção auto imposta é alterar a interpretação ou avaliação que o próprio faz de acontecimentos para assim justificarem o acto. Os terroristas têm tipicamente uma justificação para os seus actos, quer seja pessoalmente construída ou advenha da ideologia do grupo, as expressões modernas de violência estão indissoluvelmente ligadas à justificação (Hacker, 1983). Wasmund (1986) sublinha o poder da ideologia colectiva no fornecimento de uma justificação inquestionável para a violência: precisamente porque a ideologia do grupo permite aos terroristas um sentido de legitimidade e uma justificação moral para os seus actos, as inibições em relação a matar são através e só através disso diminuída ganhando assim um carácter quase religioso, com uma qualidade sacrossanta. As dúvidas, são colectivamente suprimidas.

Culpar e desumanizar as vítimas. É geralmente mais aceitável dirigir a agressão a pessoas que são consideradas passíveis de culpa, ou merecedoras de retribuição ou “justiça”. A retórica dos terroristas é frequentemente acompanhada de acusações e recriminações contra o seu adversário. O adversário é merecedor de violência, não só por quem é, mas por aquilo que fez ou faz. Os terroristas são na verdade coleccionadores de injustiças, e invocam-nas e usam-nas para caracterizar os alvos da sua violência de formas que justifiquem a agressão (pelo menos dentro da estrutura da sua ideologia), e fazem as vítimas alvo parecerem culpadas, provocadoras, e pouco ou não simpáticas. Existindo ou não alguma proibição inata contra matar dentro da sua

própria espécie, parece razoável concluir que é mais difícil o comportamento desumano para com uma vítima com que cada um se pode identificar do que para com uma vítima que tenha sido apresentada como maléfica e objectivada. Ao declararmos os nossos inimigos como sendo “não pessoas”, e ao negar as suas qualidades humanas, os escrúpulos morais ficam bloqueados à partida (Wasmund, 1986). A retórica terrorista coloca muitas vezes os seus adversários em termos desumanos. É clássica a comparação com animais pouco limpos, ou demonizando os adversários. Della Porta (1992), por exemplo, descreve como os militantes italianos justificaram a sua utilização da violência política, despersonalizando as suas vítimas, definidas nos documentos dos grupos terroristas ou subversivos como “instrumentos do sistema” e mais tarde como “porcos” ou “cães de guarda” ou “cães de fila”. Berlet (2004) vê a demonização como um passo para além da desumanização, e defende que “esse passo alimenta o dualismo, uma forma de pensamento binário que divide o mundo em bem e mal, sem tolerar um matiz intermédio. No fundo, a demonização “é a sentença de morte imposta ao adversário” (Falk, 1988).

Nem todas as ideologias extremistas facilitam a violência e nem todos os extremistas são violentos. Uma diferenciação potencialmente útil e que deve ser considerada é a “direcção de actividade”, ou seja, se a tónica está mais na promoção da “causa” ou na destruição daqueles que se lhe opõem. Mesmo dentro do extremismo orientado para a destruição é geralmente preciso mais do que ideologia para compelir a uma acção violenta. As influências sociais e psicológicas devem gastar por erosão as fortes barreiras que ocorrem naturalmente e que inibem a matança humana generalizada. Os dois principais caminhos de assalto a estas barreiras são: de fora para dentro (p.ex., efeitos do grupo ou envolvente social) e de dentro para fora (efectuando um ajustamento cognitivo acerca de como perceber a envolvente ou a situação).

CAPÍTULO 2.

2-ABORDAGENS CIENTÍFICAS DO TERRORISMO

2.1. Abordagens Psicológicas

2.1.2. O Terrorismo e a Psicologia

2.1.2.1. Teoria do Instinto

2.1.2.1.1. Psicanálise

2.1.2.1.2. Etologia

2.1.2.2. Teoria da Motivação

2.1.2.3. Aprendizagem Social

2.1.2.4. Psicologia Cognitiva

2.1.2.5. Psicopatologia

2.2. Abordagens Biológicas

2.2.1. Factores Neuroquímicos e Hormonais

2.2.1.1. Factores Neuroquímicos

2.2.1.2. Factores Hormonais

2.3. Abordagens Sociais

2.4. Em Portugal

2-ABORDAGENS CIENTÍFICAS DO TERRORISMO

2.1. Abordagens Psicológicas

2.1.2. O Terrorismo e a Psicologia

Que continuemos a complacermos-nos com este nível de ignorância a propósito de um assunto tão sério é causa para graves preocupações. Talvez a visão mais clara de uma futura agenda de investigação em psicologia do terrorismo seja fornecida por um dos pioneiros desta área, Martha Crenshaw (2001). A sua avaliação é a seguinte: O estudo do terrorismo deve ir além da concentração nos actuais acontecimentos ou na especulação a propósito do futuro, para desenvolver análises sistemáticas do desenvolvimento do fenómeno com o tempo. Em primeiro lugar, pouco se sabe sobre porque é que os utilizadores de terrorismo iriam abandonar a estratégia. A investigação devia tentar identificar os incentivos psicológicos para abandonar a violência. Uma segunda área de investigação frutuosa diz respeito ao desenvolvimento de estratégias de terrorismo. Em particular, o que leva à inovação no comportamento terrorista, tal como tomada de reféns ou recorrer a armas de destruição massiva? Uma outra área de investigação que tem sido negligenciada é o estudo da tomada de decisão na área do contraterrorismo. O estudo das motivações psicológicas para o terrorismo, bem como para acabar com o terrorismo, deveriam continuar, baseadas num modelo que integre o indivíduo, o grupo e a sociedade.

Partamos do princípio que Terrorismo são os actos de violência intencionalmente perpetrados contra não combatentes com a finalidade de afirmar objectivos. A ciência que estuda o comportamento humano não explicará totalmente as acções terroristas, nem o terrorismo em si, mas será um dos factores a ter em conta

sempre que alguém procurar entender o terrorismo enquanto fenómeno. Tentar compreender como pensa, sente ou actua um terrorista e porquê, ou, querer conhecer as pautas que levam um indivíduo a aceder a integrar uma organização deste tipo, é possível. O que não será possível e a ciência não provará tão facilmente é que o entendimento de um terrorista ou o seu comportamento sejam patologicamente prováveis ou antecederíveis (Martens, 2004). Mas, existirá um perfil claro ou uma personalidade terrorista que influa que um indivíduo tenha mais ou menos possibilidades de militar num grupo armado? Existirá uma prévia condição biológica exclusiva para fazer espoletar um comportamento terrorista? Condicionantes sociais? Provavelmente não há terroristas. Há Terrorismos. Aliás, há quem defenda que ao contrário da psicologia do terrorismo deveríamos falar de psicologias dos terroristas (Post, Sprinzak e Denny, 2003)

As abordagens psicológicas do terrorismo, habitualmente, sugerem dois factores fundamentais para a heurística compreensiva do envolvimento individual no contexto da actividade terrorista: a motivação e a vulnerabilidade (Borum, 2004; Crenshaw, 1986; Horgan & Taylor, 2001). Quanto à motivação, Crenshaw (1985) sugere quatro tipos para o ingresso na actividade terrorista: a oportunidade para a acção, a necessidade de pertença, o desejo de estatuto social e o ganho de recompensas materiais. Ainda assim, Borum (2004) acrescenta a injustiça, tida como uma motivação básica para o processo de entrada na actividade terrorista, muitas vezes acompanhada por sentimentos de vingança. Arena e Arriago (2005) sugerem a identidade – tanto a nível pessoal, como social, podendo estruturar-se no seio de organizações violentas. Finalmente, Johnson e Feldman (1992) e Post (1987) apontam como fator motivacional básico a necessidade de pertença, um sentimento afiliativo, que produz segurança por recurso à identidade grupal (Post, 1984). Por outro lado, o factor vulnerabilidade, que se observa em alguns

indivíduos (género, idade, personalidade, psicopatologia, entre outros), associa-se à motivação para o terrorismo (Borum, 2004). Isto é, a vulnerabilidade pessoal é potenciada pelos fatores motivacionais.

2.1.2.1. Teoria do Instinto

2.1.2.1.1. Psicanálise

Apesar da sua influência em escritores nos domínios das ciências políticas, sociológicas, históricas e criminológicas, a Psicanálise alguns engulhos e cismas, mormente ao nível empírico (Popper, 1993).

Em relação ao Terrorismo, Freud não se pronunciou. Contudo, os aspectos da sua teoria que mais relevam para o tema em apreço são os relativos a uma certa teoria do Instinto, em particular, do instinto agressivo.

Freud via a agressão de uma forma mais genérica como um traço humano instintivo e inato, que a maior parte dos seres humanos deviam ultrapassar no decurso normal do seu desenvolvimento. Um ulterior desenvolvimento da teoria de Freud defende que os seres humanos buscam um equilíbrio interno da energia da força de vida (eros) e da força de morte (thanatos). A violência é vista como uma “deslocação” do thanatos do próprio para outros. Outras teorias mais estreitamente ligadas à violência inspiraram-se em conceitos e ideias psicanalíticas mas nenhuma delas foi largamente reconhecida como teoria psicanalítica da violência (Post, 1984).

Mas, comecemos por descodificar um pouco mais a questão da agressividade e da violência na teoria freudiana.

Como se sabe, Freud, na sua obra psicológica (1981), sempre procurou estudar a metapsicologia. Ora, estudar metapsicologia na segunda metade do séc. XIX e no início

do séc. XX era estudar o que está para além da consciência (já que a consciência se constituía como o objecto fundamental de estudo da generalidade das correntes teóricas da psicologia), portanto o inconsciente, e a criação de modelos, nessa perspectiva, iria sofrer um isomorfismo quase obrigatório com as ciências «duras» da época, essencialmente a Física (donde as concepções de aparelho, dinâmica), mas também das ciências sociais, essencialmente a Economia (donde a concepção de economia psíquica e conflito pulsional).

Freud concebeu, portanto, duas teorias metapsicológicas. Cada uma destas teorias operacionalizada por três critérios: tópico ou topográfico (τόπος, lugar, do grego), económico e dinâmico. O critério tópico referia-se aos lugares que constituíam o aparelho psíquico. Note-se que os lugares têm, nesta concepção, uma existência virtual, na medida em que mais importante do que localizar esses lugares em qualquer região do cérebro, por exemplo, era a função que esses lugares desempenhavam no seio da economia do aparelho, traduzindo assim, a sua dinâmica. Ora, no primeiro sistema, ou teoria, metapsicológica, Freud (1915/1981), concebia a existência de três lugares: cs (consciente), prec (pré-consciente) e inc (inconsciente). O cs (consciente) era o lugar da consciência propriamente dita, dos conteúdos da vida psíquica acessíveis ao sujeito através dos seus sistemas de pensamento. O prec (pré-consciente) designava um lugar onde os conteúdos não estavam acessíveis à consciência durante um determinado momento mas que eram susceptíveis de vir a estar (por exemplo, conteúdos da memória). O inc (inconsciente) designava o radicalmente inacessível e incognoscível. A propósito deste lugar, Freud (1915/1981) sugere que tem como conteúdos representações ou representantes de representações. Ora, os seus conteúdos eram inacessíveis à consciência e a evidência da sua existência estava nas mais diversas manifestações da vida psíquica mais normativas (e.g. sonhos), numa psicopatologia da

vida quotidiana (e.g. *lapsus linguae*, actos falhados) ou no sintoma (susceptível de descodificação e de interpretação; cf. adiante capítulo sobre significado e sentido). Ainda assim, Freud evidencia algumas dificuldades/cauteladas na definição do inconsciente. Uma dessas dificuldades/cauteladas diz respeito ao facto de, assumidamente, o significante inconsciente ser tratado quer como substantivo (o Inconsciente; das Unbewusste) quer como adjectivo (algo que está inconsciente, mas que pode não ser um representante do inconsciente, mas, sim, do pré-consciente, ou porque não está na consciência).

No quadro da primeira teoria metapsicológica, Freud (1910/1981) enuncia um conflito incessante entre dois grupos de pulsões: as pulsões sexuais e as pulsões de auto-conservação. Apesar de este conflito já estar patente nos “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade” (1905/1981), onde Freud postula uma diferença entre pulsões sexuais e pulsões do Ego, o que é facto é que a ideia de um conflito entre forças antagónicas (uma seguindo o impulso libidinal e outra acautelando a sobrevivência e necessidades a ela aliadas) surge como mecanismo de relação económica do psiquismo, fundado também na existência de dois princípios gestores: o princípio do prazer e o princípio da realidade (Freud, 1911/1981). Na verdade, a questão da relação da pulsão com o inconsciente e o papel dos dois grandes princípios na gestão da economia psíquica é definitivamente esplanada no trabalho “As Pulsões e os seus Destinos” (Freud, 1915/1981), no quadro da sua primeira teoria das pulsões. No critério dinâmico, a articulação das forças antagónicas (pulsões sexuais e pulsões de auto-conservação) de acordo com os princípios enunciados (princípio do prazer e princípio da realidade), no contexto tópico aludido (inconsciente, pré-consciente e consciente), fez surgir o mecanismo de recalçamento como paradigma do critério dinâmico que define esta teoria metapsicológica: trata-se de um mecanismo de defesa que, ainda que actue por meio de

uma censura situada algures entre o ligar *inc* e *prec*, reclama a participação de todos os lugares e a confrontação pulsional (o conflito é o motor do desenvolvimento), mediante os princípios gestores do funcionamento psicológico).

Contudo, com o estudo do Narcisismo, Freud (1914/1981) começa a perceber uma grave imprecisão no seu sistema teórico: a coexistência de forças antagónicas no mesmo local do psiquismo. Se a pulsão sexual serviria a espécie através do indivíduo e a pulsão de autoconservação serviria o indivíduo (e, logo, a espécie), e se a gestão destes grupos pulsionais tinham como protagonistas os relativos equilíbrios entre Princípio do Prazer e Princípio da Realidade, como poderiam estar em conflito permanente? Dito de outra forma: como é que algo que serve o interesse da espécie pode estar contra algo que serve o interesse de um indivíduo dessa mesma espécie? O narcisismo primário (o nosso amor-próprio) sugere o contrário, pelo menos em determinada altura da nossa vida mental. O amor-próprio exige a presença simultânea de libido narcísica (pulsão sexual) e de mecanismos comandados pelas pulsões de auto-conservação em camadas superficiais da consciência. Ora, assim sendo, estes dois grupos pulsionais não estariam em conflito, mas, sim, em cooperação. Este grupo pulsional passou, então, a ser conceptualizado com as pulsões de vida (Freud, 1920/1981). Em confronto surge outro grupo: as pulsões de morte. Esta diferente visão sobre as pulsões no ‘Para além do Princípio do Prazer’ (1920/1981) ajuda a conceptualizar também uma mudança ao nível da teoria tópica: deixa de falar em *cs*, *prec*, *inc* para falar em Id, Ego e Super Ego. Nesta teoria tópica, Freud fala mais em instâncias do que em lugares, acentuando, desta forma, o conceito de que se está a falar mais em funções do que propriamente em lugares. O Ego torna-se o gestor do aparelho psíquico, porquanto possui uma parte consciente e uma parte inconsciente. O Id ganha o estatuto de pólo pulsional do aparelho psíquico e estruturalmente parece corresponder ao que Freud designou por inconsciente da

primeira tópica. O Super Ego surge com uma instância herdeira de uma clivagem do Ego, resultante de integração de características punitivas por parte das figuras parentais, principalmente daquela mais simboliza a autoridade: o pai. Tal concepção tripartida que Freud sintetiza em “O Ego e o Id” (1923/1981), fica conhecida como a segunda tópica, destacando-se o Ego como gestor da dinâmica psíquica e como regulador dos princípios que decorrem da actividade pulsional.

É, pois, no quadro das pulsões de morte que melhor podemos entender o papel da agressividade e da violência. Com efeito estes dois conceitos podem distinguir-se claramente. Como referem Laplanche e Pontalis (1985) a agressividade é uma “tendência ou conjunto de tendências que se actualizam em comportamentos reais ou fantasmáticos, estes visando prejudicar outrem, destruí-lo, constrangê-lo, humilhá-lo, etc. A agressão conhece outras modalidades além da acção motora violenta e destruidora; não existe qualquer comportamento, quer negativo (recusa de auxílio, por exemplo) quer positivo, simbólico (ironia, por exemplo) ou efectivamente actuado, que não possa funcionar como agressão”. (p37). Contudo a violência liga-se com o agir, escapa ao controlo do Ego. É assim que Freud parece conceptualizar a teleologia das pulsões de morte: “voltadas inicialmente para o interior e tendentes à autodestruição, (...), seriam secundariamente dirigidas para o exterior, manifestando-se então sob a forma da pulsão agressiva ou destrutiva (Laplanche e Pontalis, 1985, p.28).

Bergeret (1984), psicanalista estruturalista, concebe no ser humano a existência de uma violência fundamental, inata e natural que é absolutamente necessária à sobrevivência do sujeito e da espécie, da mesma forma que Freud concebe a exigência «natural» de um conflito entre pulsões de morte e pulsões de vida. Raymond (1993), partindo do conceito de Bergeret (1984) e do conceito de agressividade de Lorenz

(1969) sugere que o desenvolvimento psico-social é potencialmente domesticador destes factores «naturais» e «inatos».

Assim, para a psicanálise a vida instintiva ou, melhor, pulsional parece constituir a fonte energética que irá progressivamente dar corpo ao colorido representacional conflitual dos sujeitos durante o seu desenvolvimento psicológico. Desta forma, o sintoma surge como significação patológica do Ser e, no caso do terrorismo, não raramente tem sido descrita a apetecível, mas não evidenciada, relação ao conflito infantil com a autoridade.

Seja como for, partilhamos aqui a concepção de Dadoun (1993) relativamente à violência e suas direcções: violência enquanto Fim (e.g. totalitarismo), violência enquanto Meio (toda a violência instrumental) e violência enquanto Desafio (que põe em risco a Democracia). É talvez nesta última direcção, proposta pelo psicanalista Roger Dadoun, quando fala de *Homo Violens*, que caminharão as rotas do Terrorista.

Apesar de Freud reconhecer o Homem como um ser em “Mal estar na Civilização” (1939/1981), sugere que “ o nosso inconsciente é tão inacessível à ideia da própria morte, tão sanguinário com os estranhos e tão ambivalente com as pessoas queridas, como foi o homem primordial” (1915/1981, p.2116). Por isso, recorda a antiga setença latina: *si vis pacem, para bellum*, i.e. se queres a paz, prepara-te para a guerra, acrescentando *si vis vitam, para mortem*, mas se queres conservar a vida, prepara-te para a morte.

Mais recentemente, a psicanálise propôs alguns modelos ou teorias compreensivas do terrorismo enquanto fenómeno, mas, mais em particular dos terroristas. De acordo com Hudson (1999) e Victoroff (2005), as abordagens psicanalíticas do comportamento

terrorista podem ser divididas conforme a sua ênfase nas seguintes teorias: identidade, narcisismo ou raiva narcísica, paranóia e pensamento absolutista.

A teoria da Identidade consubstancia-se nos trabalhos de Erikson (1994). A teoria de Erikson (1994), de que os adolescentes chegam a uma fase de formação de identidade em que as ideologias ajudam na sua auto-definição, criou uma base para acentuar a ideia do terrorista jovem, adolescente, com características particulares. Olsson (1988), por exemplo, caracteriza os candidatos a terroristas como jovens com baixa auto-estima e com necessidades fortes ou até mesmo desesperadas para consolidar suas identidades. Ferracutti (1982) chega a afirmar que estes jovens com Confusão de Identidade são, provavelmente, atormentados por sentimentos de isolamento, principalmente quando se envolve em violência terrorista como resposta adaptativa à dor da anomia.

A teoria do Narcisismo ou da Raiva Narcísica é fundamentada nos trabalhos de Kohut sobre a denominada Psicologia do *Self* (1971, 1972), a partir da Psicologia do Ego freudiana. Com efeito, para este autor, a Raiva Narcísica decorre como resposta a uma Ferida Narcísica. Na sua visão, a criança tem absoluta necessidade de respostas de Cuidado para se desenvolver normalmente. A falta de respostas empáticas materna levaria a danos na auto-imagem, a que chamou ferida narcísica, o que comprometeria o desenvolvimento numa de duas maneiras possíveis: fantasias infantis grandiosas persistentes ou falha na internalização da imagem idealizada parental. Ambas as respostas comprometeriam o desenvolvimento da identidade e da moralidade adulta. Nesta linha compreensiva, alguns autores apresentam trabalhos que a parecem corroborar (Akhtar 1999; Crayton 1983; Fried, 1982; Martens, 2004; Pearlstein 1991; Post, 1984), enquanto outros a contextam por questões metodológicas (ex. Horgan, 2003a, 2003b) e outros ainda sustentam evidência clínica da perturbação dependente de

personalidade na maioria das pessoas aderentes a cultos (incluindo os terroristas), mostrando o terrorista não como um psicopata, mas como alguém tímido, com desajustamento emocional, que busca incessantemente afiliação e significado para a sua dinâmica afetiva e de personalidade (Hubbard, 1971; Sarraj, 2002).

A teoria da paranóia foi, essencialmente, desenvolvida por Post (1998, 2004). Com efeito, para a psicanálise, o termo paranóia sugere um processo de pensamento caracterizado pela ilusão, incredulidade, desconfiança e querelância. É frequentemente acompanhado por falsas acusações e por desconfiança geral dos outros. A raiz desta teoria pode ser encontrada em Freud (1910/1981) e em Klein (1946/1996). Com efeito, a partir da noção de freudiana de projeção, no famoso caso do “Presidente Schreber”, e da noção kleiniana de posição esquizoparanóide, Post (1998, 2004) postula que a característica mais saliente do terrorista é a projeção, uma defesa infantil que atribui sentimentos internos intoleráveis a um objeto externo, fundamentalmente quando um indivíduo que se desenvolveu com um auto-conceito fragilizado idealiza um *Bom Self* e cliva o *Mau Self*. Nesta perspectiva, apesar de o terrorista não ser necessariamente psicótico, a posição esquizoparanóide “inflama” o terrorista com suspeitas que justificam os atos sangrentos de "auto-defesa" contra as suas vítimas (Post, 1997; p. 146). Contudo, apesar de constituir uma perspectiva teórica interessante, alguns estudos empíricos (ex. Sageman, 2004) não suportam a evidência de traços paranóides todos em terroristas.

Finalmente, quanto à teoria do pensamento absolutista, absolutista/apocalíptica Lifton (2000) sugere um modelo que faz confluír tópicos da teoria desenvolvimentista da psicanálise e da teoria de estilos cognitivos atípicos (Victoroff, 2005). Na perspectiva de Lifton (2000), o pensamento moral absolutista/totalitarista contribui para a motivação do terrorismo através do apelo sedutor a jovens adultos com problemas

identitários e que os terroristas significam como respostas emocionais normais (adaptadas) à violência através da negação, embotamento psíquico, ou o isolamento do afeto. Em relação a esta teoria, Victoroff (2005) resume: “embora nem o absolutismo nem o isolamento do afeto, por si só, ofereça uma *animus belli* ou explique o impulso específico para prejudicar inocentes, parece plausível prever que a violência irracional contra o «outro» seria precipitada quando as defesas patológicas conduziam a um pensamento preto-e-branco sobre o grupo alvo [vítimas] combinado com a paranoia sobre a aniquilação do grupo a que pertence [terroristas]” (p. 25).

Em suma, a teoria psicanalítica tem contribuído com algumas concepções interessantes sobre o fenómeno e os seus atores. Contudo, a sua validade empírica é bastante reduzida.

2.1.2.1.2. Etologia

A Etologia pode ser definida como a ciência que estuda “o comportamento dos animais no seu meio natural” (do grego; *imitação dos costumes*; Dicionário da Língua Portuguesa, 1998). Lorenz (1969) sugere que a agressão surge de uma necessidade biológica muito básica – “o instinto de luta” que tem tido valor de adaptação à medida que os seres humanos foram evoluindo, argumentando que o motor para a agressão é inato, e que nos seres humanos, através da exposição e interação com o meio ambiente, só o seu modo de expressão é aprendido. A teoria de um motor de instinto para a agressão que se constrói em crescendo no tempo é alimentada por consciencialização emocional ou psicológica e é subsequentemente descarregada por um processo de catarse, que diminui visivelmente esse motor/motivação. No entanto, nem a investigação empírica, nem os estudos fisiológicos suportam esta teoria “hidráulica” da energia agressiva (Borum, 2004). Mas, Lorenz (1969) insiste na ideia da violência como vector ligado à seleção natural. Aliás, uma das frases mais célebres de Lorenz resume

muito bem esta insistência: “Acredito ter achado o elo perdido entre o animal e o homem civilizado: somos nós” (1992). Assim, a Etologia tem insistido na violência inata e fundamental ao ser humano (intra e inter específica), enquanto mecanismo adaptativo no difícil campeonato a que chamamos evolução. Ainda assim, antropólogos e outros cientistas sociais sugerem diferenças significativas tanto na natureza como no nível de agressão em culturas diferentes, e a investigação experimental demonstrou que a agressão pode ser ambientalmente manipulada (exº Milgram, 1963); dois resultados que advogam contra a teoria do instinto humano universal (McCauley & Segal, 1987). Apesar desta linha de investigação, que entrecruza a Etologia e a Antropologia, outras linhas herdadas da Etologia (ex. Sociobiologia e Psicologia da Evolução) têm sugerido o Terrorismo como um “chapéu” que alberga diferentes estratégias evolutivamente adaptadas, como por exemplo a seleção de parentesco (*kin selection*) ou o modelo do esforço colectivo (Collective Efort Model) essencialmente no Terrorismo suicida religioso (Liddle, Bush & Shakelford, 2011; Olechowicz & Matusitz, 2013; O’Rourke, 2006; Sosis & Alcorta, 2008).

2.1.2.2. Teoria da Motivação (Frustração/Agressão)

Diversos autores vêm na relação frustração-agressão a «explicação mãe» para a compreensão da causa da violência humana (Berkowitz, 1965, 1989, 2013; Friedland, 1992; Titmar, 1992). A premissa de base da hipótese da frustração-agressão (FA) desdobra-se em duas vertentes: na primeira, a agressão é sempre produzida pela frustração e, na segunda, a frustração produz sempre agressão. Contudo, quando submetida ao escrutínio empírico, a investigação demonstrou que a frustração não conduz inevitavelmente à agressão. Por vezes até resulta na resolução de problemas ou em comportamentos dependentes. Sendo que é sabido que a agressão ocorre mesmo com ausência de frustração, não será então razoável ver apenas a frustração como um

factor causal necessário e suficiente. Berkowitz (1989), reafirmando o modelo de Dollard et al (1939), postula que só a frustração “afirmativa” conduz à agressão e, que a raiva – em presença de réplicas agressivas - conduz à agressão. É razoável concluir que estímulos afirmativos na verdade facilitam, mas não instigam em definitivo os comportamentos agressivos. Mas terá sido Gurr (1968) um dos primeiros a aplicar uma análise sistemática da FA ao problema da violência política, enquadrando a frustração como sendo uma privação relativa. Contudo, tanto a postura inicial da frustração-agressão, quando a derivativa privação relativa (Friedland, 1992; Gurr, 1968; Heskin, 1984) apresentam alguns engulhos quando aplicadas ao fenómeno Terrorismo. Ferracutti (1982), por exemplo, afirma que as potenciais explicações para o Terrorismo e para outras violências políticas através da teoria da Frustração–Agressão e suas derivativas são arricadas na medida em que tal “desvia o problema do universo social para o «idioverso» [individual e idiográfico], e os motivos e contramotivos [do terrorista] são superficialmente manipulados conceptualmente” (p. 139). Friedland (1992) também acaba por reconhecer a questionável validade da teoria da transferência da frustração-agressão do individual para o coletivo, ou, como refere Horgan (2003b), os limites da investigação individual (idiográfica) estão a ser pressionados para além do seu «poder» explicativo.

2.1.2.3. Aprendizagem Social

As teorias clássicas da Aprendizagem (condicionamento clássico e condicionamento operante) sugerem que os padrões comportamentais são adquiridos por ligações estabelecidas entre o comportamento e as suas consequências (1927/2010), nomeadamente o reforço e a punição, operando modificações no próprio meio (Skinner, 1966). Quando ao comportamento se seguem os resultados desejados (recompensa), este vê-se “reforçado”, tornando-se portanto mais provável a sua re-ocorrência.

Inversamente, quando o comportamento é seguido por consequências adversas ou indesejáveis, o comportamento é punido e torna-se portanto menos provável. A teoria da aprendizagem social (Bandura, 1971) é um simples prolongamento desta ideia de base, sugerindo que o comportamento (por exemplo, a agressão) é aprendido não só através da experiência directa de cada qual, mas também através da observação de como estas contingências ocorrem no ambiente de cada pessoa. Neste modelo, a agressão é vista como um comportamento aprendido. Por conseguinte, é defendido que, através da observação aprendemos as consequências do comportamento, como fazê-lo, a quem deve ser dirigido, quais as provocações que o justificam, e, quando é apropriado (Bandura, 2004). Ou seja, se a agressão é um comportamento aprendido, então, o terrorismo, um tipo específico de comportamento agressivo, também pode ser aprendido. Desta forma, em determinadas circunstâncias sociais, opera-se uma fragilização da auto-censura (Bandura, 1999), o que leva a um desprendimento moral.

Este desprendimento moral pode assim resultar da reestruturação cognitiva da conduta desumana através de justificação moral, por recurso a linguagem expurgativa e comparação social exonerativa; pela recusa de responsabilidade pessoal no dano através da difusão ou deslocamento de responsabilidade; ou desconsiderando/minimizando os efeitos prejudiciais das suas próprias acções, atribuindo a culpa da desumanização àqueles que são vítimas. (Bandura, 2002). Nesta linha, Black (2004) diz que o puro terrorismo é unilateral auto-ajudado por civis organizados que secretamente infligem violência em massa em outros civis, sendo a sua causa um choque cultural, e a sua origem uma disposição natural cuja chave motivadora é a vergonha, a estima e a raiva reprimida. Mas, Deflem (2004) sugere que a divisão entre as causas situacionais e disposicionais pode não ser tão clara quanto pensamos. O autor fala de «características predatórias» do terrorismo que nos ajudam a entender a ação terrorista, mas estas devem

ser vistas dentro de uma compreensão mais ampla dos impulsos «anti-modernistas», como por exemplo, uma oposição ao mercado livre, da democracia liberal e normas ocidentais associadas. Assim, para o autor o terrorismo contemporâneo representa equilíbrio institucional contrastante do poder dominado pela família, etnia e religião.

Do ponto de vista do terrorismo e, em particular, do terrorista, os modelos comportamentalistas parecem acentuar uma conexão entre o comportamento terrorista e a recompensa ou gratificação por esse mesmo comportamento. Por outro lado, a modelação social pode ter uma relevância especial em questões de identidade socio-cultural. Ainda assim, ao contrário da psicanálise, as teorias comportamentalistas não assumem a existência de psicopatologia específica para este tipo de conduta, mas, sim, uma alternativa comportamental face a um sistema de recompensas e gratificações ou de identidade social.

2.1.2.4. Psicologia Cognitiva

As pessoas interagem com o seu meio ambiente, baseadas na forma como o percebem e interpretam. Ou seja, as pessoas constroem um mapa cognitivo da sua envolvente social e estas percepções – mais do que a realidade objectiva externa - determinam o seu comportamento. A literatura sugere claramente que a capacidade cognitiva ou os estilos cognitivos afectam a violencia (Bryant et al. 1984; Kandel et al. 1988; Satterfield 1998; Ernst et al., 2003) e que influencia o comportamento violento dos líderes políticos (Satterfield, 1998). Mais, existem factores internos e externos que podem afectar a percepção de cada um no que toca à provocação e intenção (vieses). Nas pessoas altamente agressivas encontram-se sempre dois vieses de processamento: incapacidade de gerar soluções não agressivas para conflitos e falta de confiança na sua capacidade de as aplicar com sucesso e uma hipersensibilidade perceptual a sinais envolventes hostis/agressivos, particularmente sinais interpessoais (Bailey & Ostrov,

2008; Calvete & Orue, 2011; Coccaro, Noblet & McCloskey, 2009; Lobbestael, Cima & Arntz, 2013). Por outro lado, Taylor e Quayle (1994), por exemplo, sugeriram que os jovens aderem a grupos terroristas fazendo um erro de atribuição fundamental, um viés cognitivo, atribuindo imprecisamente motivos desviantes e malignos aqueles que percebem como opressores. No que respeita aos estilos cognitivos, Sidanius (1985) havia realizado um relevante estudo entre os terroristas: examinar os fatores cognitivos em diferentes tipos de extremismo, medindo o conservadorismo, a flexibilidade cognitiva, complexidade cognitiva e a intolerância à ambiguidade, através de instrumentos normalizados e validados. Contrariamente ao esperado, de que o extremismo seria associado a limitações cognitivas, esquerdistas e direitistas radicais mostraram maior complexidade cognitiva, e a reduzida flexibilidade cognitiva foi associada não só à intolerância à ambiguidade, mas, especialmente, à necessidade de segurança e uniformidade e também ao racismo e ao etnocentrismo. Crenshaw (1992) sugere que os princípios do conhecimento social se aplicam tanto aos terroristas como às suas organizações, notando que as acções de terroristas são baseadas numa interpretação subjectiva do mundo mais do que numa realidade objectiva. As percepções da envolvente social e política são filtradas através de crenças e atitudes que reflectem experiências e memórias.

2.1.2.4. Psicopatologia

A forma, muitas vezes brutal, com que são executados os atentados Terroristas tem levado à questão recorrente da putativa relação entre terrorismo e perturbação mental (Silke, 1998; Weatherston & Moran, 2003). Contudo, a literatura a este propósito é ambígua e vários problemas de cariz teórico-metodológico têm sido apontados (López-López & Pineda, 2011; Maile, Walters, Ramírez & Antonius, 2010). Enquanto alguns especialistas sugerem que os terroristas apresentam perturbações de personalidade ou, mesmo, doença mental que os tornam mais propensos a ingressar em

organizações terroristas e se envolverem em atividades terroristas, outros argumentam que os terroristas, em geral, são psicologicamente «normais».

A Psicologia tem uma longa história de tentar em primeiro lugar explicar os comportamentos desviantes como uma função psicopatológica (ex: doença mental, perturbação ou disfunção) ou síndromes de personalidades mal ajustadas. Tal como Schmid e Jongman (1988) realçaram, a assunção chave subjacente a muitas “teorias” psicológicas... é que o terrorismo de uma forma ou de outra não é normal e que a visão interna à psicologia e à psiquiatria são chaves adequadas à sua compreensão. Na verdade, a psicopatologia já deu mostras de ser, na melhor das hipóteses, apenas um factor de risco modesto para a violência geral, e tudo excepto irrelevante para a compreensão do terrorismo. Na verdade, “a ideia de terrorismo como produto da perturbação mental foi desacreditada” (Crenshaw, 2001).

É difícil estudar a prevalência da psicopatologia e dos traços de personalidade mal adaptada em populações terroristas. A maior parte dos estudos que têm examinado esta questão, utilizando as medidas psicológicas actuais, tem incluído apenas terroristas capturados e/ou referenciados para exame de doença mental. Os que são vistos como necessitando de uma avaliação de saúde mental podem ser diferentes da população terrorista geral. No entanto, a investigação que na realidade existe, é bastante consistente no verificar que, a psicopatologia grave ou a doença mental entre os terroristas é relativamente rara e não é certamente um factor de monta na compreensão ou previsão do comportamento terrorista (McCauley, 2002; Sageman, 2004). Porque, tal como Fried (1982) observou, mesmo nos casos em que o terrorista é claramente psicótico e delirante no seu pensamento, a consciência das realidades políticas pode desempenhar um papel significativo na determinação do comportamento. Na opinião de Friedland (1992), tal como para o apoio empírico, não existe até hoje nenhuma prova vinculativa que mostre que os terroristas sejam anormais, loucos, ou correspondam a

um único tipo de personalidade. Há até, na verdade, algumas indicações em contrário. Os dois estudos académicos mais importantes da perspectiva “perturbação mental” no terrorismo são os de Corrado (1981) e de Silke (1998). Ainda que escritos com quase vinte anos de diferença ambos chegaram a conclusões muito semelhantes. Reconhecendo que alguns estudos encontraram perturbações psicopatológicas entre alguns terroristas, Silke (1998), resumiu o seu estudo da literatura com as seguintes conclusões: a crítica constata que as verificações que sustentam o modelo da patologia são raras e regra geral de fraca qualidade. De forma contrastante, as provas sugerem que a normalidade terrorista é mais abundante e de melhor qualidade. Um estudo ainda mais recente da literatura científica e profissional por Ruby (2002) conclui de forma semelhante que, ”os terroristas não são disfuncionais ou patológicos, mas sugere antes que o terrorismo é basicamente uma outra forma de violência politicamente motivada que é perpetrada por pessoas lúcidas e racionais.

Tanto para as vítimas como para os observadores, muitos dos actos poderiam ser vistos como odiosos e os actores como insensíveis “assassinos impiedosos”. Dada a tendência geral para ver os desvios extremos como sinais de anormalidade ou psicopatologia, houve quem defendesse que os terroristas poderiam ser compreendidos como um colectivo de psicopatas (Corrado, 1981), e é certo que tais conceitos foram evocados para caracterizar pelo menos alguns dos assaltantes dos ataques do 11 de Setembro nos EUA. Não é difícil de ver como é que a ideia do “terrorista como psicopata” contém em si algum tipo de apelo intuitivo. Pearce (1977), por exemplo, via o terrorista como um psicopata agressivo, que aderiu a uma causa em especial porque algumas causas extremistas podem fornecer uma explicação central externa para todas as coisas que correram mal na sua vida. Para compreender as limitações e imprecisões numa generalização como esta, é no entanto necessário algum exame dos elementos essenciais da psicopatia e da forma através da qual estes traços interagem com as

exigências de participação numa organização terrorista. Antes de mais, para esclarecer uma questão terminológica, a designação de ASPD “anticocial personality disorder”, perturbação da personalidade anti-social, é um diagnóstico clinicamente reconhecido caracterizado por uma história de vida (incluindo antes dos 18 anos de idade) de actividade numa série de comportamentos anti-sociais e de delinquência, que podem incluir mentira, roubo, agressões, e actividade criminal. Semelhante à ASPD, a construção da psicopatia inclui um padrão longo e constante de comportamento anti-social e de estilo de vida impulsivo, mas, de forma contrastante, tem alguns elementos de experiência emocional deficiente, como por exemplo, falta de culpa, empatia e remorso. E uma capacidade de exploração interpessoal como insensibilidade, utilização dos outros, e estilo de vida parasita. Apenas vinte e cinco por cento das pessoas com ASPD também têm deficiências do núcleo da personalidade que compreendem uma síndrome psicopático. Numa das análises clínicas mais detalhadas sobre esta matéria, Martens (2004), reconhece que nem todos os terroristas têm ASPD, ou seja, não são todos psicopatas; no entanto, defende que indivíduos que se tornam terroristas partilham características tais como: alienação social, perturbações precoces do processo de socialização, agressividade, orientação para a acção, apetite para estímulos, atitudes de narcisismo, impulsividade e hostilidade, sofrendo danos precoces da sua auto estima, atitude defensiva, defesas primitivas tais como o medo da dependência e vergonha, questões edipianas não resolvidas, negação onipotente, acontecimentos em escalada, particularmente confrontos com a polícia, intolerância à crítica, arrogância e desdém, crença da superioridade do seu próprio sistema de crenças, indiferença aos sistemas de crenças dos outros, hostilidade, falta de auto crítica, justificação do seu comportamento violento, sofrendo de trauma profundo, libertação/descomprometimento moral pela desumanização das vítimas. Martens (2004) conclui em última análise que os terroristas com ASPD deviam ser vistos como um grupo discreto dentro dos terroristas ou pessoas

com ASPD, por terem um leque de características de diferenciação. Por outro lado, fica claro que, algumas deficiências de núcleo comum aos psicopatas, iriam provavelmente deteriorar o seu funcionamento eficaz num papel terrorista. Cooper (1978) notou, há já muito tempo que o terrorismo, como qualquer outro empreendimento sério, requer dedicação, perseverança e um certo desinteresse de si, (altruísmo). Estas são as muitas qualidades que faltam num psicopata.

Silke (1998) observou que depois dos investigadores terem falhado no encontrar de quaisquer ligações fortes entre terrorismo e psicopatologias graves, emergiu uma tendência que estabelece que o terrorismo tem muitos dos traços de personalidades patológicas mas que não têm as perturbações clínicas correspondentes. Este desenvolvimento tem tingido os terroristas com uma aura de patologia, oferecendo assim uma qualquer hipótese de confirmar ou desmentir as acusações. Apesar de mais de duas décadas de investigação e especulação teórica na tentativa de identificar o que torna o terrorista “diferente”, talvez a melhor generalização documentada seja negativa: os terroristas não demonstram qualquer psicopatologia gritante (McCauley, 2002). Na verdade, Crenshaw (2001) defende que a característica comum evidente nos terroristas é a sua normalidade, e Silke (2003) concluiu que os investigadores mais sérios nesta matéria, concordam, pelo menos nominalmente, com a posição de que os terroristas são essencialmente indivíduos normais.

Apesar de se ter chegado a sugerir que o comportamento e motivação terrorista poderiam decorrer de perturbações clínicas do humor (essencialmente, ciclotímicas) (ex. Turco, 1987), portanto do eixo 1, de acordo com o sistema de classificação DSM IV-R (APA, 2000), a maioria da investigação nesta área tem demonstrado interesse, essencialmente, em três perturbações de personalidade (eixo 2; APA, 2000): perturbação de personalidade anti-social (e psicopatia), perturbação narcísica de personalidade e perturbação paranoide de personalidade (Silke, 1998). Contudo, Miller

(2006) chega a estabelecer um perfil terrorista baseado nas perturbações de personalidade constantes no DSM IV TR (APA, 2000): «líderes» (perturbações de personalidade narcísica e paranoide), «verdadeiros crentes» e «impostores instáveis» (perturbações de personalidade borderline e anti-social), «bons soldados» e «abelhas trabalhadoras» (perturbações de personalidade evitante e dependente), «buscadores de ribalta» e «carne para canhão» (perturbações de personalidade histriónica e esquizoide e esquizotípica). Ainda assim, a psicopatía tem servido para garantir o objeto de estudo fundamental intacto. Este conceito, tradicional, contém em si uma forma de justificar a violência exercida sobre os demais. Contudo, com a 5ª edição do DSM (APA, 2013), os três primeiros eixos foram integrados num só e esta distinção deixa de fazer sentido, na medida em que, conceptualmente, no plano psiquiátrico, não existiam critérios suficientemente diferenciadores.

De qualquer das formas, continuamos longe de encontrar evidências sobre qualquer associação entre psicopatología e terrorismo, ainda que pontualmente alguns terroristas possam apresentar algum tipo de psicopatologia.

2.2. Abordagens Biológicas

Os factores biológicos são um elemento importante para uma tentativa de compreensão bio-psico-social alargada do comportamento. Oots e Wiegele (1985) defendem que os cientistas sociais que procuram compreender o terrorismo deveriam levar em consideração a possibilidade das variáveis biológicas e fisiológicas poderem desempenhar um papel no levar um indivíduo ao ponto de cometer um acto de terrorismo. Ainda assim são raros os estudos biológicos conhecidos efectuados sobre terrorismo. Excepção parece ser a descoberta anunciada por Hubbard (1983) que concluiu que os terroristas que examinou em clínica, sofriam de problemas ou do ouvido interno ou de “disfunção vestibular”. No entanto, nem esta descoberta tem tido réplicas, nem é conhecida uma análise clara que a relacione com o terrorismo. Hubbard

(1983) insiste, assim, que deve ser estudado o sistema hormonal de reacção ao stresse para se entenderem as reacções violentas, em particular a dos terroristas. Ainda que estes aspetos estejam embrionários, Hatemi e Dermott (2011), consideram fundamental uma abordagem neurobiológica aos fenómenos de violência política, onde incluem alguns terrorismos, Numa perspetiva, simultaneamente, científica e securitária, desenham uma agenda de objetivos que requer a integração de métodos e competências de geneticistas e neurocientistas com aqueles os das ciências sociais e comportamentais. Especificamente, procuram introduzir uma abordagem para estudar a violência política que: (i) quantifique os efeitos dos genes, ambientes, e sua interação no comportamento; (ii) identifique contextos genéticos e ambientais específicos que levam a esse tipo de comportamento; (iii) desenvolva um modelo abrangente das determinantes biológicas e sociais para a violência política; (iv) identifique populações sob circunstâncias específicas que representam uma prevalência maior ou menor para quaisquer genes específicos, mecanismos neurobiológicos e ambientais que representam uma maior ameaça de violência política; (v) desenvolva mecanismos para identificar indivíduos dentro das populações que estão mais em risco de cometer violência, bem como os mais resistentes a essa acção; e (vi) crie respostas ambientais que possam mitigar o risco nos indivíduos. Apesar destes objetivos serem discutíveis em diversos planos (desde o plano ético ao plano metodológico), alguns aspetos neuroquímicos e hormonais têm sido estudados, ainda que de forma indireta e com extrapolações geralmente imprecisas.

2.2.1. Factores Neuroquímicos e Hormonais

2.2.1.1. Factores Neuroquímicos - De todos os neurotransmissores do cérebro dos mamíferos, a serotonina (5-HT) é talvez a que foi alvo de maior número de estudos e tem mostrado a associação de maior consistência em relação ao comportamento agressivo (para revisão, Krakowski, 2003). Níveis de serotonina mais baixos têm sido

ligados a níveis mais altos de agressão em amostras normais, clínicas e de agressores (Virkkunen, Goldman, Nielsen & Linnoila, 1995). A associação entre défices de 5-HT e a agressão parecem ser específicos a, (ou pelo menos afectam principalmente) comportamentos mais impulsivos do que premeditadamente agressivos que também parecem ser mediados por ameaça percebida ou provocação (Boer, Caramashi, Natarajan e Koolhaas, 2009). Baixos níveis de 5-HT podem aumentar a sensibilidade ou reacção a sinais de hostilidade ou provocação. Porque a serotonina é principalmente um neurotransmissor inibidor, é possível que um défice de 5-HT reduza a inibição das ideias agressivas e impulsos que de outra forma seriam eliminados, não sendo conhecidas no entanto quaisquer provas que a serotonina os crie (Siever, 2008). Tal como outros neurotransmissores, a norepinefrina (NE) pode afectar ou despertar a sensibilidade do meio ambiente e a dopamina (DA) pode afectar a activação do comportamento e o comportamento dirigido a objectivos. Comparada com a serotonina, a relação entre a dopamina e a norepinefrina e a agressão humana é menos clara, sendo mais estudada a associação da serotonina com o GABA (Narvaes & Almeida, 2014). Ainda que alguns estudos tenham ligado baixos níveis de DA a aumentos de agressão, particularmente agressão impulsiva, os níveis de DA e 5-HT estão correlacionados (movem-se em conjunto) e é particularmente incerto que a DA, independente do efeito da 5-HT, tenha qualquer relação com comportamentos agressivos (Berman, Kavoussi e Coccaro, 1997).

2.2.1.2. Factores Hormonais

De entre os fatores hormonais mais relacionados com a violência, quer em humanos quer noutros animais, está a testosterona. A testosterona é uma palavra cunhada por dois investigadores alemães, Leopold Ruzicka e Adolf Butenandt em 1936, que foram laureados com o Prémio Nobel da Química em 1939. A construção desta

palavra resulta da junção das palavras «testículo», «esteróide» e «hormona». A sua ligação ao masculino é, contudo, mais antiga, datando, provavelmente, as primeiras experiências em transplantes testiculares do século XVIII. (Freeman, Bloom & McGuire, 2001). A sua ligação à agressividade foi alvo de grande interesse de investigadores durante a segunda metade do século XX, com particular destaque para o conceito de “envenenamento de testosterona” (Alda, 1975). Ainda que não exista evidência empírica que suporte este conceito como uma causa de violência desproporcionada nos homens, Mazur et al. (1998) sugerem que homens com níveis mais elevados de testosterona tendem a ser mais agressivos, argumentando que tal parece ser devido à ação agressiva que aumenta os níveis de testosterona e não o contrário. Mas Berenbaum et al. (1997), mais suportados na hipótese do “envenenamento” verificaram que a exposição a níveis elevados de andrógenos no útero estavam associados a níveis mais elevados de agressividade no adulto (Reinisch, 1981; Berenbaum e Reinisch, 1997). Mais recentemente, McDermott (2007) encontrou correlações positivas estatisticamente significativas entre os níveis de testosterona medidos e a frequência e intensidade das agressões perpetradas em homens. Contudo, a testosterona, que sabemos existir nos machos de numerosas espécies animais (dos reptéis aos mamíferos), está também presente nas fêmeas (Giammanco, Tabacchi, Giammanco, Di Majo & La Guardia, 2005).

Será, então, a relação testosterona/comportamento agressivo uma mera questão de quantidade hormonal produzida e em circulação?

A testosterona tem, na melhor das hipóteses, um papel limitado. Uma meta-análise da relação entre a testosterona e os resultados no Inventário de Hostilidade de Buss-Durkee (Archer, cit em Brain e Susman, 1997) mostrou “uma relação fraca mas ainda assim positiva entre os níveis de testosterona e os resultados médios do inventário

de 230 homens testados em cinco estudos” (Brain e Susman, 1997, p.319). Os efeitos das hormonas gonadotrópicas/androgénios no comportamento humano e particularmente no comportamento agressivo, são mais fracos e complexos do que se poderia esperar (Benton, 1992). Provavelmente, a sua influência no comportamento agressivo deve ser compreendida no seio de interações com neurotransmissores (serotonina) e no seio de circuitos funcionais (amígdala, hipotálamo lateral e área préoptica medial do cortex frontal, como sugerem Giammanco et al (2005).

2.3 Abordagens Sociais

As abordagens sociais enfocam fundamentalmente três perspectivas: Funcionalismo, Teoria do Conflito e Intercaccionismo Simbolico (Cinoglu & Ozeren, 2010; Barkan, 2015). Na perspectiva funcionalista, o terrorismo serve varias funções sociais importantes, como por exemplo, incrementar a solidariedade social e a forma como a sociedade se une para perseguir e derrotar um inimigo comum. Assim, o Funcionalismo enfatiza as áreas onde o terrorismo pode ser visto de forma socialmente útil, apesar dos horrores que inflige (p.e. lutas nacionalistas ou religiosas). Em suma, emerge a função que o terrorismo pode ocupar no seio de uma determinada dinâmica social, num determinado momento socio-histórico. Na óptica da Teoria do Conflito, o terrorismo resulta da desigualdade social, político ou material de um grupo social, que criticam o amplo sistema sócio-político, ou que de outra forma prejudicam o funcionalismo estrutural e conservadorismo ideológico. As Teorias do Conflito chamam a atenção para os diferenciais de poder, como o conflito de classes, e, geralmente, contrastam ideologias historicamente dominantes. Portanto, macro-análises da sociedade. Já para o Intercaccionismo Simbolico, tudo na sociedade tem um significado mais profundo do que aparenta e que se torna portanto necessário descodificar. Nesta perspectiva, um determinado acto, que possa ser interpretado como terrorista numa

determinada sociedade ou cultura, pode ter um significado diametralmente diferente noutra. Ou, também, ainda que possa ter o mesmo significado, pode ter na origem, outras razões ou justificações para que tenha ocorrido.

Com menos tradição e, sobretudo, com menor expressão teórica e empírica surgem as teorias da opressão (Fanon, 1965; Whitaker, 1972; Schmid, 1983) e as teorias das culturas nacionalistas (Weinberg & Eubank, 1994). Nas primeiras, uma certa tradição revolucionária da sociologia sugere que a opressão provoca violência política e, conseqüentemente, terrorismo. As segundas sugerem que o terrorismo se expressa de forma diferente em culturas de natureza colectivista ou individualista. Nas culturas colectivistas, os ataques terroristas têm como alvo os out-grups incluindo estrangeiros, enquanto que as individualistas são mais atritas a ataques a membros do in-grup.

Contudo, de acordo com Turk (2004) a sociologia do terrorismo tem sido pouco estudada ainda que proliferem trabalhos sobre várias formas de conflito social e violência. Assim, de acordo com aquele autor, os focos dos estudos sociológicos sobre o terrorismo devem ser: (a) a construção social do terrorismo, (b) o terrorismo como violência política, (c) o terrorismo como forma de comunicação, (d) o terrorismo organizado, (e) a socialização dos terroristas, (f) controle social do terrorismo, e (g) a teorização do terrorismo.

2.4. Em Portugal

A literatura sobre o terrorismo em Portugal é exígua e desenvolve-se, sobretudo, a partir da implantação da Democracia, em 25 de Abril de 1974. As abordagens são diversas. Alguma dessa literatura foi desenvolvida por terroristas ainda durante o seu período operacional e activo (e.g. Antunes, 1974; Partido Revolucionário do Proletariado, 1975), outra, por historiadores e jornalistas (e.g. Bebiano, 2005; Lindim,

2012; Narciso, 2002; Pimentel, Madeira, & Farinha, 2007; Serra, 1999), outra, por por investigadores da Polícia Judiciária e especialistas em Inteligência e Informações (e.g. Cardoso, 2004; Vegar, 2007; Ventura, 2009; Ventura & Nascimento, 2001), e, outra ainda, por psicólogos e professores universitários na áreas das ciências do comportamento (Nascimento, 2002; Silva & Machado, 2012).

O estudo de Silva e Machado (2012) é particularmente relevante no contexto da presente investigação, porque se trata de uma investigação empírica, de natureza qualitativa, que analisa o envolvimento em movimentos de luta armada política em Portugal, através da perspectiva dos seus participantes, ou seja, de ex-operacionais terroristas. Analizando ex-operacionais de organizações pré e pós 25 de Abril de 1974, as autoras sugerem alguns aspectos comuns aos dois grupos e algumas especificidades. No que respeita aos aspetos comuns, verificaram: dinâmicas interpessoais caracterizadas por afetividade e/ou partilha ideológica, justificação das ações empreendidas com teor essencialmente ideológico e/ou religioso, ausência de arrependimento sobre as consequências das ações realizadas, justificando-as com o contexto da época e da sua absoluta e justificada necessidade e com o consenso da decisão grupal, ainda que pudesse existir algum questionamento sobre a relação de custo/benefício de algumas dessas ações, mormente após a existência de vítimas ou da morte de camaradas. Contudo, na atualidade estão bem inseridos socialmente. No que respeita a aspetos específicos verificaram métodos de recrutamento e de iniciação distintos e, inclusivamente traçam dois perfis distintos de acordo com a adesão pré ou pós implantação da Democracia (25 de Abril de 1974): “No primeiro caso, parece-nos tratarem-se, essencialmente, de indivíduos pertencentes a um estrato social composto por intelectuais, com carreiras políticas sólidas, ideologicamente organizados e, muitas vezes, com experiência de formação política e operacional no estrangeiro. Indivíduos

estes que aspiravam apenas à queda do regime ditatorial e ao fim da Guerra Colonial, repudiando de todo a vitimização humana como meio para o alcance dos seus objectivos. No segundo caso, parece-nos tratarem-se de indivíduos mais jovens e menos intelectualizados, na sua maioria, que experienciaram a euforia da revolução de Abril, a reconquista da democracia e que a um dado momento se começam a aperceber, muitas vezes por experiência própria (no caso daqueles que eram operários), de injustiças no seio do tecido social, que afectavam principalmente os mais desfavorecidos. Estes indivíduos começam, igualmente, a temer o retorno à ditadura devido a avanços da extrema-direita e aos fracassos eleitorais dos partidos da esquerda. É neste sentido que se organizaram, mas a nosso ver de uma forma bastante emocional e pouco ponderada, o que justifica a rápida desarticulação da organização, a prisão da maioria dos seus elementos, bem como a realização de acções com as quais nem todos os participantes se identificaram.” (Silva & Machado, 2012, p. 210-211). Apesar da relevância dos dados deste estudo, os trabalhos revistos sobre terrorismo em Portugal revelam as mesmas dificuldades que a literatura em geral sobre o tema: variabilidade na conceptualização, pobreza teórica, ambiguidade metodológica e exiguidade de dados.

**CAPÍTULO 3. CONTRIBUTOS PARA A COMPREENSÃO DA EXPERIÊNCIA
VIVENCIAL DO TERRORISTA**

- 3.1. Das Abordagens Nomotéticas às Idiográficas**
 - 3.2. Da Norma à Patologia**
 - 3.3. Uma Visão Holística: Do Significado ao Sentido**
-

3. CONTRIBUTOS PARA A COMPREENSÃO DA EXPERIÊNCIA VIVENCIAL DO TERRORISTA.

3.1. Das Abordagens Nomotéticas às Idiográficas

Uma das questões mais relevantes na teoria do conhecimento científico é a da operacionalização metodológica dos seus conceitos. Um dos temas mais debatidos sobre este aspeto é a da discussão das abordagens nomotéticas *versus* abordagens idiográficas.

O primeiro problema que se coloca é o seguinte: existirão ciências exclusivamente nomotéticas e outras exclusivamente idiográficas? Ou será possível conceber num mesmo *corpus* científico a opção de ambas as abordagens em função dos objetivos e da metodologia proposta (*design* de estudo, tipo de participantes, tipo de instrumentação, generalização dos resultados)?

Numa clara reação ao positivismo crescente nos meados do séc. XIX, e na antítese do naturalismo em expansão, Droysen (1817-1888/2009) procurou afirmar uma perspetiva historicista das ciências sociais, contrariamente às ditas ciências naturais. Numa abordagem hermenêutica, este filósofo alemão introduziu a dicotomia «explicar» *versus* «compreender» (*erklärung and verstand*), afirmando que o objetivo das ciências naturais é «explicar» enquanto o objetivo da história é «compreender» os fenómenos que se enquadram no seu domínio.

Mas o debate da conceção que separa «ciências idiográficas» e «ciências nomotéticas» está longe de ser encerrado. (Piccione, 2013). Aliás este debate começa no séc. XIX, a seguir a Droysen. Surge uma oposição, formulada por Dilthey (1988), e que se tornou clássica, entre a "Ciência da Natureza" - *Naturwissenschaften* – e "Ciência do Espírito" (ou mais abrangentemente, Ciências Humanas) - *Geisteswissenschaften*.

Dilthey (1988) procura a independência da metodologia das ciências humanas ou do espírito (que equivaleria à Psicologia) (*Geisteswissenschaften*) das “Ciências da Natureza” em defesa da autonomia de métodos interpretativos ou hermenêuticos. De acordo com Dilthey, as «*Geisteswissenschaften*» produzem conhecimento através da compreensão e discernimento, enquanto as «*Naturwissenschaften*» geram conhecimento através da explicação. Neste cenário filosófico e epistemológico, em 1894, no célebre texto “History and Natural Sciences”, Windelband (1894/1998) introduz o contraste entre a construção do conhecimento, que enfatiza o geral (nomotético) e que incide sobre o particular (idiográfico). Para este autor, como se pode verificar na tradução inglesa do seu texto de alocução aos reitores, na Universidade de Strasbourg (tradução de Lamiel para o inglês, do original alemão), as ciências empíricas procuram no conhecimento da realidade quer o «geral», sob a forma de uma «lei natural», quer o «particular», sob a forma de uma realidade “historicamente» determinada”., havendo, por isso, por um lado, ciências das «leis» (generalização) e, por outro, ciências dos «acontecimentos» (particularização). Windelband (1894/1998), como filósofo neo kantiano, apoia-se nas permissas de Kant (2008) que descreve o nomotético como uma tendência para generalizar, consubstanciando o esforço para derivar leis que explicam fenômenos objetivos; e descreve o ideográfico como uma tendência para especificar, expressando o esforço para compreender o significado dos fenômenos contingentes, acidentais, e muitas vezes subjetivos. A acrescer a esta questão, podemos ser tentados a ligar o que Kant referia como fenômenos objetivos, seriam estudados pelas ciências naturais, e os fenômenos subjetivos pelas ciências sociais e fenômenos subjetivos.

Nesta perspetiva, a tabela 6, retirada de Kruse (2011), sugere um quadro comparativo entre investigação qualitativa e investigação quantitativa, tomando como ponto de partida a ideia de que estes dois tipos de investigação são equivalentes da dicotomia investigação idiográfica/investigação nomotética.

Tabela 6. Investigação qualitativa e quantitativa (retirada de Kruse, 2011)

Investigação Qualitativa	Investigação Quantitativa
Reconstrução de padrões subjectivos interpretativos	Definição de padrões objectivos
Retenção da própria pré-compreensão o maior tempo possível	Testagem de hipóteses pré-formuladas
Compreensão interpretativa e pontos de vista subjectivos	Mensuração e conexão
Princípio da abertura	Princípio da standardização
Perguntas abertas, as respostas são textos	Perguntas fechadas padronizadas, as respostas são inquéritos
Pequena Amostra ou estudo de caso	Grande amostra

Se insistirmos nesta dicotomia, que opõe investigação qualitativa a investigação quantitativa, rapidamente nos apercebemos de limitações em ambas. De acordo com Kauffman (2011/2012), as abordagens qualitativas apresentam três vieses fundamentais: polissemia / ambigüidade, seleções categóricas e rastreabilidade / não-reprodutibilidade, enquanto as quantitativas apresentam potenciais problemas de validade em termos de seleção de variáveis, de significância (análise de dados), e de interpretação dos dados.

Contudo, como referem Salvator e Valsiner (2010), de acordo com a proposta original de Windelband, as noções de nomotético e ideográfico são termos complementares, ao invés de uma díade de oposição. A singularidade dos fenômenos psicológicos torna inviável para a ciência o recurso exclusivo a uma generalização indutiva que funciona através da acumulação de evidências empíricas fornecidas por coleções agregadas de casos ou dados ou de um único caso ou assumindo equivalência de exemplares em todo os casos individuais.

Ainda assim, como refere Thomae (1999) uma revisão da história da oposição nomotética-ideográfica sugere que o problema da "singularidade" do indivíduo é secundário, no contexto da abordagem "correta" do estudo da pessoa humana. As abordagens idiográficas enfatizam a necessidade de uma conceptualização "não mutilada" dos processos psicológicos (isto é, singular e única). As exigências deste tipo de pesquisa "não mutilada" devem ser integradas nas da ciência nomotética que exigem controlo e standardização dos processos psicológicos. Tal tipo de integração é representada por estudos biográficos com base em entrevistas semi-estruturadas e uma análise qualitativa e quantitativa sistemática dos seus conteúdos.

Em suma, o problema do idiográfico *versus* nomotético, subjetivo *versus* objetivo, ou, mesmo, qualitativo *versus* quantitativo, deve deixar de constituir uma oposição sistemática de abordagens e adquirir o cunho de dialética dinâmica de conhecimento.

Na presente investigação esta dialética dinâmica torna-se fundamental, no sentido em que a abordagem à experiência vivencial do terrorista deve pautar-se por uma estratégia holística (descrita adiante), no sentido em que se, por um lado, o terrorista é uma individualidade e a sua vivência é específica (*uniqueness*), por outro, o seu comportamento é determinado e enquadrável nas leis gerais do comportamento humano.

3.2. Da Norma à Patologia

Para além, do cisma Nomotético *versus* Idiográfico, no que respeita à abordagem de conhecimento, na determinação do comportamento emerge outro grande cisma: a oposição Normal *versus* Patológico. Se no capítulo anterior sugerimos uma abordagem dialética entre a idiografia e a nomotetia, que dizer relativamente à relação Normal e Patologia, no que respeita ao terrorismo?

Quer a noção de Normal quer a noção de Patológico encerram uma clara e particular polissemia. Se para o primeiro muitas vezes encontramos sinónimos redutores como, por exemplo, média, adaptação, frequência, para o segundo costumamos encontrar os seus antónimos, ou seja, desvio, desadaptação e raridade.

Mas um dos trabalhos mais estudados sobre o Normal e o Patológico (Canguillem, 1991), introduz-nos algumas questões relevantes para a abordagem desta díade, cisma ou dialética. Com efeito, o trabalho de Canguillem (1991) surge com um conjunto de critérios que se opõem a uma certa herança positivista. Com efeito, e no que respeita à relação entre o normal e o patológico, a tradição do séc XIX, fundada pelo médico francês Joseph de Broussais (Canguillem, 1991; Coelho e Filho, 1999; Nicolas, 2002), e o seu célebre princípio “há identidade entre o normal e o patológico, e nas suas variações estreitas”, vai determinar um pensamento positivista, particularmente observado na Sociologia, de Auguste Comte, e na Medicina, de Claude Bernard. Assim sendo, aquele princípio sugere que os fenómenos patológicos são apenas variações de intensidade dos seus “correlatos” fisiológicos ou normais. A questão colocava-se, pois, somente em termos meramente quantitativos, a partir de uma linha contínua. Mas Canguillem (1991) recusa esta ideia e apresenta alguns argumentos interessantes. Como adianta Lustoza (S/D), “o princípio de Broussais usualmente exige o uso de critérios qualitativos que o complementem. Por exemplo, embora a cárie seja frequente na população, não ousaríamos afirmar que ela é saudável. Do mesmo modo há características que são raras mas que nem por isso ousaríamos afirmar que são doentias, como é o caso de muitas mutações.” (pag 2). Por outro lado, para Canguillem (1991) não existe qualquer critério quantitativo que permita traçar uma fronteira entre um desvio pequeno e aceitável e outro que seria patológico: “a estatística não oferece nenhum meio para decidir se um desvio é normal ou anormal” (pag 187). Por último, a patologia não é, em si mesmo, anormal, no sentido de um afastamento ou ausência da

norma, mas antes outra forma de regulação. De certa maneira, o patológico não será então estabelecido pela comparação do indivíduo com outros indivíduos, mas pela comparação do indivíduo consigo próprio, ou entre o que ele consegue fazer numa determinada situação e é incapaz de fazer noutra (Lustoza, S/D).

Mas, se nos afastarmos deste debate epistemológico e assumirmos apenas a existência de qualquer diagnóstico psiquiátrico (categorial ou dimensional) para sublinhar o patológico num qualquer indivíduo, será possível cobrir a generalidade dos terroristas com um determinado chapéu-diagnóstico?

Como vimos no capítulo anterior (Psicopatologia), a maioria dos terroristas não tem qualquer diagnóstico psicopatológico e a pequena percentagem que tem diagnóstico psiquiátrico é enquadrável no eixo II, da DSM-IV-R (APA, 2000), ou seja nas perturbações de personalidade.

Assim sendo, o comportamento terrorista não pode ser considerado em termos de dialética Normal e Patológico, desde logo porque a maioria dos terroristas são “saudáveis” no plano psiquiátrico.

3.3. Uma Visão Holística: Do Significado ao Sentido

A partir de dois quadrantes relativos à dinâmica compreensiva do Social/Indivíduo e do Normal/Patológico verificamos que facilmente escorregaremos em antagonismos pouco consistentes e em dialéticas não analisáveis em função de um referencial único e *standard*. Assim, optamos por uma proposta metodológica diferente, de cariz holístico e consubstanciada numa perspectiva sócio-histórica (Vigotsky, 1996), e que tem com objetivo a apreensão dos sentidos (Aguiar e Ozella, 2006, 2013).

Nesta proposta, o importante é alcançar um estudo que mantenha a tónica apenas baseada no comportamento. Seja no terrorismo, seja em qualquer outro comportamento

violento, aparece-nos a tentação de especular a personalidade ou a dinâmica interna dos sujeitos. Mas o que é urgente é um trabalho empírico versado na análise de comportamentos relacionados com incidentes. Uma das dificuldades da investigação é conseguir redireccionar o estudo para quais os comportamentos que precedem o resultado e pôr de parte preconceitos (e alguns conceitos) a propósito de que “causas” tem determinado comportamento. A apreensão dos sentidos como proposta metodológica foi já desenvolvida num trabalho publicado pela professora Wanda Maria Junqueira Aguiar, Professora Titular da Faculdade de Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Vigotskiana por excelência, Wanda Aguiar explica que a sua reflexão metodológica, sobre a apreensão dos sentidos, se pauta numa visão que tem o seu ponto de partida no empírico, mas que tem a clareza do exprimir o quanto é necessário ir além das aparências e não nos contentarmos com a descrição dos factos. Explica-nos como é vital buscar a explicação do processo de constituição do objecto estudado, ou seja, estudá-lo no seu processo histórico. Não podemos deixar de mencionar a impossibilidade de se construir um método alheio a uma concepção de homem. Assim, falamos de um homem constituído numa relação dialética com o social e com a história, sendo ao mesmo tempo único, singular e histórico. Este homem, constituído na e pela actividade, ao produzir a sua forma humana de existência, revela - em todas as suas expressões - a historicidade social, a ideologia, as relações sociais, o modo de produção e ao mesmo tempo, expressa, a sua singularidade, o novo que é capaz de produzir, os significados sociais e os sentidos subjectivos. Na importância de um método materialista dialético, as categorias linguagem e pensamento e as noções de significado e sentido. Sobre este método diz a professora: “Uma das marcas deste tipo de análise é ter como meta desvelar fatos e fenómenos, explicitar contradições e assim ousar apontar caminhos mais críticos menos naturalizantes e ideológicos”. A Psicologia, enquanto ciência, deve ter como pedra angular a idéia da inseparabilidade do lógico, da

base material, da dialética e do histórico. Indivíduo e sociedade vivem uma relação na qual se incluem e se excluem ao mesmo tempo. Lembramos aqui que Vigotski (1998) afirma que o indivíduo é “quase o social”, para ele não há invenções individuais no sentido estrito da palavra. Em todas existe sempre alguma colaboração anônima. E lembramos também quando afirmamos se excluem, se diferenciam, destacamos a singularidade do sujeito. Entendemos, desta forma que indivíduo e sociedade não mantêm uma relação isomórfica entre si, mas uma relação onde um constitui o outro. Ainda na questão metodológica, a categoria mediação, permite romper as dicotomias interno-externo, objetivo-subjetivo, significado-sentido, assim como afastar visões naturalizantes, baseadas numa concepção de homem fundada na existência de uma essência metafísica. Por outro lado, possibilita uma análise das determinações inseridas num processo dialético, portanto não causal, linear e imediato, mas no qual as determinações são entendidas como elementos constitutivos do sujeito, como mediações. A categoria mediação não tem, portanto a função de apenas ligar a singularidade e a universalidade, mas de ser o centro organizador objetivo dessa relação. Ao utilizarmos a categoria mediação possibilitamos a utilização, a intervenção de um elemento/um processo, em uma relação que antes era vista como direta, permitindo-nos pensar em objetos/processos, ausentes até então. Assim, como já colocamos acima, subjetividade e objetividade, externo e interno, nesta perspectiva, não podem ser vistos numa relação dicotômica e imediata, mas como elementos que, apesar de diferentes, se constituem mutuamente, possibilitando um a existência do outro numa relação de mediação. A tarefa é portanto apreender as mediações sociais constitutivas do sujeito, saindo assim da aparência, do imediato, indo em busca do processo, do não dito, do sentido. Colocadas as questões metodológicas, destacamos a questão preliminar para a discussão dos sentidos e significados, a relação pensamento – linguagem. Ao apreender-se o processo, por meio do qual, os motivos se configuram, avança-se na apropriação do

processo de constituição dos sentidos, definidos como a melhor síntese do racional e do emocional. A apreensão dos sentidos não significa apreendermos uma resposta única, coerente, absolutamente definida, completa, mas expressões do sujeito muitas vezes contraditórias, parciais, que nos apresentam indicadores das formas de ser do sujeito, de processos vividos por ele. Sabemos o quão difícil é sua apreensão, ele não se revela facilmente, ele não está na aparência, muitas vezes o próprio sujeito o desconhece, não se apropria da totalidade de suas vivências, não as articula. Não podemos esquecer que o pensamento, sempre emocionado, não pode ser entendido como algo linear, fácil de ser captado, não é algo pronto, acabado. É interessante quando Vigotski (1998) afirma que o pensamento muitas vezes termina em fracasso, não se converte em palavras. Com esta afirmação podemos entender que vivências ocorrem, em que um processo está ocorrendo, mas que não se expressa claramente. As vivências são muito mais complexas e ricas do que parecem. A análise através dos Núcleos de Significação não são procedimentos ou instrumentos exclusivos, mas fundamentais para os nossos objetivos dentro de uma proposta de pesquisa qualitativa. Trabalharemos com entrevistas, do nosso ponto de vista, um dos instrumentos mais ricos e que permite acesso aos processos psíquicos que nos interessam, particularmente os sentidos e os significados. Sem a pretensão de ampliar uma discussão sobre este método de coleta, gostaríamos de atentar para algumas características que marcam este instrumento.

Estas entrevistas devem:

1 - ser consistentes e suficientemente amplas de modo a evitar inferências desnecessárias ou inadequadas.

2 - ser recorrentes, isto é, a cada entrevista, após uma primeira leitura o informante deverá ser consultado no sentido de eliminar dúvidas, aprofundar colocações

e reflexões e permitir uma quase análise conjunta do processo utilizado pelo sujeito para a produção de sentidos e significados.

3 - mesmo considerando que uma boa entrevista pode contemplar material suficiente para uma análise, se houver condições, alguns outros instrumentos podem permitir aprimoramento e refinamento analítico. Um plano de observação, no processo das entrevistas, tanto para captar indicadores não verbais, como para complementar e parear discursos e ações que estão nos objetivos da investigação. Outros instrumentos úteis e possíveis de utilização são: relatos escritos, narrativas, história de vida, frases incompletas, autoconfrontação, vídeo-gravação e, inclusive, questionários ou desenhos desde que sejam complementados e aprofundados através de entrevistas.

De per si, os princípios psicológicos não vão resolver todos os problemas que envolvem o crime e a inteligência terrorista, mas, na medida em que a entrevista e o interrogatório são exclusivamente processos humanos, o seu sucesso será informado por um domínio da prática psicológica na mente criminoso ou terrorista.

Na verdade, a psicologia prática é uma habilidade que é vital para todos os aspectos da aplicação da lei e da justiça penal (Miller, 2006; Zulawski & Wicklander, 1993).

PARTE II. ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO 4 – OBJECTIVOS

CAPÍTULO 5 – METODOLOGÍA

CAPÍTULO 6 – RESULTADOS

CAPÍTULO 7 – DISCUSSÃO

CAPÍTULO 8 - CONCLUSÕES

CAPÍTULO 4. OBJECTIVO

4. Objectivos da investigação

4. Objectivo da investigação

De acordo com o descrito no Marco Teórico, existem inúmeras definições de Terrorismo (mais de 100; Dupuy, 2004; Strentz, 1981). Contudo, estamos longe de chegar a uma definição simultaneamente abrangente e consensual do fenómeno (Victoroff, 2005). A dificuldade em encontrar essa consensualidade, ou unidade conceptual, parece dever-se, em larga medida, às diferentes abordagens, cujo eixo fundamental de análise pode ser traduzido nas seguintes questões: Terrorismo ou Terrorista? Ou seja, enfatiza-se o individual ou o socio-cultural? (Hudson, 1999); Normal ou Patológico? Ou seja, o Terrorista é alguém sem perturbação psicológica ou, pelo contrario, todos os Terroristas são enquadráveis numa qualquer categoria nosográfica aceita? (López-López & Pineda, 2011; Maile, Walters, Ramírez & Antonius, 2010)

As questões colocadas remetem, como já referimos, para um problema epistemológico essencial e que tem sido recorrentemente revisitado: a independencia metodológica das ciencias sociais e humanas relativamente às ciencias (ditas) naturais. Este problema, incansavelmente tratado por Dilthey (1988), na tradição de Droysen (1857-1858/2009), sugere que às ciencias naturais compete, sobretudo, *explicar* (esclarecer a dimensão causal dos fenómenos), por recurso a uma abordagem *nomotética* (ênfase nas leis e relações gerais), e às ciencias humanas (por ele designadas por ciencias do espírito ou históricas) compete, sobretudo, *compreender* (ênfase na apreensão dos sentidos dos fenómenos), por recurso a uma abordagem *idiográfica* (ênfase no individual, no específico e no histórico). Assim, para Dilthey, as Ciências Humanas resultam, no essencial, da união do geral e do individual, o que, de certa forma, é equivalente ao circulo hemenêutico proposto por Gadamer (1998): o individual compreende-se pelo todo e o todo compreende-se pelo individual.

É nesta perspectiva que assumimos uma abordagem socio-historica vigotskiana (Vigotski, 1998), na qual a compreensão dos fenómenos decorre a partir de seu acontecer histórico, onde o particular é considerado uma instância da totalidade social, a partir da relação entre conduta mediada culturalmente e significado e sentido.

O objetivo central desta investigação é, assim, de natureza descritiva. Pretende-se compreender a experiencia vivencial do terrorista e, complementarmente, descrever as interseccionalidades socio-históricas que consubstanciam a sua especificidade.

A metodologia utilizada será a da Apreensão dos Sentidos (Significado e Sentido) (Aguiar e Ozella, 2006, 2013). Para alcançar o objetivo central desta investigação escolhemos operacionalizar três categorias fundamentais: a realidade socio-historica dos sujeitos, as suas vivências experienciais relativas ao período em que desenvolveram atividade terrorista e as suas atuais significações desta actividade. Assim sendo, propomos uma análise aos seguintes núcleos de significação: **realidade socio-historica, vivência terrorista e consciencia terrorista.**

CAPÍTULO 5. METODOLOGÍA

5.1. Tipo de estudo

5.2. Participantes

5.3. Recolha de informação: instrumentos

5.4. Procedimento

5.5. Considerações éticas para a realização do presente estudo

5.6. Metodologia de análise da informação

5. METODOLOGIA

5.1. Tipo de estudo

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, observacional-transversal, do tipo “estudo de casos múltiplos”. Os participantes foram seleccionados a partir de um método de amostragem cruzado (*snowball sampling* versus *recurso a intermediários*) após definição dos critérios de inclusão no estudo (cf. participantes). Foram utilizados métodos cruzados de amostragem porque a população alvo do estudo é de muito difícil acesso. Os participantes foram avaliados uma única vez, por recurso a instrumentação validada teoricamente para o efeito – entrevista (cf. recolha de informação - instrumentos).

5.2. Participantes

Os participantes foram seleccionados a partir dos seguintes critérios de inclusão:

- Terem participado activa e comprovadamente (por cumprimento de penas passadas ou validação por correlogionários) numa organização terrorista portuguesa no passado;
- Não se encontrarem reclusos actualmente, cumprindo pena devido à actividade terrorista;
- Estarem actualmente integrados socialmente na sociedade
- Serem de nacionalidade portuguesa;

Por recurso ao cruzamento dos métodos amostrais anteriormente referidos, foram contactados inicialmente 30 sujeitos. Destes foram recrutados 10 sujeitos (8 homens e 2 mulheres) com idades compreendidas entre os 50 e os 72 anos, que cumpriam os critérios de inclusão definidos.

Do total de sujeitos recrutados para o estudo, 2 estavam reclusos (por crimes não relacionados com a atividade terrorista) e foram desaconselhados a participar pelos seus mandatários, 4 recusaram-se a participar quando lhes foi lido o consentimento informado onde constava o objetivo de estudo e a sinopse da entrevista e 1 desistiu a meio do processo de entrevista.

O estudo contou, assim, com 3 participantes (do sexo masculino), cujas principais características socio-demográficas se inscrevem na tabela 7.

Tabela 7. Características socio-demográficas dos sujeitos

	Sujeito I	Sujeito II	Sujeito III
Ano de Nascimento	1950	1954	1948
Origem	Ex-província ultramarina portuguesa	Sub-urbano Industrial	Rural interior
Idade de adesão ao movimento terrorista	25 anos	19 anos	22 anos
Família de origem	Pai militar e madastra oriental	Quadro ferroviário e mãe costureira	Pai pedreiro e mãe costureira
Relações amorosas prévias à adesão ao movimento terrorista	Solteiro	Casado	Solteiro
Escolaridade à data da adesão ao movimento terrorista	Licenciado	Estudante pré-universitário	Estudante universitário
Quadrante ideológico	Direita	Esquerda	Esquerda
Reclusão por crimes de terrorismo	SIM	NÃO	NÃO
Actualidade	Sem actividade politico-partidária conhecida e com relação socio-familiar estável	Sem actividade politico-partidária conhecida e com relação socio-familiar estável	Sem actividade politico-partidária conhecida e com relação socio-familiar estável

5.3. Recolha de informação: instrumentos

Entrevista

Um projeto de pesquisa qualitativa está previsto com base em uma entrevista semi-estruturada contextualizada como um diálogo. Esta é a percepção sócio-histórica da pesquisa qualitativa. Senso de confiança pode ser obtido a partir da interação nas trocas associativas, portanto consistência é estabelecida na entrevista como a experiência de um discurso de prosseguir entre o entrevistado eo pesquisador (Bakthin, 1992).

Na entrevista, um sujeito expressa-se, mas o que ele articula transmite toda a cultura na qual ele está imerso, refletindo sua realidade sócio histórica.

Ao analisar os dados qualitativos obtidos na entrevista a intenção é chegar a um entendimento sobre o sentido implícito da produção lingüística como tal (Aguiar e Ozella, 2006, 2013).

A Entrevista, enquanto metodologia de recolha de informação, permite o acesso aos significados e sentidos, porque ocorre num espaço estruturado onde é possível realizar uma construção recíproca e alternada de implicações para os indivíduos (Aguiar e Ozella, 2006, 2013).

Guião

Caracterização socio-demográfica

a-Nascimento e idade com que aderiu ao movimento.

b- local e caracterização social da Infancia, pais ou educadores

c-Era casado (ou vivia com alguém) antes de aderir

d-Escolaridade à data de adesão

Questões alvo

1-Antes de aderir ao movimento, em algum momento da sua vida, teve alguma convicção religiosa? Se sim, como viveu essa religião, qual e até quando?

2-E durante a sua militância, manteve essa convicção? Se sim até quando?

3-Em algum momento a sua convicção religiosa cruzou (ou pôs em causa) as suas actividades no movimento? Como e de que forma?

4- Quando pensou aderir ao movimento que é que mais o motivou?

5-As alterações na sua vida privada que a vida na clandestinidade impôs e os efeitos provocados por isso de que forma o importunaram?

6-Alguma vez questionou as ordens que recebeu no movimento? Cumpriu-as todas? Cumpriu-as pondo-as em causa? Cumpriu-as pondo-as em causa e discutindo-as com os seus pares? Ou cumpriu apenas aquelas com que estava de acordo?

7-Como encarava a ideia de morte?

8-Como imaginava as vítimas (ainda que hipotéticas) dos seus actos?

9-Qual foi o momento, o acto ou o facto que o fizeram abandonar o movimento?

10-Hoje, quando olha o que viveu que é que mais recorda?

11-Hoje, quando olha o que viveu há algo de que se arrependa de ter ou de não ter feito?

12-Hoje, quando olha o que viveu entende que valeu a pena, isto é, tinha que ter vivido aquele processo?

5.4. Procedimento

Após a aprovação do projeto da tese pelo Conselho Científico do Departamento de Psicologia e Antropologia, da Universidade de Extremadura, iniciámos o processo de recrutamento dos participantes. Este recrutamento foi realizado recorrendo a dois métodos: *snowball sampling* e *recurso a intermediários*.

Dos 30 sujeitos inicialmente contactados, foram recrutados 10 sujeitos (8 homens e 2 mulheres) com idades compreendidas entre os 50 e os 72 anos, que cumpriam os critérios de inclusão definidos. Contudo, só 3 sujeitos participaram, pois 2 estavam reclusos (por crimes não relacionados com a atividade terrorista) e foram desaconselhados a participar pelos seus mandatários, 4 recusaram-se a participar quando lhes foi lido o consentimento informado onde constava o objetivo de estudo e a sinopse da entrevista e 1 desistiu a meio do processo de entrevista.

Os três sujeitos realizaram a entrevista, que foi conduzida sempre pelo mesmo investigador, de forma standardizada (tal como indicado no capítulo Instrumentos).

Os dados foram posteriormente codificados pelo investigador e validados por um outro investigador que, de forma independente, os codificou de acordo com o estabelecido nos objetivos do estudo (método da concordância inter-juris). As codificações finais resultam da concordância total inter-juris que, no geral das codificações, apresentou um índice de 85%.

5.5. Considerações éticas para a realização do presente estudo

Neste estudo apenas se utilizou uma entrevista estruturada, semelhante a outras entrevistas utilizadas na prática psicológica, pelo que não existiu risco para os participantes.

A fim de garantir a confidencialidade, os protocolos foram numerados para identificar indivíduos e armazenadas num arquivo para o efeito no gabinete do investigador, sem qualquer identificação pessoal, exceto para idade e sexo.

Todos os participantes leram e assinaram o consentimento informado, em que constava: a) o objetivo do estudo e os principais procedimentos a serem utilizados, b) que a participação no estudo foi completamente voluntária e sem nenhum custo nem retribuição, c) que o sujeito poderia recusar-se a participar ou poderia interromper a sua participação a qualquer momento, sem dar qualquer explicação para isso, d) que não estaria em risco físico ou outro, e) era reiterada a confidencialidade dos seus dados pessoais, f) um resumo da tese seria fornecido aos interessados,

5.6. Metodologia de análise da informação

Leitura flutuante e organização do material

Pré-indicadores, indicadores e conteúdos temáticos

Consideramos que a palavra com significado, é a primeira unidade que se destaca no momento ainda empírico da pesquisa. Partimos dela, sem a intenção de fazer uma mera análise das construções narrativas, mas com a intenção de fazer uma análise do sujeito. Assim, temos que partir das palavras inseridas no contexto que lhe atribui significado, entendendo aqui como contexto desde a narrativa do sujeito até as condições histórico-sociais que o constitui. Tendo o material gravado e transcrito, iniciar várias leituras “flutuantes” para nos familiarizar-mos visando uma apropriação do mesmo. Estas leituras permitem destacar e organizar pré-indicadores para a construção dos núcleos futuros. Irão emergindo temas os mais diversos caracterizados por uma maior frequência (pela sua repetição ou reiteração), pela importância enfatizada nas falas dos informantes, pela carga emocional presente, pelas ambivalências ou contradições, pelas insinuações não concretizadas, etc. Geralmente estes pré-indicadores

são em grande número e irão compor um quadro amplo de possibilidades para a organização dos núcleos. Um critério básico para filtrar estes pré-indicadores é verificar a sua importância para a compreensão do objectivo da investigação.

Uma segunda leitura permitirá um processo de aglutinação dos pré-indicadores, seja pela similaridade, pela complementaridade ou pela contraposição, de modo que nos levem a uma menor diversidade, no caso já dos indicadores, que nos permita caminhar na direção dos possíveis núcleos de significação. Estes critérios para aglutinação não são necessariamente isolados entre si. Por exemplo, alguns indicadores podem ser complementares pela semelhança do mesmo modo que pela contraposição: um fato identificado como pré-indicador, ao ser aglutinado pode indicar o caráter impulsionador/motivador para ação em uma determinada condição. Inversamente, o mesmo fato, pode funcionar como paralisador da acção em outro momento, mas ambos podem ser indicadores importantes no processo de análise.

Construção e análise dos núcleos de significação

A partir da re-leitura do material, considerando a aglutinação resultante (conjunto dos indicadores e seus conteúdos), iniciamos um processo de articulação que resultará na organização dos núcleos de significação através de sua nomeação. Os indicadores são fundamentais para que identifiquemos os conteúdos e sua mútua articulação de modo a revelarem e objetivarem a essência dos conteúdos expressos pelo sujeito. Neste processo de organização dos núcleos de significação – que tem como critério a articulação de conteúdos semelhantes, complementares ou contraditórios – é possível verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e dos significados, o que possibilitará uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas. Espera-se nesta etapa um número reduzido de núcleos, de modo

que não ocorra uma diluição e um retorno aos indicadores. É neste momento que, efetivamente, iniciamos o processo de análise e avançamos do empírico para o interpretativo (apesar de todo o procedimento ser, desde o início da entrevista, um processo construtivo/interpretativo. Os núcleos resultantes devem expressar os pontos centrais e fundamentais que trazem implicações para o sujeito, que o envolvam emocionalmente, que revelem as determinações constitutivas do sujeito.

A análise se inicia por um processo intra-núcleo avançando para uma articulação inter-núcleos. Em geral este procedimento explicitará semelhanças e/ou contradições que vão novamente revelar o movimento do sujeito. Tais contradições não necessariamente estão manifestas na aparência do discurso sendo apreendidas a partir da análise do pesquisador. Do mesmo modo, o processo de análise não deve ser restrito à fala do informante, ela deve ser articulada (e aqui se amplia o processo interpretativo do investigador) com o contexto social, político, econômico, em síntese, histórico que permite acesso à compreensão do sujeito na sua totalidade. Ao recorrer a algumas das categorias analíticas e metodológicas da psicologia sócio histórica, criam-se condições de ultrapassar a simples descrição dos dados, estabelecendo relações que muitas vezes até então não haviam sido feitas, detectando a gênese de alguns factos, e afastando explicações naturalizantes. Para nos aproximarmos de uma apreensão mais global do sujeito, é necessária a articulação de todos os núcleos levantados. Em alguns casos, pela qualidade da informação obtida, num primeiro momento a análise pode ficar mais circunscrita a aspectos da história do sujeito, entretanto ao serem articulados com informações advindas da realidade social, cultural, e com os outros núcleos, evidenciam outras determinações fundamentais, fazendo, inclusive, que as informações adquiram outra qualidade. Acreditamos que neste movimento de articulação dos núcleos entre si, e com as condições sociais, históricas, ideológicas, condição de classe, gênero, e sem dúvida com os conhecimentos cientificamente produzidos sobre a área em questão, uma

nova realidade surge, mais complexa, integrada, reveladora das contradições, movimento este fundamental para a apreensão da constituição dos sentidos.

Análise de núcleos de significação

A análise do discurso dá acesso à substância implícita ou explícita da entrevista. De acordo com Aguiar e Ozella (2006, 2013), significado central deve expressar não só os fatos empíricos, mas também sinalizar o discurso oculto interior do sujeito, seus pensamentos, o processo de construção de significados, ou, no caso em apreço, o tema dá entendimentos sobre o casamento.

Elementos do Discurso como Pré-Marcadores

Com o objetivo de construção de pré-marcadores do material transcrito de áudio-registros devem ser relidas com atenção e repetidamente, cada vez sublinhando quaisquer conteúdos recorrentes e aparentemente mais valorizadas tanto quanto eles revelam uma maior carga emocional ou ambivalência e, claro, importante tendo em vista a finalidade da investigação. Os pré-marcadores compõem o leque de possibilidades para a nova especificação dos significados principais.

Marcadores

O próximo passo do processo de análise é o conjunto de pré-marcadores para os marcadores constituem. Os critérios para a agregação são similaridade, complementaridade ou oposição, e pode ser definido ao lado. Os indicadores não são estáticos, mas dinâmicos, uma vez que dependem dos contextos que os originam, por exemplo, as fases ou etapas do ciclo de vida, os tipos de relações estabelecidas, experiências profissionais, etc (Aguiar e Ozella, 2006, 2013).

Os Marcadores só adquirem significado porque eles são inseridos e intimamente associados um conteúdo temático global como previsto pelo assunto no momento.

Construção de Núcleos de Significados

Nesta fase inicia-se "... um processo de articulação dos núcleos de significação através do ato de nomeação." (Aguilar e Ozella, 2006, 2013)

Através deste processo, as transformações e contradições são desvendados. Há aqui uma abordagem analítica da percepção do sujeito, porque a pessoa começa a ir além do que é evidente, fazendo um esforço para circunscrever mediadores, que dão acesso ao individual. Assim, torna-se mais perto das formações de sentido. Os núcleos de significados fundamentais deve expressar determinantes constitutivos fundamentais da pessoa humana e sua dinâmica emocional.

CAPÍTULO 6. RESULTADOS

CAPÍTULO 6 – Resultados

6.1. Caso 1

6.1.1. Entrevista

6.1.2. Grelha de Análise

6.2. Caso 2

6.2.1. Entrevista

6.2.2. Grelha de Análise

6.3. Caso 3

6.3.1. Entrevista

6.3.2. Grelha de Análise

6.4. Análise Integrativa de Resultados

6.1. Caso 1

6.1.1. Entrevista

Notas socio-demográficas

a-Nascimento e idade com que aderiu ao movimento.

Nascido em 1950 em Dili-Timor. Em Portugal desde os dois anos de idade, onde sempre vivi tendo integrado as Forças Armadas. Ex-Combatente na Guerra em África durante 5 anos, 1 mês e 7 dias. Aos 25 anos (1975), participa na constituição do Movimento com vários elementos das Forças Armadas. Inicialmente um Grupo, que foi evoluindo de acordo com a situação política, e as reacções/motivações sociais.

b- local e caracterização social da Infancia, pais ou educadores

Filho de pai português, de ascendência monárquica e ex-militar de Engenharia do Exército, cumpriu comissões de serviço em Angola, Moçambique, Goa, Damão, Diu, Macau e Timor. Mãe de origem chinesa, nascida em território português (Timor), filha de refugiados chineses quando da Revolução Cultural, adoptando nome e nacionalidade portuguesa. Desde a chegada a Portugal em 1952, a residir no concelho de Almada. Família paterna muito conservadora, vários membros Funcionários Públicos de escalão superior, ou funcionários bancários, Gerentes ou Chefes de Serviços. Alguns já falecidos, outros ainda vivos mas aposentados. Pai e Madrasta, exigentes em questões de moral e civismo, ética e relações sociais, devido à educação e descendência Monárquica de ambos.

c-Era casado (ou vivia com alguém) antes de aderir

Solteiro e livre, por exigência da actividade militar nas Forças Armadas e enquadramento nas Forças Especiais de Contraguerrilha em África durante a guerra colonial.

d-Escolaridade à data de adesão

Curso de Educação Física e Curso de Emergência Médica

Questões Alvo

1-Antes de aderir ao movimento, em algum momento da sua vida, teve alguma convicção religiosa? Se sim, como viveu essa religião, qual e até quando?

Desde o primeiro ano de escolaridade (ex-primeira classe) em 1957 no Colégio Académico, e de acordo com o regime vigente, existia a obrigatoriedade na frequência das aulas de Religião e Moral imposta a todos os estudantes. No entanto, e desde os primeiros anos de escolaridade, aconteceram inúmeras perturbações ao nível da interpretação da Religião, devido ao facto de ter vivido em contacto entre duas culturas opostas: A Ocidental, cujos valores foram sempre transmitidos com a invocação de Cristo, em que tudo é pecado desde que não esteja de acordo com a “palavra de Deus”, e a de origem materna, baseada apenas na Filosofia do realismo e coerência, característica peculiar nos povos Orientais. Por este motivo, com 12 anos de idade (antigo 2º ano do 1º ciclo do ensino liceal), dispensado de frequentar aquela disciplina por comportamento inadequado e indisciplinado, por motivações contraditórias. Deste modo, as motivações religiosas baseiam-se unicamente na convicção da existência de Deus e Cristo, com repudio generalizado por regras e imposições dos seus servidores. Assim, por educação cristão mas, com reacções e comportamentos de acordo com critérios pessoais.

2-E durante a sua militancia, manteve essa convicção? Se sim até quando?

Sempre agi, de acordo com os meus critérios e princípios, sem misturar simpatias e/ou convicções religiosas.

3-Em algum momento a sua convicção religiosa cruzou (ou pôs em causa) as suas actividades no movimento? Como e de que forma?

Jamais! Todas as minhas acções, foram baseadas nos critérios de análise e avaliação das situações, de acordo com os dados e informações recebidas.

4-Quando pensou aderir ao movimento que é que mais o motivou?

As motivações foram sempre orientadas pelos critérios do Grupo, que pretendia criar condições que permitissem um tipo de Sociedade adequada à realidade que vivíamos na época. É evidente, que avaliada a possibilidade do “Certo ou Errado” nas convicções mas, todas as decisões eram avaliadas pelas repercussões ou, consequências futuras.

5-As alterações na sua vida privada que a vida na clandestinidade impôs e os efeitos provocados por isso de que forma o importunaram?

Foram mais evidentes e perturbadoras, no seio familiar. Neste aspecto, importunaram significativamente porquanto, as relações pessoais com os membros em geral, foram caminhando para um afastamento definitivo que se mantém e manterá até à morte. A primeira reacção surge nas relações com a madrasta (beata convicta além de monárquica (descendia de D. António Prior do Crato), que se manteve até partir para o caixão o qual, não vi porque recusei comparecer ao seu funeral.

6-Alguma vez questionou as ordens que recebeu no movimento? Cumpriu-as todas? Cumpriu-as pondo-as em causa? Cumpriu-as pondo-as em causa e discutindo-as com os seus pares? Ou cumpriu apenas aquelas com que estava de acordo?

Tendo recebido uma educação baseada na disciplina, frontalidade e coerência, mais tarde reforçada com a disciplina militar, adoptei sempre o princípio da obediência e cumprimento de ordens, sem contudo ser subserviente, questionando da necessidade

do cumprimento das mesmas. Meu pai, para além de educar-me num clima disciplinado, incutiu também um valor muito importante e fundamental na minha personalidade: - “jamais, concordar com algo que seja contra opinião mas, respeitar a opinião dos outros”. Foi o único membro da família, que nunca me condenou, e sempre mantivemos intacta a relação afectiva que nos unia. A causa da sua morte prematura (atropelamento numa passadeira próximo de casa), fragilizou-me imenso. O condutor do veículo fugiu. Até ao presente, jamais saberei que intenções motivaram a sua morte.

Sim! Cumpri as orientações mas, após avaliação da necessidade em executá-las, e discussão das consequências e impacto.

7-Como encarava a ideia de morte?

Desde quando a Morte, deixa de ser um fenómeno natural?

Não! Não me detinha para encará-la, ou equacionar das possibilidades de morrer neste ou naquele local, ou momento.

8-Como imaginava as vítimas (ainda que hipotéticas) dos seus actos?

Aqueles que se tornaram vítimas, não foram fruto de uma previsão/planificação a longo ou curto prazo. Sempre defendemos de forma consciente que, a existirem vítimas, somente em circunstâncias de legítima defesa, ou imperativos de extrema necessidade que contribuíssem, para atenuar a gravidade de factos ocorridos ou, que eventualmente viessem a ocorrer.

9-Qual foi o momento, o acto ou o facto que o fizeram abandonar o movimento?

Numa organização clandestina semelhante à nossa, a actividade dos operacionais, é sempre determinada por um sistema de informações adaptado aos ideais, consignados na sua constituição. Como qualquer serviço de informações, oficial

ou clandestino, existem inúmeros factores de vulnerabilidade, susceptíveis de manipulação por quem, a partir de determinado momento, inicia uma actividade paralela no seio da organização, vocacionada para a defesa dos interesses pessoais e/ou particulares, desrespeitando os princípios que fundamentaram a constituição da Organização. Na sequência desse tipo de acção paralela, o sistema sofre dessa vulnerabilidade, alicerçada apenas nos princípios da lealdade e solidariedade mas, insuficiente para detectar atempadamente os objectivos que contrariaram os ideais. De forma inesperada, somos confrontados com as consequências e impacto social dos nossos actos os quais, pela divulgação na comunicação social, esclareceram-nos que a acção, incidiu num objectivo que não se identificava com as características que determinavam a acção/intervenção.

10-Hoje, quando olha o que viveu que é que mais recorda?

Recordo o olhar surpreendido e de incredulidade, manifestado por aqueles que foram o “alvo”, ao serem informados dos motivos da acção determinada pela Organização, segundos antes da aplicação da “sentença”. Na época, não possuíamos ainda conhecimentos, que permitissem percebermos que algo estaria errado, ou que eventualmente, estaríamos a ser manipulados como simples marionetas.

11-Hoje, quando olha o que viveu há algo de que se arrependa de ter ou de não ter feito?

Para existir arrependimento, teríamos de recuar no tempo. Mas lamento a total falta de maturidade política, lamento a perturbação emocional que a todos atingiu naquele período, lamento a dor causada a quem nenhuma culpa tinha quanto aos acontecimentos ocorridos, lamento não ter a percepção antecipada dos que eram leais e dos que eram e foram oportunistas, lamento não ter conseguido encontrá-los (porque

fugiram) até hoje, e fazê-los pagar pelo que fizeram e contribuíram negativamente, para anular os ideais que nos motivaram.

12-Hoje, quando olha o que viveu entende que valeu a pena, isto é, tinha que ter vivido aquele processo?

Sim! Adquiri experiência e maturidade, conhecimento e cultura adequadas e, sobretudo, maior sensibilidade para ajuizar, escolher ou rejeitar, definir e decidir. Hoje, depois de ter praticado tantas coisas certas e erradas, tornei-me mais paciente, tolerante e compreensivo. Sei que existe sempre um motivo para o ser Humano agir, por Bem e por Mal. Sim! Valeu a pena, porque aprendi a viver entre os bons e menos bons. Aprendi a sobreviver na grande selva “Sociedade”. Vivi compulsivamente, entre seres com instinto selvagem, capazes de matar APENAS por um café, ou suicidarem-se por NÃO TEREM um selo postal (literalmente). Habitualmente afirmo, que fui muito bem criado, mas mal fadado. Hoje digo: sou diferente, com muitos defeitos mas, . . . com algumas virtudes também!

6.1.2. Grelha de Análise

De acordo com a entrevista, a tabela 8 revela os pré indicadores e a sua aglutinação em indicadores, por recurso aos criterios de similaridade, complementaridade ou contraposição (Aguiar & Ozella, 2006, 2013).

Tabela 8. Pré-Indicadores e Indicadores, Caso 1

INDICADORES	NUCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
1-Vivência e interpretação de Religião e Estado. Negações	1- Realidade socio-histórica
2- Adesão	
3- Clandestinidade e actividade terrorista. Avaliação e execução(fazer)	2- Vivência terrorista
4-Vítimas e danos	
5-Visibilidade social	
6- Sentimentos de grupo e Pertença; Vingança	3- Consciência terrorista
7-Percepção dos efeitos	

Só os indicadores assinalados permitiram uma aglutinação nos núcleos de significação previamente definidos: realidade socio-histórica, vivência terrorista e consciência terrorista, tal com está expresso na tabela 9.

Tabela 9. Indicadores e Núcleos de Significação: caso 1

INDICADORES	NUCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
1-Vivência e interpretação de Religião e Estado. Negações	4- Realidade socio-histórica
2- Adesão	
3- Clandestinidade e actividade terrorista. Avaliação e execução (fazer)	5- Vivência terrorista
4-Vítimas e danos	
5-Visibilidade social	
6- Sentimentos de grupo e Pertença; Vingança	6- Consciência terrorista
7-Percepção dos efeitos	

Núcleo 1 – Realidade socio-histórica

O entrevistado nasceu em Timor na década de 1950. Entrou para um dos movimentos terroristas de direita em Portugal, aos 25 anos, já licenciado e ainda solteiro, levado por militares e ex combatentes da guerra colonial. Afinal aqueles com que sempre teve vínculo e laços desde que nasceu. Filho de quadros médios do regime da época (Estado Novo), foi criado e educado por militares e funcionários públicos. “Família paterna muito conservadora, vários membros Funcionários Públicos de escalão superior, ou funcionários bancários, Gerentes ou Chefes de Serviços” (sic), todos ligados ao regime. Destes recebeu a ideia de Estado e de Religião. Por imposição e tradição. “Pai e Madrasta, exigentes em questões de moral e civismo, ética e relações sociais, devido à educação e descendência Monárquica de ambos” (sic). De um lado, o catolicismo oficial do regime, do outro, a filosofia oriental, transmitida por uma mãe (origem chinesa) submissa ao pater família. É na disputa cruzada destas duas vivências que vem desenvolver um “repudio generalizado por regras e imposições dos (seus) servidores [católicos]”. Cresce à solta a indisciplina na adolescência que o faz adquirir

uma relativização da noção das regras. “Assim, por educação, cristão, mas com reacções e comportamentos de acordo com critérios pessoais” (sic). É nesta fôrma que entregue a si próprio e perante uma nova realidade – revolução e democracia em 1974 – que a ideia de orfandade de Estado se torna emergente, visível e permanente. Restou-lhe agir “de acordo com os meus critérios e princípios, sem misturar simpatias e/ou convicções religiosas” (sic). Desde logo com os que o iniciaram no movimento terrorista. Ou seja, os militares e os seus cuidadores de infância, estes sim, órfãos de regime, sem guerra, sem colónia e sem monarquia para defender. É neste caldo emocional socio-histórico que, entrado em crise, encontra as razões e motivações suficientes para aderir ao movimento terrorista.

Núcleo 2 - Vivência terrorista

No seio familiar a adesão ao movimento terrorista provocou dois tipos de reacções. Em ambos os casos só terminaram na morte. Com a madrasta “foram caminhando para um afastamento definitivo” (sic) que se prolongou à morte daquela. “recusei comparecer ao seu funeral”(sic). No caso do pai, “Foi o único membro da família, que nunca me condenou, e sempre mantivemos intacta a relação afectiva que nos unia” (sic). Apesar destes dois factos, a Morte nunca foi obstáculo ou condição inibidora da acção terrorista. “Desde quando a Morte, deixa de ser um fenómeno natural? Não! Não me detinha para encará-la, ou equacionar das possibilidades de morrer neste ou naquele local, ou momento.”(sic). Segue-se a argumentação típica do militante terrorista: Obedecer, cumprir, fazer. “Tendo recebido uma educação baseada na disciplina, frontalidade e coerência, mais tarde reforçada com a disciplina militar, adoptei sempre o princípio da obediência e cumprimento de ordens” (sic). Eis a diferença entre fazer e agir. “Sim! Cumpri as orientações mas, após avaliação da necessidade em executá-las, e discussão das consequências e impacto” (sic). O grupo decidiu e a passagem à acção é posta em marcha. O resto são questões operacionais

resultantes de “um sistema de informações adaptado aos ideais” (sic). O entrevistado não põem em causa, nem se questiona sobre a acção. Aliás, esta foi avaliada em grupo e portanto fica validada. É assim que se torna visível a difusão da responsabilidade. Vítimas e danos relativizados e secundarizados. Importante é o impacto e a visibilidade dos actos publicada nos órgãos de comunicação social. Actos que só findam, precisamente por acção da comunicação social quando “confrontados com as consequências e impacto social dos nossos actos os quais, pela divulgação na comunicação social, esclareceram-nos que a acção, incidiu num objectivo que não se identificava com as características que determinavam a acção/intervenção” (sic).

Núcleo 3 - Consciência terrorista

O entrevistado mantém um distanciamento entre o que fez e o que aconteceu de facto. “Aqueles que se tornaram vítimas” (sic). Mesmo conhecendo os resultados das suas acções, não assume (voluntariamente) um sentido adquirido do mal provocado nas vítimas. Ao contrário, encaminha-nos para a ideia de que foram as vítimas que se tornaram nisso e não o entrevistado que cometeu actos que as vitimizaram. “a existirem vítimas, somente em circunstâncias de legítima defesa”. Uma ideia legítima para justificar um acto terrorista. Quanto a arrependimento recorda “o olhar surpreendido e de incredulidade, manifestado por aqueles que foram o “alvo”, ao serem informados dos motivos da acção determinada pela Organização, segundos antes da aplicação da “sentença” (sic). Recordar não é viver. Ademais, justificação é verbalizada. “Na época, não possuíamos ainda conhecimentos, que permitissem percebermos que algo estaria errado, ou que eventualmente, estaríamos a ser manipulados como simples marionetas” (sic). De novo a difusão dos actos pelo grupo. “lamento a total falta de maturidade política, lamento a perturbação emocional que a todos atingiu naquele período” (sic). Mais do que qualquer outro lamento, emerge aqui (ainda hoje) a vontade de vingança sobre os traidores dentro do grupo “lamento não ter a percepção antecipada dos que

eram leais e dos que eram e foram oportunistas, lamento não ter conseguido encontrá-los (porque fugiram) até hoje, e fazê-los pagar pelo que fizeram e contribuíram negativamente, para anular os ideais que nos motivaram” (sic). Apesar de tudo mantém uma noção eficaz dos efeitos provocados durante a sua vida terrorista. Quanto a arrependimentos relativiza. “Para existir arrependimento, teríamos de recuar no tempo”(sic) e entende ter valido a pena ter sido terrorista. “Sim! Valeu a pena, porque aprendi a viver entre os bons e menos bons. Aprendi a sobreviver na grande selva “Sociedade”. Vivi compulsivamente, entre seres com instinto selvagem, capazes de matar APENAS por um café, ou suicidarem-se por NÃO TEREM um selo postal (literalmente)” (sic).

FINAL: O entrevistado esteve preso numa cadeia de delito comum. Durante esse tempo estudou e licenciou-se em Psicologia, actividade profissional que hoje mantém como forma de subsistência, em instituições de solidariedade social e organizações não governamentais. Não regressou a qualquer actividade politico-partidária conhecida.

6.2. Caso 2

6.2.1. Entrevista

Notas Socio-Demográficas

a-Nascimento e idade com que aderiu ao movimento.

54 anos, natural Concelho Loures. Lutas sindicais 1974/75, enquadrado no Sindicato Empregados Escritório Distrito Lisboa; Lutas estudantis, integrado no Movimento da Juventude Trabalhadora como trabalhador estudante (1974/75); Movimento Cooperativo, como membro da Direcção de Cooperativa de Ensino (1974/80); Actividade politico-militar, integrado grupos autónomos, até Novembro

1975; Militante PRP/BR (Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias) em 1975, com 19 anos; funcionário político, sector ideologia e informação, mesma organização desde Janeiro 1976 com 20 anos (1976-77); serviço militar Setembro 1977 a Dezembro 1978, primeiro no Regimento de Comandos e depois na Academia Militar (Secção de Justiça); coordenação nacional organização clandestina dos soldados nos quartéis e ligação estrutura sargentos e oficiais do quadro permanente (1977-80); Membro das BR (Brigadas Revolucionárias) desde 1977 (1977-80); Membro fundador e dirigente das FP 25 Abril (Forças Populares 25 de Abril) (1980-1985); Membro Coordenadora Presos Políticos (1985-89); Detido em 13 Maio 1980, evadido em Agosto de 1981; clandestinidade desde Agosto 1981 a Outubro 1985; Detido em Outubro 1985 e libertado por excesso de prisão preventiva em Maio de 1989; Membro da Comissão Pró-Amnistia (1989-1993); Condenado 21 anos prisão por “associação terrorista”; Exilado na República Popular de Moçambique (Janeiro 1994 a Julho 2002); Indultos presidenciais e amnistia, determinaram extinção das penas no início de 2002. Regressado a Portugal em Julho 20002. Trabalha num canal privado de televisão desde Janeiro 2003.

b- local e caracterização social da Infância, pais ou educadores

Zona integrante da antiga CIL (Cintura Industrial de Lisboa) de forte concentração operária com inúmeras fábricas; Infância sem problemas, bom aproveitamento escolar; ensino primário num Colégio Particular; Pai (já falecido); Curso Industrial; Cabo Miliciano na tropa; ex-afinador de máquinas têxteis numa fábrica têxtil na zona de Xabregas onde o meu avô paterno era o director técnico; mais tarde, chefe de estação do Metropolitano de Lisboa até à reforma; militante do MUD (Movimento de Unidade Democrática) Juvenil e militante do PCP (Partido Comunista Português) até meados dos anos 80; Mãe, ex-costureira de alfaiate, filha de um sub-chefe da PSP (Policia de Segurança Pública), adoeceu com tuberculose após o meu

nascimento e esteve por várias vezes internada no Hospital por longos períodos; trabalhou pontualmente mas nunca com carácter regular por motivos de doença; fui filho único até aos 11 anos e depois nasceram sucessivamente mais três irmãos. Sempre tivemos uma relação de grande abertura e diálogo por parte dos meus pais para todos os problemas e questões com que deparámos no nosso crescimento e educação; desde cedo aprendemos a ser solidários com os outros e firmes nas nossas convicções; sempre existiu um respeito mútuo pelas nossas opções políticas: A minha mãe é católica sem ser praticante, ou seja, não tem por hábito ir à missa; o meu pai era profundamente ateu.

c-Era casado (ou vivia com alguém) antes de aderir

Casei pela primeira vez com uma ex-colega de escola, em Maio de 1976. Nessa altura já era militante e funcionário político do PRP/BR. A minha mulher era empregada de escritório. O meu primeiro e único filho dessa relação nasceu em Agosto de 1977, vésperas de eu ingressar no Regimento de Comandos da Amadora. É engenheiro químico, formado no Instituto Superior Técnico. A minha ex-mulher, após a separação em 1981, refez a sua vida e casou novamente.

Vivi maritalmente desde 1981 até 1990 com uma professora universitária que conheci quando me evadi da prisão em 1981. Casámos em 1990 quando sai da cadeia. O meu segundo filho nasceu em 1993. Na altura em que parti para o exílio, em Dezembro de 1993, consumou-se a separação definitiva.

Vivo maritalmente desde 1993 com uma ex-produtora e realizadora de cinema (Curso Superior de Cinema) que partilhou comigo o período de clandestinidade a que voltei no anos de 1993 e o exílio em Moçambique. Actualmente é doméstica pois temos mais 4 filhos, uma rapariga com 16 anos, outra com 12 anos e dois gémeos com 10 anos.

d- Escolaridade à data de adesão

Curso Comercial; Secção Preparatória ao Instituto Comercial; Curso Complementar dos Liceus (antigo 7º ano). Na altura tinha o objectivo entrar para Medicina, mas acabei por entrar na politica.

Questões alvo

1-Antes de aderir ao movimento, em algum momento da sua vida, teve alguma convicção religiosa? Se sim, como viveu essa religião, qual e até quando?

\Não e continuei a não ter. Sou ateu e o mesmo quer dizer, também, que nunca dormi com o Marx, o Lenine ou o Mao à cabeceira. No entanto, quer no PRP/BR quer, depois, nas FP 25 de Abril, existiam muitos militantes católicos, talvez se possa mesmo afirmar que, mais de 50% dos militantes eram de origem católicas (ex-membros da JOC- Juventude Operária Católica). No nosso processo (FP 25) estiveram envolvidos, presos, acusados e, nalguns casos, condenados, membros do clero católico (padres ou ex-padres).

2-E durante a sua militancia, manteve essa convicção? Se sim até quando?

Sim, sou ateu até hoje.

3-Em algum momento a sua convicção religiosa cruzou (ou pôs em causa) as suas actividades no movimento? Como e de que forma?

Não.

4-Quando pensou aderir ao movimento que é que mais o motivou?

As injustiças sociais geradas pelo sistema capitalista e a impunidade com que os seus principais agentes actuam.

5-As alterações na sua vida privada que a vida na clandestinidade impôs e os efeitos provocados por isso de que forma o importunaram?

Quando o grau de mobilização pela “causa” é forte e as convicções ainda não sofreram os “abalos” das desilusões humanas, o ser humano vai buscar o que tem de mais nobre e são e adapta-se, sem constrangimentos ou sentimentos de perda.

6-Alguma vez questionou as ordens que recebeu no movimento? Cumpriu-as todas? Cumpriu-as pondo-as em causa? Cumpriu-as pondo-as em causa e discutindo-as com os seus pares? Ou cumpriu apenas aquelas com que estava de acordo?

Nunca recebi ordens, não é assim que, pelo menos as organizações onde estive integrado, funcionavam. Discutíamos ao nível dos colectivos de que fazíamos parte e decidíamos, de preferência, por consenso e, nos casos em que não era possível, por maioria. Quem tivera a posição que fora derrotada, adoptava a posição que vencera e cumpria o que fora determinado. Nunca ninguém participou numa acção quando manifestou uma atitude de total discordância da mesma. Neste casos a pessoa ficava de fora. Claro que, se a situação se repetisse com a mesma pessoa, era necessário entabular uma discussão mais profunda com ela para clarificar a sua posição e se a mesma punha em causa a sua continuidade na organização. Caso se verificasse este último aspecto a pessoa saia livremente, resguardadas as questões de seguranças inerentes (nos casos de militantes com problemas policiais, vulgo, os clandestinos) a opção era o recuo para o estrangeiro, o exílio, com a sua família, se a tivesse.

Eu, pessoalmente, tive momentos em que não concordei com algumas decisões que foram tomadas, mas a minha discordância não era de tal ordem que pusesse em causa a minha continuidade na organização. Foram, sobretudo, discordâncias de ordem

táctica e da forma como se aplicava uma estratégia que tinha sido definida de acumulação de forças e não de confronto directo com o aparelho do estrado capitalista.

7-Como encarava a ideia de morte?

Esta pergunta pode ter dois sentidos. Se refere à minha provável morte no decorrer de qualquer acção armada, bem, cada acção era encarada como um risco. Só o facto de sermos clandestinos e procurados pelas forças policiais, colocava esse risco como integrante do nosso quotidiano, ou seja, em qualquer altura ao ir a andar na rua poderíamos entrar numa situação de confrontação ocasional de que poderia resultar a nossa morte. Claro está que quando íamos para uma acção programada a evidência desse risco era maior. Mas, nunca existiu nenhuma táctica suicida na organização. Os riscos de confronto eram medidos de forma a, à partida, não causar baixas desnecessária ou evitáveis de ambos os lados. Houve operações que foram anuladas porque os riscos de perdas da nossa parte eram evidentes. E também foram anuladas operações que implicavam efectuar baixas às forças de segurança que se entendeu não justificáveis. O princípio era evitar baixas de ambos os lados. Em conclusão, neste “clima” o clandestino veste a pele diária do risco da confrontação, da prisão e da morte. Passa a ser um acessório tão indispensável de interiorizar como calçar os sapatos para andar...

Se refere a morte de eventuais vítimas da nossa acção, há que escalonar três casos totalmente distintos que têm leituras diferentes na integridade psico-social-emocional dos militantes:

As mortes acidentais e/ou ocasionais, ou seja, as acções que geraram vítimas não previstas nem programadas, como, por exemplo:

a) um cidadão comum, apercebendo-se de que se estava a realizar um assalto a um banco, decide colocar-se emboscado à porta do estabelecimento, empunhando uma arma, á espera que os assaltantes saiam – resultado, foi abatido pela equipe de segurança

á operação, antes de poder concretizar os seus objectivos, que era ferir ou matar os assaltantes. Tratou-se, na gíria politico- militar, duma acção de defesa e dissuasão. Um caso semelhante ocorreu na sequência de um assalto a uma agência bancária na Povoia de Santo Adrião. Claro está que, neste caso, e apesar de se lamentar a ocorrência, a mesma não fez “grande mozza” na integridade psico-social-emocional dos elementos que executaram a acção.

b) numa perseguição policial a elementos da organização que visava a sua captura, são efectuados vários disparos de ambos os lados, donde resulta a morte de um elemento das forças de segurança. Neste caso, a ocorrência é encarada com apreensão, não tanto pelo facto da pessoa que morreu, que se lamenta, mas, sobretudo, pelos eventuais efeitos de vingança e retaliação que a mesma poderá vir a ocasionar por parte dos colegas do mesmo. Mais uma vez e, tratando-se de uma morte, sem dúvida, não afecta em particular a integridade psico-social-emocional dos elementos da equipe pois resultou de uma confrontação em que estava em causa a sua própria integridade física. Esta situação ocorreu mais de uma vez em confrontos com as forças policiais, nomeadamente da Polícia Judiciária (PJ) (Agente XXXX, Massarelos, 1978, caso PRP/BR e Agente XXXX, Lisboa, 1987, caso FP 25 Abril).

c) Idêntica situação é a que resulta de vitimas, nomeadamente agentes das forças de segurança, em casos de acções em que essas forças são chamadas a intervir (particularmente aquando de assaltos a bancos, quando é accionado o alarme) e se deslocam para o local. As equipes de protecção sempre tiveram indicações para efectuar os primeiros disparos de aviso, com rajadas para o ar e, só em caso de manutenção da progressão das forças de segurança, efectuarem disparos directos. Neste contexto, quando ocorreram vitimas mortais do outro lado, tal foi interiorizado com resultante dum confronto em que se mata para não ser capturado, ferido ou morto.

d) As bombas...as bombas podem ser colocadas para assustar e intimidar, destruir bens do “inimigo” ou mesmo para matar. Em caso algum, em todas as acções levadas a cabo pela organização, houve intenção de ferir ou matar alguém., excepto num caso, tipificado mais adiante (retaliação à GNR – Guarda Nacional Republicana - da Malveira, 1981). O outro caso de que resultou uma vítima mortal (São Maços, morte de bebé) tratou-se de uma acidente em que a carga foi mal colocada e fez desabar uma parede de um quarto e soterrou o referido bebé. Não posso falar em relação ao sentimento que sentiram os elementos que participaram na acção quando tiveram conhecimento do que tinha acontecido. Posso referir o sentimento generalizado dos membros da direcção da organização – lamentação sincera e pelo sucedido e determinação para esclarecer do porquê - que decidiu abrir um inquérito interno para apurar as circunstâncias em que tinha ocorrido a operação. Neste caso em particular, as consequências desta acção tiveram efeitos na integridade psico-social-emocional dos militantes.

Aliás, acerca das bombas, exceptuando engenhos explosivos colocados em viaturas de patrões e administradores de empresas com conflitos graves ao nível laboral, a organização não recorreu muitas vezes a este tipo de acção pois os danos laterais são sempre difíceis de acautelar com muita segurança. Nunca foi prática da organização utilizar o “bombismo” como acção de espalhar o terror (como é, na generalidade, a prática atribuída em particular às organizações de extrema-direita e outras extremistas, que valorizam muito pouco os danos colaterais quando não é mesmo a sua intenção provocar o máximo de danos colaterais). Por último, o “bombismo”, exceptuando os casos de “terror negro” em que se pretende infringir o maior número de vítimas e causar o maior pânico possível, só é utilizado pelas organizações armadas em situações de debilidade orgânica ou incapacidade de executar a acção por outros meios. Em termos estritamente militares, ver a estratégia que está subjacente ao lançamento de bombas dos

aviões nos cenários de conflitos regionais (os pressupostos são semelhantes ao “terror negro”)

Nota: entenda-se por “afecção integridade psico-social-emocional” mexer com a consciência de cada um, causar mal-estar pessoal, etc.

As mortes programadas, ou seja, aquelas que resultaram de uma acção deliberada e programada da organização, como são vários os exemplos ocorridos, nomeadamente, a execução de patrões ou administradores de empresas.

Duma forma geral e como principio que tinha em consideração a estratégia definida pela organização e os objectivos que se pretendiam alcançar com as acções de retaliação nos conflitos laborais (mostrar aos trabalhadores que, se eles quisessem, existiam outras formas de luta - esgotadas ao de carácter reivindicativo e sindical – para tomar posição e fazer avançar os processos de luta, face às agressões de vária ordem que os patrões e os seus agentes infringiam sobre eles com total impunidade) as acções deste tipo privilegiavam os tiros nas pernas e não a execução do agente inimigo. E esta foi sempre a posição que eu assumi pois entendia ser a mais ajustada à situação política que vivíamos e tinha um duplo efeito como exemplo deixar as vítimas da nossa acção vivas, apesar de incapacitadas. No entanto, devido a várias conjecturas que ultrapassam a resposta deste estudo, não foi essa a posição adoptada muitas das vezes. É preciso dizer que, sob o ponto de vista operacional, é mais difícil planear e executar uma acção de retaliação que implique somente infringir ferimentos no alvo do que a sua execução pura e simples.

Houve situações em que a minha posição foi minoritária e acabei por participar na execução das decisões decididas maioritariamente. Houve casos em que concordei com a eliminação física do alvo e noutros não. No entanto, na execução das acções, participei nelas da mesma forma. Pela minha parte, nas decisões das acções de

retaliação, incluindo as de eliminação física, nunca me moveu qualquer ódio ou raiva em relação ao alvo. Na maior parte dos casos nem sequer os conhecia. Era assumido como uma acção de guerra no sentido clássico. Claro que a decisão de matar ou a acção de o concretizar levanta questões de ordem ética e moral. Não é de animo leve que se toma tal decisão. Mas a lógica de qualquer acção militar tem pressuposto a identificação de um inimigo e, no âmbito de uma organização, por mais politizada e esclarecida que esteja, essa lógica está lá para justificar a atitude. A única diferença é exterior, ou seja, do reconhecimento da legitimidade para actuar e fazer (que nos caos dos exércitos convencionais está implicitamente incluída, justificada, “coberta”). Na nossa perspectiva essa legitimidade também está implícita, senão não o faríamos. Portanto, em termos de lógica revolucionária o que importa é valorizar os efeitos positivos e negativos da acção, para além da relevância do papel desempenhado pelo alvo no campo inimigo. E foi, neste contexto, que muitas vezes eu entendia que seria mais aconselhável a retaliação sem eliminação, nomeadamente pela valoração dos aspectos negativos resultantes da acção.

Concluindo, as consequências destas acções só começaram a ter alguns reflexos negativos na minha integridade psico-social-emocional porque, a partir de certa altura, as consequências negativas de tais acções eram maiores que os benefícios que poderiam resultar para o processo global da luta anticapitalista. É óbvio que estas situações a par de outras mais do foro íntimo da vivência grupal e das relações que se criam e desfazem nesse âmbito, foram enfraquecendo as minhas convicções de estarmos a caminhar para o lado correcto. E quando se começa a ter dúvidas a esse nível é melhor parar para reflectir. Essa “paragem para reflectir” surgiu indirectamente pela acção desencadeada pelas forças de segurança com início em Junho de 1984 (fui preso em Outubro de 1985 após ter participado na acção que levou à evasão de militantes da organização detidos no EPL – Estabelecimento Prisional de Lisboa - em Setembro de 1985 e estava já de

“malas aviadas” para o exílio quando fui detido e que se prolongou até 1987, altura em que a organização acabou embora só tenha sido formalmente extinta em 1991).

As mortes dos “arrependidos”. Separei estas acções (só se efectuaram duas: a primeira do Plácido na Marinha Grande em 1979 no âmbito do processo PRP e o Barradas em Julho 1985 na Costa da Caparica, no âmbito do processo FUP/FP 25 Abril-Frente de Unidade Popular/FP 25 de Abril) porque a forma como estas acções eram interiorizadas pela organização correspondem a uma forma distinta das demais. A eliminação de ex-companheiros que, após terem sido detidos pelas forças de segurança, que não foram alvo de tortura das mesmas para obtenção de confissão e que passam a colaborar com as mesmas, denunciando os ex-camaradas e participando activamente para o desmantelamento da organização, está justificada ética e moralmente, sabendo todos à partida que essa seria sempre a decisão da organização. Mas a acção de eliminação física destes elementos não é efectuada por qualquer ódio ou raiva dos mesmos. Aliás, são sempre as acções mais difíceis de concretizar pois estamos a executar um ex-camarada, ou ex-amigo que ainda há pouco tempo convivia connosco, partilhava os riscos connosco, confiávamos nele quando íamos para uma acção e a nossa vida dependia da sua atitude na hora da verdade (do eventual confronto). Estas acções eram executadas em defesa da integridade da organização e só neste contexto se explica que, extinta a organização (mas não os militantes que nela militaram) subsistam actualmente a fazer a sua vida “mais ou menos normal” alguns dos chamados “arrependidos” do processo. Se assim não fosse já teriam sido certamente eliminados, acaso se tratasse duma atitude de raiva ou ódio. Como a organização foi extinta não há integridade orgânica a defender. Eles ficam com o peso na consciência de terem traído os seus companheiros pois ninguém os impedia de se “arrependerem” do que tinham feito...esse “arrependimento” não pressupunha era a denuncia e a colaboração para a prisão dos outros que continuavam na luta. São falsos “arrependidos”.

8-Como imaginava as vítimas (ainda que hipotéticas) dos seus actos?

Está respondido anteriormente. Nunca pessoalizei nenhum alvo da nossa acção. Os alvos eram definidos em função dos processos políticos, dos conflitos laborais, enquadrados na luta anticapitalista e da relevância dos mesmos nesse processo.

9-Qual foi o momento, o acto ou o facto que o fizeram abandonar o movimento?

Formalmente, nunca abandonei a organização embora, como já ficou dito anteriormente, só permaneci na organização após Dezembro de 1984 com o objectivo do apoio aos presos e a sua retirada da cadeia. Ironicamente, após ter consumado esse objectivo e quando já me encontrava numa situação de “trânsito” para exílio no exterior fui detido em Outubro de 1985. Não se pode falar de uma acção ou de um acto em si, mas da tomada de consciência de que a organização estava a caminhar a passos largos para a sua desintegração por via da estratégia adoptada (confrontação directa) que era contrária a definida no início do projecto (que remonta a Janeiro de 1976 e que era de acumulação de forças com o objectivo de preparar um processo insurreccional)

10-Hoje, quando olha o que viveu que é que mais recorda?

No sentido positivo - Os momentos de partilha e solidariedade entre camaradas nos vários processos de luta em que estivemos envolvidos e alguns episódios mais anedóticos e caricatos do processo.

No sentido negativo – o pouco que ficou dum processo que envolveu tantas disponibilidades e vontades, tantos sacrifícios, alguns com a própria vida.

11-Hoje, quando olha o que viveu há algo de que se arrependa de ter ou de não ter feito?

Não me arrependo do que fiz porque o fiz de acordo com o entendimento que tinha das coisas na altura. No entanto, é óbvio que se pudesse voltar a trás não faria as coisas da mesma forma, mas esta “reflexão” é irreal pois só vislumbramos alguns dos erros cometidos muito tempo depois de termos passado por lá. De certeza que se soubesse o que sem hoje só estaria envolvido numa organização do tipo em que estive num período de agudização da luta de classes. Isto porque, em períodos de refluxo, o sonho dá lugar á realidade humana que, na maior parte das vezes, é marcada pelo egoísmo do ser humano e a sua avidez de poder, mesmo que esse poder seja “um poder de merda” no seio de uma organização armada com pouca implantação e recursos. Mas é “PODER” e com a passar dos tempos a luta pelo poder vem sempre ao de cima. O mesmo acontece após os períodos das revoluções que acabam por descambar por isso mesmo, o egoísmo do ser humano.

12-Hoje, quando olha o que viveu entende que valeu a pena, isto é, tinha que ter vivido aquele processo?

Apesar de tudo, valeu a pena. Embora o meu contributo para formar o homem novo tenha ficado muito distante do que eu imaginava de início. Não me licenciiei em nada. Vivo numa casa alugada, não criei património material. O emprego é precário (mas tudo hoje é precário). No entanto sonhei, muitas vezes acordado, com um Mundo melhor para mim a para todos... e foi essa “utopia”, esse acreditar que me fez viver intensamente, pelo menos durante um certo tempo...talvez um período superior à média do cidadão comum, o tal com a licenciatura, a vidinha organizada, casa própria , etc. Portanto, apesar de tudo, valeu a pena...pela experiência e pelo conhecimento da vida que a mesma me proporcionou...tornou-me mais tolerante para com os outros, e a valorar a independência e a liberdade numa forma que penso que só quem esteve privado delas pode sentir. Tenho uma família que não é o estereótipo das comuns, mas, mais uma vez, o que é a família hoje em dia? As amigas que ficaram são poucas mas

seguras e duradoiras...A “UTOPIA” matem-se, agora com os pés mais assentes na Terra, mas julgo que acontece isso com toda a gente com o andar da idade.

6.2.2. Grelha de Análise

De acordo com a entrevista, a tabela 10 revela os pré indicadores e a sua aglutinação em indicadores, por recurso aos criterios de similaridade, complementaridade ou contraposição (Aguiar & Ozella, 2006, 2013).

Tabela 10. Pré-indicadores e Indicadores: caso 2

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES
1-Infância sem problemas; 2-Colegio particular; 3-Mãe católica, doente e ausente; 4-Pai profundamente ateu. 5-Filho único até aos 11; 6-Valores de solidariedade e fortes convicções; 7-Escolaridade pré-universitária; 8-Formação profissional industrial;	1- Enquadramento Sócio-Educativo
9-Lutas estudantis; 10-Lutas sindicais; 11-Actividade sindical militar; 12-Funcionário político; 13-Clandestinidade dentro do serviço militar; 14-Em diversas lutas de 1974 a 1993; 15-Três casamentos enquadrados na actividade terrorista	2-Desafiante
16-Injustiças sociais; 17-Sistema capitalista; 18- Impunidade dos principais agentes; 19-Marx, Lenine, Mao, clero e fiéis católicos, juntos. 20-Formar um homem novo; 21-Utopia; 22-Sonho; 23-Poder	3-Adesão
24-Causa forte; 25-Desilusões e abalos; 26-Adaptação; 27-Evitar baixas de ambos os lados; 28-Vitimas mortais “do outro lado”; 29-Três leituras de morte; 30-“Lamentação sincera”(morte de bebé);	4-Clandestinidade e Acção Terrorista
31-Ordens; 32-Discussão e decisão colectiva 33-Consenso; 34-Discordâncias de ordem táctica; 35-Execução e risco calculado; 36-Ideia de Morte sem raiva pessoal; 37-Vitimas são alvo do colectivo; 38-Ausencia de arrendimento; 39-Valeu a pena	5-Avaliação e Execução (fazer)
40-Integridade psico-social-emocional dos militantes; 41-vivência íntima grupal; 42-Prepara um processo insurrecional; 43-pertença; 44-Apoio aos presos; 45-Momentos de partilha e solidariedade; 46-Sacrifícios; 47-Amizades duradouras	6-Sentimentos de Grupo e Pertença

Só os indicadores assinalados permitiram uma aglutinação nos núcleos de significação previamente definidos: realidade socio-histórica, vivência terrorista e consciência terrorista, tal com está expresso na tabela 11.

Tabela 11. Indicadores e Núcleos de Significação: caso 2

INDICADORES	NUCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
1- Enquadramento Sócio-Educativo;	1- Realidade socio-histórica
2-Desafiante	
3-Adesão	
4-Clandestinidade e Acção Terrorista	2- Vivência terrorista
5-Avaliação e Execução (fazer)	
6-Sentimentos de Grupo e Pertença	
5-Avaliação e Execução (fazer)	3- Consciência terrorista
6-Sentimentos de Grupo e Pertença	

Núcleo 1 – Realidade socio-histórica

O entrevistado nasceu na cintura industrial da capital de Portugal. No seio de uma classe média emergente. Teve uma infância sem problemas, mas uma mãe ausente por longos períodos devido a doença. As diferenças desta com o pai fundaram-se (visivelmente) na fé e na ideologia. Ela crente, ele ateu. Da escola particular para o ensino técnico profissional, o entrevistado conclui os estudos mas revela uma personalidade sempre em desafio. Cedo chega às lutas estudantis, aos sindicatos, profissionais ou militares. A consequência é tornar-se funcionário político aos 19 anos. Não refere qualquer interferência entre a vida familiar e a sua actividade. Quer a dos pais consigo, quer a sua com a das esposas e filhos. O hábito de vida “em luta”, há-de prolongar-se até 1993. Mesmo os seus casamentos, são duradouros (primeiro cinco anos, segundo dez anos e o terceiro mais de vinte) mas sempre integrados na

clandestinidade que o seu *modus vivendi* lhe exige. Entrou para um movimento terrorista de esquerda aos 19 anos, já funcionário político e militar. Casa e é pai pela primeira vez já durante a sua militância terrorista. Nascido da relação entre uma costureira católica, filha de um subchefe de polícia, e de um operário fabril, ateu convicto, o entrevistado viveu sem condicionalismos, numa realidade industrial perto da capital. Afirma que antes, durante e depois de ter saído do movimento terrorista a que pertenceu, sempre manteve a sua convicção religiosa. “Sou ateu!” (sic). As questões suficientes para que entrasse em crise ou deixasse de aderir ao movimento terrorista nunca se evidenciam no seu discurso. Apenas quando o próprio movimento terrorista que integrou entra em colapso.

Núcleo 2 - Vivência terrorista

Além das “injustiças sociais geradas pelo sistema capitalista” (sic), não verbaliza sobre a construção individual de uma consciência político-ideológica. Adere porque luta. “Nunca recebi ordens (...).” O grupo e a pertença viabilizam o acto. Este, torna-se de novo colectivo e portanto difuso quanto à autoria. “Discutíamos ao nível dos colectivos de que fazíamos parte e decidíamos, de preferência, por consenso e, nos casos em que não era possível, por maioria. Quem tivera a posição que fora derrotada, adoptava a posição que vencera e cumpria o que fora determinado”(sic). O risco é sempre avaliado de forma operacional: “neste «clima» o clandestino veste a pele diária do risco da confrontação, da prisão e da morte. Passa a ser um acessório tão indispensável de interiorizar como calçar os sapatos para andar...”(sic). A morte tem três leituras conforme são acidentais, programadas ou dos “arrepentidos”. Mas era sempre “assumido como uma acção de guerra no sentido clássico” (sic). Até porque diz que nem sequer conhecia ou sabia dos alvos das suas acções. “a acção de eliminação física destes elementos não é efectuada por qualquer ódio ou raiva dos mesmos” (sic). “quando ocorreram vítimas mortais do outro lado, tal foi interiorizado com resultante

dum confronto em que se mata para não ser capturado, ferido ou morto” (sic). Mais forte do que matar era para o entrevistado provocar sofrimento nos alvos: “esta foi sempre a posição que eu assumi pois entendia ser a mais ajustada à situação política que vivíamos e tinha um duplo efeito como exemplo deixar as vítimas da nossa acção vivas, apesar de incapacitadas “(sic). “Nunca pessoalicei nenhum alvo da nossa acção. Os alvos eram definidos em função dos processos políticos, dos conflitos laborais, enquadrados na luta anticapitalista e da relevância dos mesmos nesse processo” (sic). Quanto ao sentimento de grupo e pertença destaca “Os momentos de partilha e solidariedade entre camaradas nos vários processos de luta em que estivemos envolvidos”. A sua relação com o movimento terrorista manteve-se além do tempo da sua acção terrorista. “Formalmente, nunca abandonei a organização” (sic). “permaneci na organização após Dezembro de 1984 com o objectivo do apoio aos presos e a sua retirada da cadeia”(sic).

Núcleo 3 - Consciência terrorista

O acto ou o momento de desistir não é definido. “Não se pode falar de uma acção ou de um acto em si, mas da tomada de consciência de que a organização estava a caminhar a passos largos para a sua desintegração por via da estratégia adoptada” (sic). As decisões tomadas em grupo geram a difusão da responsabilidade. Nunca se trata de uma responsabilidade individual. “as consequências destas acções só começaram a ter alguns reflexos negativos na minha integridade psico-social-emocional porque, a partir de certa altura, as consequências negativas de tais acções eram maiores que os benefícios que poderiam resultar para o processo global da luta anticapitalista” (sic). O retorno relativo que o investimento pessoal na acção terrorista implicou é o único momento de reflexão que verbaliza. Tem consciência dos seus actos, mas isso não provoca arrependimento. “Não me arrependo do que fiz porque o fiz de acordo com o entendimento que tinha das coisas na altura. No entanto, é óbvio que se pudesse voltar

atrás não faria as coisas da mesma forma, mas esta «reflexão» é irreal pois só vislumbramos alguns dos erros cometidos muito tempo depois de termos passado por lá” (sic). O entrevistado sublinha a cada momento a tónica do que considera positivo da sua acção terrorista. “Apesar de tudo, valeu a pena...pela experiência e pelo conhecimento da vida que a mesma me proporcionou...” (sic). O entrevistado outorga à própria acção terrorista o facto de ter a convicção de ser hoje mais tolerante. “tornou-me mais tolerante para com os outros, e a valorar a independência e a liberdade” (sic).

FINAL: O entrevistado foi preso, depois amnistiado e enviado para o estrangeiro com a identidade mudada pelo estado português. Anos depois, regressou a Portugal, onde ainda hoje é produtor de conteúdos numa estação de televisão, a tempo inteiro. Não tem actividade político-partidária conhecida.

6.3. Caso 3

6.3.1. Entrevista

Notas Socio-Demográficas

a-Nascimento e idade com que aderiu ao movimento.

1948; 22 anos

b- local e caracterização social da sua Infância, pais ou educadores ...

Cabeceiras de Basto; filho de pai pedreiro e mãe costureira

c- Era casado (ou vivia com alguém) antes de aderir

Não

d- Escolaridade à data de adesão

Estudante

Questões alvo

1-Antes de aderir ao movimento, em algum momento da sua vida, teve alguma convicção religiosa? Se sim, como viveu essa religião, qual e até quando?

Sim. Católica. Secundarizei o Catolicismo como instituição e abracei os Mistérios Cristãos de essência Essénica. Até hoje

2-E durante a sua militância, manteve essa convicção? Se sim até quando?

Aderi a um Partido político depois do 25 de Abril cuja orienta ideológica se aproxima do meu pensamento. Até hoje

3-Em algum momento a sua convicção religiosa cruzou (ou pôs em causa) as suas actividades no movimento? Como e de que forma?

Não

4-Quando pensou aderir ao movimento que é que mais o motivou?

A necessidade interior de Liberdade

5-As alterações na sua vida privada que a vida na clandestinidade impôs e os efeitos provocados por isso de que forma o importunaram?

Sobretudo os desgostos que dei aos meus pais que na sua modéstia não entendiam que o filho se “metesse em sarilhos”

6-Alguma vez questionou as ordens que recebeu no movimento? Não. Cumpriu-as todas? Sim. Cumpriu-as pondo-as em causa? Não. Cumpriu-as pondo-as em causa e discutindo-as com os seus pares? Discutiam-se as decisões. Ou cumpriu apenas aquelas com que estava de acordo? Cumpri aquelas que eram discutidas e consensualmente aceites.

7-Como encarava a ideia de morte?

Com medo atenuado pela convicção de que há vidas piores do que a morte. E a ditadura actuava de tal forma cobarde e indigna que nos retirava a dignidade humana

8-Como imaginava as vítimas (ainda que hipotéticas) dos seus actos?

Nunca admitia nos meus horizontes mentais a possibilidade de fazer vítimas. Foi sempre uma orientação, evitá-las. Felizmente não existe uma única vítima do movimento

9-Qual foi o momento, o acto ou o facto que o fizeram abandonar o movimento?

1975. 25 de Abril de Abril e a esperança de que a Democracia se institucionalizava

10-Hoje, quando olha o que viveu que é que mais recorda?

A coragem e a convicção dos companheiros de lides e a pequenez e imoralidade com que actuavam os esteios da ditadura

11-Hoje, quando olha o que viveu há algo de que se arrependa de ter ou de não ter feito?

Não tenho nada na vida de que me arrependa ter feito. Vivi e vivo sempre com a minha consciência que é a minha juíza implacável

12-Hoje, quando olha o que viveu entende que valeu a pena, isto é, tinha que ter vivido aquele processo?

A ditadura criou a sua antítese que fez aquilo que tinha que fazer

6.3.2. Grelha de Análise

De acordo com a entrevista, a tabela 12 revela os pré indicadores e a sua aglutinação em indicadores, por recurso aos criterios de similaridade, complementaridade ou contraposição (Aguiar & Ozella, 2006, 2013).

Tabela 12. Pré-indicadores e Indicadores: caso 3

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES
1-Catolicismo; 2-Misterios Essenicis;	1-Convicção religiosa
3-Até hoje; 4-Depois o 25 de Abril 1974; 5-1975; 6-Não (nunca);	2-Enquadramentos temporais
7-Partido politico; 8-Movimento; 9-Ditadura; 10- Necessidade interior; 11-Liberdade; 12- Democracia; 13-Esperança; 14-Coragem e convicção; 15-Pequenez e imoralidade dos ditadores; 16-Cobardia e indignidade dos ditadores;	3-Ideologia
17-Desgostos aos pais; 18-Vida privada; 19-Efeitos provocados;	4-Clandestinidade e acção terrorista
20-Ordens; 21-Questionamento; 22-Execução; 23-Valer a pena; 24-Arrependimento; 25-Consciência;	5-Avaliação e execução(fazer)
26-Consensualidade; 27-Pares e grupo;	6-Sentimentos de grupo e Pertença
28-Ideia de Morte; 29-Valor da vida;	7-Medo
30-Vitimas; 31-Admitir evitar; 32-Não admitir haver;	8-Percepção dos efeitos

Só os indicadores assinalados permitiram uma aglutinação nos núcleos de significação previamente definidos: realidade socio-histórica, vivência terrorista e consciência terrorista, tal com está expresso na tabela 13.

Tabela 13. Indicadores e Núcleos de Significação: caso 3

INDICADORES	NUCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO
1-Convicção religiosa	1- Realidade socio-histórica
2-Enquadramentos Temporais	
3-Ideologia	
3-Ideologia	2- Vivência terrorista
4-Clandestinidade e acção terrorista	
5-Avaliação e execução (fazer)	
6- Sentimentos de grupo e Pertença	3- Consciência terrorista
5-Avaliação e execução (fazer)	
7-Medo	
8-Percepção dos efeitos	

Núcleo 1 – Realidade socio-histórica

O entrevistado nasceu no interior de Portugal. Entrou para um movimento terrorista de esquerda aos 22 anos, quando ainda era estudante a tempo inteiro e solteiro. Nascido da relação entre um pedreiro e uma costureira que nunca completaram os quatro primeiros anos de escolaridade, e que sempre viveram condicionados numa ruralidade interior eivada de obediência à religião. Afirma que antes, durante e depois de ter saído do movimento a que pertenceu, sempre manteve a sua convicção religiosa abraçada n'“os mistérios cristãos de essência Essénica. Até hoje” (sic). Nem o paradoxo do cruzamento entre esta convicção e a sua adesão ideológica posterior foram questões suficientes para que entrasse em crise ou deixasse de aderir ao movimento terrorista.

Núcleo 2 - Vivência terrorista

A religião ou as avaliações dos seus pais nunca foram suficientes para deixar de pertencer ao movimento, nem deixar de executar quaisquer actos terroristas, apesar da consciência dos “Desgostos que dei aos meus pais que na sua modéstia não entendiam que o filho se metesse em sarilhos” (sic). Lutar, de alguma forma, torna-se imperioso porque “a ditadura actuava de tal forma cobarde e indigna que nos retirava a dignidade humana” (sic). É esta “necessidade interior de liberdade” (sic) que vem suportar a sua adesão e pertença ao movimento terrorista sem questionar ordens, cumprindo-as, todas. “Discutiam-se as decisões. Cumprí aquelas que eram discutidas e consensualmente aceites” (sic). O grupo e o sentimento de pertença são agora os seus argumentos e pilares. Ainda hoje mantém admiração pela “coragem e a convicção dos companheiros de lides” (sic)

Núcleo 3 - Consciência terrorista

Com as decisões tomadas em grupo, a difusão da responsabilidade gera e alimenta um sentimento de nada ter cometido de grave. Essa não é uma responsabilidade individual. “Não tenho nada na vida de que me arrependa ter feito.

Vivi e vivo sempre com a minha consciência que é a minha juíza implacável” (sic) . Aliás, se o mal existe, se algum acto foi mau, é nos outros que está a sua origem. A culpa, numa linguagem judaico-cristã, está fora do entrevistado, como explica ao afirmar que “A ditadura criou a sua antítese que fez aquilo que tinha que fazer” (sic). E nem a hipótese de os seus actos terem vítimas (inocentes ou não) é sequer valorizada. “Nunca admitia nos meus horizontes mentais a possibilidade de fazer vítimas. Foi sempre uma orientação, evitá-las”(sic). O grupo e a pertença viabilizam o acto. Este, torna-se de novo colectivo e portanto difuso quanto à autoria. No limite, nega-se “Felizmente não existe uma única vítima do movimento” (sic)

FINAL: O entrevistado é hoje catedrático numa universidade estatal em Portugal. Faz dessa actividade profissional a sua única forma de subsistência conhecida. Não regressou à ribalta da actividade política ou cívica, nem tem actividade politico-partidária conhecidas.

6.4. Análise Integrativa de Resultados

A partir da análise sumária dos casos estudados, do ponto de vista **sócio-demográfico** emergem alguns pontos comuns:

- Ciclo de vida em que os sujeitos se associam a uma organização terrorista;
- Condição educativa semelhante durante o período em que desenvolveram actividade terrorista;
- Situação sócio-económica atual semelhante.

Emergem, contudo, também, no plano sócio-demográfico, algumas especificidades:

- Origens sócio-educativas diferentes;

- Relacionamentos sócio-afetivos diferentes;
- Quadrantes ideológicos diferentes;
- Situações diferentes quanto à reclusão por ato terrorista.

Quanto aos **núcleos de significação** estudados, também se encontram alguns pontos comuns e algumas especificidades.

Realidade sócio-histórica: verificam-se os seguintes pontos comuns:

- Religião (n=2)
- Adesão (n=2)

Vivência terrorista: verificam-se os seguintes pontos comuns:

- Clandestinidade (n=3)
- Ação terrorista (n=3)
- Avaliação e execução (fazer) (n=3)

Consciência terrorista: verificam-se os seguintes pontos comuns:

- Sentimentos de grupo e de pertença (n=2)
- Perceção dos efeitos (N=2)
- Avaliação e execução (fazer) (n=2).

Verificaram-se, como referimos, algumas especificidades nos **núcleos de significação** obtidos.

Realidade sócio-histórica: verificam-se as seguintes especificidades:

- Ideologia (n=1)

- Desafio (n=1)

Vivência terrorista: verificam-se as seguintes especificidades:

- Ideologia (n=1)

- Vítimas e danos (n=1)

- Visibilidade social (n=1)

- Avaliação e execução (fazer) (n=1)

Consciência terrorista: verificam-se as seguintes especificidades:

- Medo (n=1)

- Vingança (n=1)

Finalmente, uma das questões que também ressaltou foi a das especificidades da produção linguística: restritiva/concisa (n=1), alargada/organizada (n=1) e alargada/prolixa (n=1).

CAPÍTULO 7 – DISCUSSÃO

7. Discussão

O objetivo central desta investigação, de natureza descritiva, foi o de compreender a experiência vivencial do terrorista e, complementarmente, descrever as interseccionalidades socio-históricas que consubstanciam a sua especificidade. Para tal, e por recurso à proposta metodológica da Apreensão dos Sentidos (Aguiar e Ozella, 2006, 2013), foram entrevistados 3 ex terroristas, de motivação, essencialmente, político-ideológica.

No plano sócio-demográfico, os dados revelam que a idade de adesão ao movimento terrorista é a da jovem adultícia (entre os 19 e os 25 anos), com nível educativo médio/superior. Estes dados são consistentes com a generalidade da literatura internacional (Clark, 1983; Handler, 1990; Hassan, 2001; Pedhzur, Perliger & Weinberg, 2003; Russel & Miller, 1983; Sageman, 2004; Silva & Machado, 2012; Strentz, 1988; Weinberg & Eubank, 1987). Dados que ainda hoje se repetem na avaliação conhecida das recentes operações quer no Médio Oriente no Estado Islâmico quer na Europa (e.g. Chicago Project on Security and Terrorism, 2011). A consistência verificada no perfil etário de recrutamento de terrorista sugere que a idade constitui um dos mais relevantes factores de vulnerabilidade ou, se quisermos, um período crítico que deve ser levado em conta pelos investigadores e, sobretudo, pelas agências de inteligência e autoridades empenhadas nestas áreas do conhecimento.

Sendo oriundos de diferentes regiões do Portugal de então (que incluía as províncias ultramarinas), os sujeitos são provenientes, sobretudo, das classes média (n=1) e média baixa (n=2), o que é consistente com grande parte da literatura que caracteriza o perfil socio-demográfico do terrorista (Clark, 1983; Handler, 1990; Hassan, 2001; Pedhzur, Perliger & Weinberg, 2003; Russel & Miller, 1983; Sageman, 2004; Weinberg & Eubank, 1987).

O rácio do quadrante ideológico dos sujeitos estudados (esquerda, n=2; direita, n=1) é consistente com o estudo realizado por Silva e Machado (2012), com ex terroristas portugueses (sobretudo, operacionais nos anos 70 do séc. XX) e com outro estudo realizado com exterroristas italianas (Weinberg & Eubank, 1987), mas mostra um padrão inverso ao estudo realizado por Handler (1990), com ex terroristas norte-americanos (sobretudo, operacionais durante os anos 60 e 70 do séc. XX), onde a maioria dos sujeitos estudados eram do quadrante ideológico de Direita. Tal diferença no quadrante ideológico numa época similar (décadas de 60 e 70), é, provavelmente, decorrente das diferenças da organização política e geo-estratégica dos envolvidos. Nos EUA (Estados Unidos da América) decorriam os efeitos da Guerra Fria (medo do comunismo soviète) e a expressão máxima de associações ultra-conservadoras de influência religiosa (e.g. Ku Klux Klan). Em Portugal terminava um regime ditatorial, de natureza conservadora e concordatária católica, onde grande parte da ação terrorista se relacionava, num primeiro momento, na luta contra esse estado ditatorial (e grande influência da concordata católica), e, num segundo momento (na implementação da Democracia), com o receio de reacção ao “movimento progressista” e a um “processo revolucionário em curso” (que, de algum modo era personificado por alguns intelectuais até então exilados e com enquadramento político de esquerda ou de extrema esquerda, por estudantes universitários oriundos de classes média e média-baixa e por alguns militares operacionais do 25 de Abril). Em Itália, as décadas de 70 e 80 foram essencialmente marcadas pela forte influência marxista (essencialmente da 3^a Internacional Socialista) e pela ideologia maoista, sendo as Brigadas Vermelhas (criadas nos anos 60 por estudantes da Universidade Livre de Trento em associação com o Partido Comunista Italiano, com o Movimento Operário – expressão sindicalista - e com militares da Esquerda Católica) um dos expoentes máximos desta expressão

ideológicas, marcou particularmente a sociedade italiana do final dos anos 70, em particular com o sequestro e assassinato do líder democrata cristão, e 5 vezes primeiro ministro italiano, Aldo Moro. Assim, o perfil ideológico terrorista é enquadrável na perspetiva socio-histórica em que se desenvolve (Vigotsky, 1996, 1998).

Por fim, atualmente, todos os entrevistados estão enquadrados socialmente e as suas acções de intervenção cívica circuncrevem-se a expressões perfeitamente aceites no contexto social actual. Este dado é altamente consistente com a generalidade da literatura e, muito em particular, com o estudo de Silva e Gonçalves (2012).

Ora, o perfil socio-demográfico dos sujeitos entrevistados pode ser descrito do seguinte modo: jovens adultos, oriundos de classes média e média-baixa, com acesso a formação média e superior, de diferentes origens geográficas do Portugal de então, que se inserem numa luta contra o *establishment* ou contra o seu possível retorno, com ideologia enquadrável em questões fraturantes do contexto sócio-político em que operaram (no caso português, essencialmente a luta pela Liberdade e pela Democracia, contra o Colonialismo e a influência da Igreja Católica no Poder de Estado), e que actualmente se encontram plenamente integrados do ponto de vista social, sendo que só uma pequena parte (n=1) foi recluso por crimes relacionados com o terrorismo.

No que diz respeito aos Núcleos de Significação estudados e que, de certo modo, nos ajudam a compreender a vivência experiencial dos sujeitos, os pontos comuns ajudam-nos a traçar um perfil do terrorista português, com acção no território português na época de transição da Ditadura para a Democracia.

Quanto à Realidade Sócio-Histórica, existem dois núcleos de significação que parecem mais relevantes: Religião (n=2) e Adesão (n=2). Na verdade, os pré-indicadores refletem a forma como a Religião (essencialmente a sua imposição e o Poder que tinha junto de Estado) marcam a experiência vivencial destes sujeitos durante

a sua juventude. Por outro lado, os pré-indicadores relativos ao Indicador Adesão, revelam-nos a forma como estes sujeitos encaravam a “necessidade” de integrar os respetivos movimentos terroristas, na medida em que as justificações apresentadas sugerem a existência de uma sociedade injusta que deveria ser transformada rápida e estruturalmente, com vista à criação de um novo paradigma social. Ora este tipo de significação é muito consistente com o que Silva e Machado (2012) encontraram nos sujeitos que entrevistaram. No fundo, a questão fundamental é a da luta contra um *establishment* e seus representantes. Contudo, algumas das especificidades verificadas neste núcleo de significação também nos ajudam a compreender a vivência experiencial do terrorista: a Ideologia e o Desafio. Por um lado, a adoção de um sistema ideológico parece surgir como forma de justificar o significado da luta *antiestablishment* e o Desafio ajuda-nos a entender a necessidade de estruturas formais (movimentos, partidos, sindicatos) para objetivar o designio ideológico. Nesta perspetiva, parece estar em jogo aquilo a que Erikson (1994) designou de identidade e repúdio *versus* identidade e difusão. A transição entre o ciclo de vida da adolescência para a adultícia jovem é muitas vezes marcada por elementos de natureza conflitual que impactam a reorganização dos indivíduos, mormente no que respeita à adoção de uma identidade social integrada. Nesta perspetiva, alguns dos pré-indicadores parecem refletir este tipo de conflitualidade (clandestinidade, instabilidade relacional, luta contra o poder instituído, com desvalorização clara dos seus representantes). Este tipo de significação é frequentemente encontrada na literatura (Bandura, 2004; Crenshaw, 1992, 2001; Della Porta, 1992; Friedland, 1992; Knutson, 1981; Sprinzak, 2001)

Quanto ao Núcleo de Significação Vivência Terrorista, os dados parecem mais robustos. Existem alguns indicadores que são comuns a todos os sujeitos entrevistados: Clandestinidade, Ação terrorista e Avaliação e execução (fazer). Quanto ao primeiro

indicador, os Pré-indicadores enfatizam a Clandestinidade como uma necessidade de proteção do seu sistema familiar e vida privada (o seu próprio *status quo*). Quanto à Acção Terrorista, são enfatizadas, sobretudo, as normas e a estrutura do intragrupo (terrorista) e a sua absorção por prévios grupos sociais (família, e.g. pai militar disciplina militar) ou enquadramento sócio-educativo (e.g. educação religiosa). Quanto à Avaliação da Execução é enfatizada a questão do normativo intragrupal e as justificações para a própria acção, incluindo algum tipo de apreciação (algumas vezes ambivalente) sobre as vítimas (e.g. “aqueles que se tornaram vítimas” ou “ainda bem que não houve vítimas”). Tal significação é interessante, sobretudo no que concerne ao sentimento de ausência de responsabilidade pessoal sobre o destino das vítimas e a sua absoluta necessidade como autores do processo. Significações muito semelhantes podem ser encontradas noutras fontes da literatura (Schmid, 2004; Schmid & Jongman, 1984), muito em particular no trabalho de Silva e Machado (2012). Alguns Indicadores menos concordantes ou mais específicos acentuam o que acabamos de referir: Ideologia (n=1), Vítimas e danos (n=1) e Visibilidade social (n=1). Ou seja, se a Ideologia e a diferenciação Vítimas e danos, enquanto Indicadores, se associam, de alguma forma aos indicadores anteriormente referidos, reforçando a sua significação para o Núcleo Vivência Terrorista, a Visibilidade Social aparece como elemento estruturador e justificador da assumpção de responsabilidade individual. Aliás, o Terceiro Núcleo de Significação – Consciência Terrorista - ajuda-nos a entender melhor esta questão, na medida em que os indicadores mais frequentes (n=2) são os seguintes: - Sentimentos de grupo e de pertença, Perceção dos efeitos e Avaliação e execução (fazer). Na verdade, a Consciência Terrorista mostra como, por um lado os Sentimentos de Grupo e de Pertença podem justificar a Adesão ao Movimento e a diluição da Responsabilização individual das ações na Perceção dos Efeitos. De certa forma, os sujeitos referem o

sentimento de pertença a um grupo como forma de aderir e estruturar a sua própria visão sobre a sociedade. Esse grupo a que aderiram tinha normas e regras e as decisões nunca eram individuais. Por isso mesmo, a responsabilidade pela consequência das ações (por vezes não assumindo a existência de vítimas) também não seria individual e, mais ainda, era muitas vezes encarada ambivalentemente no que respeita à consequências negativas (necessidade *versus* acaso infeliz). Mais uma vez, estes dados apresentam elevada consistência com alguma literatura (Crenshaw, 2001, Horgan & Taylor, 2001; Schmid, 2004; Schmid & Jongman, 1984), muito em particular no trabalho de Silva e Machado (2012). Algumas especificidades encontradas neste núcleo de significação, ajudam-nos a entender outras vias da consciência terrorista: Medo (n=1) e Vingança (n=1). Estes dois indicadores fornecem duas vias de significação: por um lado a possível reflexão interna sobre o valor da vida (sugerindo a possibilidade de ambivalência face ao estatuto das vítimas e o receio pela própria vida) e o desejo de vingança sobre os delatores e traidores. Em certa medida, este dado também foi observado em alguns casos descritos nos estudos de Schmid e Jongman (1984) e de Silva e Machado (2012).

Finalmente, a decisão de adesão parece ter sido consciente (Horgan e Taylor, 2001) e em nenhum momento os entrevistados relataram alterações psicológicas compatíveis com a existência de psicopatologia ativa ou, mesmo, perturbação de personalidade (e.g. Crenshaw, 2001; McCauley, 2002; Silke, 2003)

CAPÍTULO 8. CONCLUSÕES

8. CONCLUSÕES

O perfil e a vivência experiencial dos indivíduos entrevistados podem ser resumidos do seguinte modo: jovens adultos, com um determinado *background* socio-cultural, enquadrado numa determinada realidade e tempo socio-historicos, que serve de justificação para a necessidade de ação (por mecanismos desenvolvimentistas críticos como, por exemplo, a ideologia e o *antistablishment* em face de crise psicossocial identitária) com oportunidades sócio-educativas diferenciadas relativamente ao seu meio de origem, que não referem existencia de períodos de psicopatologia e que atualmente estão adequadamente inseridos no que é expectável para o ciclo de vida em que se encontram (adultícia madura ou 3ª idade).

O presente estudo limitou-se à tentativa de compreensão da vivência experiencial do terrorista, recorrendo a uma metodologia qualitativa, que permitiu evidenciar alguns aspetos comuns e alguns aspetos específicos das referidas vivências. Assim, os resultados encontrados, apesar de semelhantes a outros estudos (especialmente em alguns de natureza quantitativa), devem ser limitados à amostra estudada, não sendo generalizável a toda a vivência terrorista. Os estudos futuros que optem por este tipo de metodologia devem alargar o leque de questões alvo e procurar investigar diferentes tipologias de terrorismo.

REFERENCIAS

REFERENCIAS

- Abadie, A. (2004). *Poverty, Political Freedom, and the Roots of Terrorism*. NBER Working Paper, 1085
- Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26, 222-245.
- Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de estudos pedagógicos*, 94, 299-322.
- Aguiar, W. M. J. (2000). Pesquisa em psicologia sócio – histórica: contribuições para o debate metodológico. In. A.M. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (orgs). *Psicologia Sócio-Histórica (uma perspectiva crítica em psicologia)*. (129-140). São Paulo. Ed. Cortez.
- Alda, A. (1975). *What Every Woman Should Know About Men*. Ms. New York,
- Altier, M.B., Thoroughgood, Ch., & Horgan, J. (2014). Turning away from terrorism: Lessons from psychology, sociology, and criminology. *Journal of Peace Research*, 5, 647-661.
- Akhtar, S. (1999). The Psychodynamic Dimension of Terrorism. *Psychiatric Annals*, 29, 350-355.
- Amielanczyk, K. (1996). In Iudicio Convenire (Circumvenire): Judicial crimes according to the Lex Cornelia de Sicariis et Veneficis (81 BC), *Pomoerium*, 2, 59-70.
- Antunes, C. (1974). *Dossier Brigadas Revolucionárias*. Lisboa: Edições Revolução
- APA. (2000). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (4th ed., text rev.). Washington, DC: APA.
- APA. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (5th ed.). Washington, DC: APA
- Aristóteles (2004). *Ética a Nicómaco*. Madrid: Alianza Editorial

- Arena, M.P. & Arrigo, B.A. (2004). Media images, mental health law, and justice: A constitutive response to the “competency” of Theodore Kaczynski. In B.A. Arrigo (ed.), *Psychological Jurisprudence: Critical Explorations in Law, Crime, and Society*, (99-125). Albany, NY: State University of New York Press.
- Aziz, S. (2009). Sticks and Stones, The Words That Hurt: Entrenched Stereotypes Eight Years after 9/11. *New York City Law Review*, 13, 33
- Badey, T.J. (1998). Defining international terrorism: A pragmatic approach. *Terrorism and Political Violence*, 10, 90-107.
- Bailey, Ch.A. & Ostrov, J.M. (2007). Differentiating forms and functions of aggression in emerging adults: Associations with hostile attribution biases and normative beliefs. *Journal of Youth and Adolescence*, 37, 713-722. <http://dx.doi.org/10.1007/s10964-007-9211-5>
- Bandura, A. (1971). *Social Learning Theory*. New York: General Learning Press.
- Bandura, A. (1999). Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. *Personality and Social Psychology Review*. [Special Issue on Evil and Violence], 3, 193-209.
- Bandura, A. (2004). The origins and consequences of moral disengagement: A social learning perspective. F. M. Moghaddam, & A. J. Marsella (Eds), *Understanding Terrorism: Psychosocial Roots, Consequences, and Interventions*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Barkan, S. E. (2015). *Sociology: Understanding and Changing the Social World, Comprehensive Edition*, v. 1.0. http://catalog.flatworldknowledge.com/bookhub/1806?e=barkan-ch14_s05 acedido da web em 2/5/2015
- Bebiano, R. (2005). Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo.

-
- Revista Portuguesa de História, XXXVII, 65-104.*
- Beck, U. (2002). The terrorist threat: World risk society revisited. *Theory, Culture & Society, 19*, 39-55.
- Benton, D. (1992). Hormones and human aggression. In K. Bjoerkqvist & P. Niemelae (Eds.) *Of Mice and Women: Aspects of Female Aggression. (37-48)*. San Diego, CA, US: Academic Press, Inc.
- Berenbaum, S.A. & Reinisch, J.M. (1997) Early androgen effects on aggression in children and adults with congenital adrenal hiperplasia. *Psychoneuroendocrinology, 22*, 505-515.
- Bergeret, J. (2004). *La Violence Fondamentale: l'inépuisable Oedipe*. Paris: Dunod Berkowitz,
- Berkowitz L. (1965). Some aspects of observed aggression. *Journal of Personality and Social Psychology, 3*, 359-369.
- Berkowitz, L. (1989). The frustration-aggression hypothesis: An examination and reformulation. *Psychological Bulletin, 106*, 59-73.
- Berlet, C. (2004). *Dehumanization and demonization*. Somerville, MA: Political Research Associates. http://www.publiceye.org/tooclose/scapegoating-01.html#P15_2407
Accessed online August 1, 2004.
- Berman, M., Kavoussi, R., & Coccaro, E. (1997). Neurotransmitter correlates of human aggression. In D. Stoff, J. Breiling, & J. Maser (Eds.) *Handbook of Antisocial Behavior. (305-313)*. New York: Wiley.
- Bjørgero, T. (Ed). (2005). *Root Causes of Terrorism: Myths, Reality and Ways Forward*. New York: Routledge
- Björnehed, E. (2004). Narco-Terrorism: The merger of the war on drugs and the war on terror. *Global Crime, 6*, 305-324.
- Black, D. (2004). The Geometry of Terrorism. *Sociological Theory, 22*, 14-25.

- Boer, S.F., Caramashi, D., Natarajan, D., & Koolhaas, J.M. (2009). The vicious cycle towards violence: Focus on the negative feedback mechanisms of brain serotonin. *Frontiers in Behavioural Sciences*, 3, 52. doi: 10.3389/neuro.08.052.2009
- Borum, R. (2004). Understanding the terrorist mindset. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 72, 7-10.
- Brain, P. & Susman, E. (1997). Hormonal aspects of aggression and violence. In D. Stoff, J. Breiling, & J. Maser (Eds.) *Handbook of Antisocial Behavior*. (314-323). New York: Wiley.
- Brannan, D.W., Esler, P. F., & Strindberg, N. T. A. (2001). Talking to "terrorists": Towards an independent analytical framework for the study of violent substate activism. *Studies in Conflict & Terrorism*, 24, 3-24.
- Bryant, E.T., Scott, M.L., Golden, C.J., & Tori, C.D. (1984). Neuropsychological deficits, learning disability, and violent behavior. *Journal of Consulting and Clinical Psychology* 52, 323-334.
- Cairns, E. (1987). Intergroup conflict in Northern Ireland. In H. Tajfel (Ed), *Social Identity and Intergroup Relations* (277-298). Cambridge: Cambridge University Press.
- Calvete, E. & Orue, I. (2011). The impact of violence exposure on aggressive behavior through social information processing in adolescents. *American Journal of Orthopsychiatry*, 81, 38-50.
- Canguillem, G. (1991). *Le Normal et le Pathologique*. Paris: PUF
- Cardoso, P. (2004). *As Informações em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Carvalho, H. (2000). *Os Dias da UNAMET*. Lisboa: Hugin
- Carvalho, H., Araújo, J., Vegar, J., & Alvarez, L. (2000). *Timor: O Insuportável Ruído das Lágrimas*. Lisboa: Campo das Letras.

- Chicago Project on Security and Terrorism (2014). Acedido da web a 2 de Maio de 2015
<http://cpost.uchicago.edu/>
- Cinoğlu, H. & Ozeren, S. (2010). Classical schools of sociology and Terrorism. *Eskişehir Osmangazi Üniversitesi Sosyal Bilimler Dergisi*, 11, 43-60.
- Clark, R. (1983). Patterns in the lives of ETA members. *Terrorism*, 6, 423-454.
- Coccaro, E.F., Noblett, K.L., & McCloskey, M.S. (2009) Attributional and emotional responses to socially ambiguous cues: validation of a new assessment of social/emotional information processing in healthy adults and impulsive aggressive patients. *Journal of Psychiatric Research*, 43, 915-925.
- Coelho, M.T. & Filho, N.A. (1999). Normal-Patológico; Saúde-Doença. Revisitando Canguillem. *Physis – Revista de Saúde Coletiva – Rio de Janeiro*, 9, 13-36
- Collin, B. (1997). Future of Cyberterrorism: The physical and virtual worlds converge. *Crime and Justice International*, 13, 15-18.
- Cooper, H.H.A. (1977). What is a terrorist: a psychological perspective. *Legal Medical Quarterly*, 1, 16-32.
- Cooper, H.H.A. (1978). Psychopath as terrorist. *Legal Medical Quarterly*, 2, 253-262.
- Corrado, R. (1981). A critique of the mental disorder perspective of political terrorism. *International Journal of Law and Psychiatry*, 4, 293-309.
- Crayton, J. W. (1983). Terrorism and Psychology of the Self. In L. Z. Freedman & Y. Alexander (Eds), *Perspectives on Terrorism* (33-41). Wilmington, Delaware: Scholarly Resources.
- Crenshaw, M. (1981). The Causes of Terrorism. *Comparative Politics*, 13, 379-399.
- Crenshaw, M. (1992). Decisions to use terrorism: Psychological constraints on instrumental reasoning. *International Social Movements Research*, 4, 29-42.

- Crenshaw, M. (2001). The psychology of terrorism: An agenda for the 21st century. *Political Psychology, 21*, 405-420.
- Dadoun, R. (2002). *La Violence: Essai sur l'Homo Violens*. Paris: Hatier
- Darley, J.M. & Latane, B. (1968). Bystander intervention in emergencies: Diffusion of responsibility. *Journal of Personality and Social Psychology, 8*, 377-383.
- Deflem, M. (2004). Introduction: Towards a Criminological Sociology of Terrorism and Counter-Terrorism. In M. Deflem (ed) *Terrorism and Counter-Terrorism: Criminological Perspectives*. (1-6) Amsterdam: Elsevier.
- Della Porta, D. (1992). Political Socialization in Left-Wing Underground Organizations: Biographies of Italian and German Militants. In D. Della Porta (Ed), *Social Movements and Violence: Participation in Underground Organizations*. Greenwich, Connecticut: JAI press.
- Della Porta, D. (1995). *Social Movements, Political Violence and the State*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dilthey, W. (1988). *Introduction to the Human Sciences*. Detroit: Wayne State University Press
- Dollard, J., Miller, N.E., Doob, L.W., Mowrer, O.H., Sears, R. R., & New Haven, C.T. (1939). *Frustration and Aggression*. US: Yale University Press.
- Drake, C. J. M. (1998). The role of ideology in terrorists' target selection. *Terrorism and Political Violence, 10*, 53-85.
- Droysen, J.G. (1856-1857/2009). *Manual de Teoria da História* (trad. Sara Baldus & Júlio Bentivoglio, do Grundriss der Historik, 1882). Petrópolis: Vozes
- Dupuy, J-P. (2004). State sponsors of terrorism: Issus of responsibility. In A. Bianchi, (Ed.), *Enforcing International Law Norms Against Terrorism*. (3-16) Portland: Hart.
- Eby, Ch.A. (2012). *The nation that cried lone wolf: A data-driven analysis of individual terrorists in the United States since 9/11*. DTIC Document.

- Erikson, E. (1994). *Identity and the Cycle of Life*. USA: W. W. Norton & Company
- Ernst, M., Grant, S.J, London, E.D., Contorreggi, C.S., Kimes, A.S., & Spurgeon, L. (2003).
Decision making in adolescents with behavior disorders and adults with substance
abuse. *American Journal of Psychiatry*, 160, 33-40.
- Falk, R. (1988). The terrorist mind-set: The moral universe of revolutionaries and functionaries.
In R. Falk (Ed). *Revolutionaries and Functionaries: The Dual Face of Terrorism*. New
York: E. P. Dutton.
- Fanon, F. (1965). *The Wretched of the Earth*. London: Macgibbon & Kee.
- Faria, J.V. (2008). *História concisa do Terrorismo. Parte II*. Jornal de Defesa e Relações
Internacionais.[http://database.jornaldefesa.pt/ameacas/Terrorismo/Hist%C3%B3ria%20
Concisa%20do%20Terrorismo%20Parte%20II.pdf](http://database.jornaldefesa.pt/ameacas/Terrorismo/Hist%C3%B3ria%20Concisa%20do%20Terrorismo%20Parte%20II.pdf). Acedido da web em 10 de Abril,
2015
- Feldman, M. (2013). Comparative lone wolf terrorism: Toward a heuristic definition.
Democracy and Security, 9, 370-286.
- Ferracuti, F. & Bruno, F. (1981). Psychiatric aspects of terrorism in Italy. In I. L. Barak-Glantz
& C. R. Huffs (Eds). *The Mad, the Bad, and the Different: Essays in Honor of Simon
Dinitz* (199-213). Lexington, MA: Heath.
- Feuer, L. (1969). *The Conflict of Generations: The Character and Significance of Student
Movements*. New York: Basic Books, Inc., Publishers.
- Field, R. A. (1979). Child terror victims and adult terrorists. *Journal of Psychohistory*, 7, 71-75.
- Fields, P. (1982). Research on the victims of terrorism. In Frank M. Ochberg & David A.
Soskis. *Victims of Terrorism* (137-171): Boulder: Westview Press
- Fine, J. (2015). *Political Violence in Judaism, Christianity, and Islam: From Holy War to
Modern Terror*. USA: Rowman and Littlefield

- Freeman, E.R., Bloom, D.A., & McGuire, E.J. (2001). A brief history of testosterone. *The Journal of Urology*, 165, 371-373.
- Freud, S. (1981). *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Freud, S. (1905/1981). Tres Ensayos Para Una Teoría Sexual. In S. Freud, *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Freud, S. (1910/1981). Observaciones Psicoanalíticas Sobre Un Caso De Paranoia («Dementia paranoides»), autobiográficamente descrito (Caso «Schreber»). In S. Freud, *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Freud, S. (1914/1981). Introducción Al Narcisismo. In S. Freud, *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Freud, S. (1915a/1981). Lo Inconsciente. In S. Freud, *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Freud, S. (1915b/1981). Los Instintos Y Sus Destinos. In S. Freud, *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Freud, S. (1920/1981). Más Allá Del Principio Del Placer. In S. Freud, *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Freud, S. (1923/1981). El «Yo» y el «Ello». In S. Freud, *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Freud, S. (1939/1981). El Malestar en la Cultura. In S. Freud, *Obras Completas*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Fried, R. (1982). The Psychology of the Terrorist. In Brian M. Jenkins, (ed.). *Terrorism and Beyond: An International Conference on Terrorism and Low-Level Conflict* (119-24). Santa Monica, California: Rand.
- Friedland, N. (1992). Becoming a terrorist: Social, and individual antecedents. In L. Howard, (Ed.). *Terrorism: Roots, Impacts, Responses* (81-93). New York, NY: Praeger.

- Gadamer, H.G. (1998). *El Giro Hermenéutico*. Madrid: Cátedra
- Giammanco, M. Tabacchi, G., Giammanco, S., Di Majo, D., & La Guardia, M. (2005).
Testosterone and aggressiveness. *Medical Science Monitor*, 11, RA136-145
- Goodell, E.M. (2014). Narcoterrorism: The growing threat in Latin America. *Latin American and Caribbean Studies*. <https://repository.wlu.edu/handle/11021/26994>. Acedido da Web em 27/4/2015.
- Grossman, D. (1995). *On Killing: The Psychological Cost of Learning to Kill in War and Society*. New York: Little, Brown and Co.
- Gunaratna, R. (2002). *Inside Al-Qaeda*. Columbia: University Press.
- Gurr, T. R. (1968). Psychological Factors in Civil Violence. *World Politics*, 20, 245-278.
- Hacker, F. J. (1983). Dialectical Interrelationships of Personal and Political Factors in Terrorism. In L.Z. Freedman & Y. Alexander, (eds.). *Perspectives on Terrorism* (19-32). Wilmington, Delaware: Scholarly Resources.
- Hacker, F.J. (1976). *Crusaders, Criminals, Crazies: Terror and Terrorism in our Time*. New York: W.W. Norton.
- Handler, J. S. (1990). Socioeconomic profile of an American terrorist: 1960s and 1970s. *Terrorism*, 13, 195-213.
- Hardy, K. & Williams, G. (2014) What is 'cyberterrorism'? Computer and internet technology in legal definitions of terrorism. In: T. Chen, L. Jarvis, & S. Macdonald, (eds) *Cyberterrorism: Understanding, Assessment, and Response*. Springer, New York.
- Hassan, N. (2001). An arsenal of believers: Talking to the "human bombs". *The New Yorker*, 77, 36.
- Hatemi, P.K. & Dermott, R. (2011). A Neurobiological Approach to Foreign Policy Analysis: Identifying Individual Differences in Political Violence. *Foreign Policy Analysis*. doi: 10.1111/j.1743-8594.2011.00150.x

- Hegel, G.W.F. (1988). *A Fenomenologia do Espírito*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes
- Heskin, K. (1984). The Psychology of Terrorism in Ireland. In Y. Alexander and A. O'Day, eds., *Terrorism in Ireland*. 88-105 New York: St. Martin's Press
- Hoffer, E. (1951). *The True Believer*. New York: Harper Collins.
- Hoffman, B. (1999). The mind of the terrorist: Perspectives from social psychology. *Psychiatric Annals*, 29, 337-340.
- Horgan, J. & Taylor, M. (2001) The making of a terrorist. *Jane's Intelligence Review*, 13,16-18.
- Horgan, J. (2003a). The social and psychological characteristics of terrorism and terrorists. In T. Bjorgo, (Ed.) *A Forerunner to Fighting Terrorism for Humanity: A Conference on the Roots of Evil*. New York. Norwegian Institute of International Affairs and Norwegian Ministry of Foreign Affairs.
- Horgan, J. (2003b). The search for the terrorist personality. In A. Silke (Ed.). *Terrorist, Victims, and Society: Psychological Perspectives on Terrorism and its Consequence* (3-27). London: John Wiley.
- Hubbard, D.G. (1971). *The Skyjacker: His Flights of Fantasy*. New York: Macmillan.
- Hubbard, D.G. (1983). The Psychodynamics of Terrorism. In Y. Alexander, T. Adeniran, and R.A. Kilmarx, eds., *International Violence*. (45-53) New York: Praeger.
- Hudson, R.A. (1999). *The Sociology and Psychology of Terrorism: Who becomes a terrorist and why? A Report Prepared under an Interagency Agreement by the Federal Research Division, Library of Congress*. Washington D.C.: Federal Research Division, Library of Congress
- Johnson, P. W. & Feldman, T. B. (1992) Personality types and terrorism: Self-psychology perspectives. *Forensic Reports*, 5, 293-303.

- Kandel, E., Mednick, S.A., Kirgegaard-Sorenson, L., Hutchings, B., Knop, J., Rosenberg, R. & Schulsinger, F. (1988). IQ as a protective factor for subjects at risk for antisocial behavior. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56, 224-226.
- Kant, I. (2008). *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kauffman, G. (2011/2012). *Schools of Methods. The Qualitative and Quantitative Approach. Introduction text of seminar “Methods of Field Research” (METH 15272) WS 2011/12 at Otto-Suhr-Institute*
- Keane, F. (2001). The mind of a terrorist. In J. Baxter & M. Downing (Eds.) *The Day that Shook the World: Understanding Sept. 11* (54-67). London: BBC Worldwide.
- Kernberg, O.F. (2003). Sanctioned Social Violence: A Psychoanalytic View - Part I. *International Journal of Psychoanalysis*, 84, 953-968.
- Klein, M. (1946/1996). *Notes sur quelques mécanismes schizoïdes. Développements de la Psychanalyse* (274-300). Paris: Presses Universitaires de France.
- Knutson, J. N. (1981) Social and psychodynamic pressure toward a negative identity: the case of an American revolutionary terrorist. In Y. Alexander, J.M. Gleason, J. M., (Eds.), *Behavioral and Quantitative Perspectives on Terrorism* (105-150). New York: Pergamon.
- Krakowski, M. (2003). Violence and serotonin: influence of impulse control, affect regulation, and social functioning. *The Journal of Neuropsychiatry & Clinical Neurosciences*, 15, 294-305.
- Kohut, H. (1971). *The Analysis of the Self: A Systematic Approach to the Psychoanalytic Treatment of Narcissistic Personality Disorders*. New York: International Universities Press
- Kohut, H. (1977). *The Restoration of the Self*. New York: International Universities Press

- Kruse, J. (2011): *Reader. Einführung in die qualitative Interviewforschung*, Freiburg
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1985). *Vocabulário da Psicanálise*. Lisboa: Morais Editores
- Laqueur, W. (1977). *A History of Terrorism*. USA: Little, Brown and Co.
- Laqueur, W. (1999). *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*.
Oxford: Oxford University Presses
- Laqueur, W. (2003). *No End to War: Terrorism in the Twenty-First Century*. New York:
Continuum.
- Leitão, F., & Pina, C. (1975). *LUAR: O que é?* Lisboa: Agência Portuguesa de Revistas Lenine,
V.I. (2011). *O Estado e a Revolução*. Lisboa: Edições Avante
- Lerner, M. J. & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking
back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85, 1030-1051.
- Lia, B. & Skjølberg, K. H-W. (2000). *Why Terrorism Occurs - A Survey of
Theories and Hypotheses on the Causes of Terrorism*. FFI/RAPPORT-2000/02769.
FORSVARETS FORSKNINGSINSTITUTT. Norwegian Defence Research
Establishment
- Liddle, J. R., Bush, L.C., & Shackelford, T.K. (2011). An introduction to evolutionary
psychology and its application to suicide terrorism. *Behavioral Sciences of Terrorism
and Political Aggression*, 3, 176-197.
- Lifton, R.J. (2000). *Destroying the World to Save It: Aum Shinrikyo, Apocalyptic Violence, and
the New Global Terrorism*. USA: Owl Books
- Lindim, I. (2012). *Mulheres de Armas*. Lisboa, Objetiva
- Lobbestael, J., Cima, M., & Arntz, A. (2013). The relationship between adult reactive and
proactive aggression, hostile interpretation bias, and antisocial personality disorder.
Journal of Personality Disorders, 27, 53-66. doi: 10.1521/pedi.2013.27.1.53.
- López-López, W. & Pineda, C. (2011). Terrorism: Two complementary approaches.

Terapia Psicológica, 29, 225-231.

- Lorenz, L. (2003). *A Agressão: Uma História Natural do Mal*. Lisboa: Relógio de Água
- Luckabaugh, R., Fuqua, E., Cangemi, J., & Kowalski, C. (1997). Terrorist behavior and US foreign policy: Who is the enemy? Some psychological and political perspectives. *Psychology*, 34, 1-15.
- Lustoza, R.Z. (S/D). A psicanálise e a discussão sobre o normal e o patológico. Policopiado. http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CDIQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.psicopatologiafundamental.org%2Fuploads%2Ffiles%2Fiii_congresso%2Ftemas_livres%2Fa_psicanalise_e_a_discussao_sobre_o_normal_e_o_patologico.pdf&ei=UTBuVdbBOYKAU_qZgegK&usg=AFQjCNEG1Rqo5QTFbZVBED4BhM7F14b9sA&bvm=bv.94911696,d.d24 Acedido da net em 2 de Maio de 2015.
- Mack, J. E. (2002). Looking beyond terrorism: Transcending the mind of enmity. In C. E. Stout (Ed). *The Psychology of Terrorism: A Public Understanding* (143-157). Westport, CT: Praeger Publishers.
- Maile, J., Walters, T.K., Ramirez, J.M., & Antonius, D. (2010) Aggression in terrorism. In *Interdisciplinary Analyses of Terrorism*. (22-48) Cambridge Scholars Publishing, Cambridge.
- Mallot, R. W. (1988). Rule governed behavior and behavioral anthropology. *The Behavior Analyst*, 11, 181-200.
- Manap, N.A. & Tehrani, P.M. (2012). Cyber Terrorism: Issues in its interpretation and Enforcement. *International Journal of Information and Electronics Engineering*, 2, 409-413.

- Marsella, A. J. (2003). Terrorism: Reflections on issues, concepts, and directions. In F. M. Moghaddam & A. J. Marsella (Eds.) *Understanding Terrorism: Psychosocial Roots, Consequences, and Interventions* (11-48). Washington, DC: American Psychological Association.
- Martens, W. H. J. (2004). Terrorist with Antisocial Personality Disorder. *Journal of Forensic Psychology Practice*, 4, 45-56.
- Marx, K. (2008). *O Capital*. Porto: Civilização Editora
- Mastors, E. (2015). The Psychology of Terrorism. In P.V. Fellman, Y. Bar-Yam, & A.A.Minai (Eds). *Conflict and Complexity: Understanding Complex Systems* (73-87). New York: Springer. doi: 10.1007/978-1-4939-1705-1_3
- Mazur, A. & Booth, A. (1998). Testosterone and dominance in men. *Behavioral And Brain Sciences*, 21, 353–397
- McCauley, C. (2002). Psychological issues in understanding terrorism and the response to terrorism. In C.E. Stout (Ed.) *The Psychology of Terrorism: Theoretical Understandings and Perspectives* (3-29). Westport, CT: Praeger Publishers.
- McCauley, C. R. & Segal, M. E. (1987). Social psychology of terrorists groups. C. Hendrick (Ed). *Review of Personality and Social Psychology* (231-356). Beverly Hills, CA: Sage.
- McCormick, G. H. (2003). Terrorist decision making. *Annual Review of Political Science*, 6,473-507.
- McDermott, R. (2007). Testosterone and Aggression in a Simulated Crisis Game. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 614, 15-33.
- Merari, A. (1991). Academic research and government policy on terrorism. *Terrorism and Political Violence*, 3, 88-102.
- Milgram, S. (1965). Some conditions of obedience and disobedience to authority. *Human Relations*, 18, 57-76.

- Miller, D. (2006) Propaganda and the ‘terror threat’ in the UK, in E. Poole & J. Richardson (Eds) *Muslims and the News Media*. London: I B Tauris.
- Moskalenko, S. & McCauley, C. (2011). The psychology of lone-wolf terrorism. *Counseling Psychology Quarterly*, 24, 115-126
- Monahan, J. & Skeem, J.L. (2014). The evolution of violence risk assessment. *CNS spectrums*, 5, 1-6. doi: 10.1017/S1092852914000145
- Narciso, R. (2000). *ARA – Acção Revolucionária Armada: A história secreta do braço armado do PCP*. Lisboa: Dom Quixote.
- Narvaes, R. & Almeida, R. (2014). Aggressive behavior and three neurotransmitters: dopamine, GABA, and serotonin—a review of the last 10 years. *Psychology & Neuroscience*, 7, 601-607.
- Nascimento, J. (2002). *O Terrorismo e seus Intérpretes: Uma Abordagem Psicossocial*. Lisboa: Hugin Editores, Lda.
- Nicolas, S. (2002). *Histoire de la Psychologie Française: Naissance d'une Nouvelle Science*. Paris: In Press (Coll. Psycho).
- Nietzsche, F. (2010). *Assim Falava Zaratustra*. Lisboa: Guimarães Editores
- Olechowicz, K. & Matusitz, J. (2013). The Motivations of Islamic Martyrs: Applying the Collective Effort Model. *Current Psychology*, 32, 338-347.
- Olsson, P. A. (1988). The terrorist and the terrorized: Some psychoanalytic consideration. *Journal of Psychohistory*, 16, 47-60.
- Oots, K. & Wiegele, T.H. (1985). Terrorist and Victim: Psychiatric and Physiological Approaches. *Terrorism: An International Journal*, 8, 1-32.
- O’Rourke, S. (2006). *Global Reach: Terrorists and the Internet*. Australian Information Warfare and Security. Edith Cowan University
- Parry, A. (1976). *Terrorism: From Robespierre to Arafat*. New York: Vanguard Press.

- Partido Revolucionário do Proletariado. (1975). *Manifesto contra a guerra civil: Insurreição armada/PRP*. Lisboa: PRP
- Pearce, K. (1977). Police negotiations. *Canadian Psychiatric Association Journal*, 22, 171-174.
- Pearlstein, R.M. (1991). *The Mind of the Political Terrorist*. Wilmington, DE, US: Scholarly Resources.
- Pedahzur, A., Perliger, A., & Weinberg, L. (2003). Altruism and fatalism: The characteristics of Palestinian suicide terrorists. *Deviant Behavior*, 24, 405-423.
- Piccione, R. (2013). An Old Debate but Still Alive, Fruitful and Able to Renew Itself: The Language in Psychology Between the Particular and the Universal. Book Review of “Making Sense of Infinite Uniqueness: The Emerging System of Idiographic Science”. *Europe's Journal of Psychology*, 9, doi:10.5964/ejop.v9i4.689.
- Pimentel, I., Madeira, J., & Farinha, L. (2007). *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Platão (2001). *A República*. 9ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Popper, K. (1993). *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix.
- Post, J. M., Ruby, K. G., & Shaw, E.D. (2002). The radical group in context: An integrated framework for the analysis of group risk for terrorism. *Studies in Conflict & Terrorism*, 25, 73-100.
- Post, J., Sprinzak, E., & Denny, L. (2003). The terrorists in their own words: Interviews with 35 incarcerated middle eastern terrorists. *Terrorism and Political Violence*, 15, 171-184.
- Post, J.M. (1984). Notes on a psychodynamic theory of terrorist behavior. *Terrorism*, 7, 241-256.
- Post, J.M. (1987). “It’s us against them”: the group dynamics of political terrorism. *Terrorism*, 10, 23-35.

- Post, J.M. (1989) Group and organizational dynamics of political terrorism: Implications for counterterrorist policy. P. Wilkinson & A. M. Stewart (Eds). *Contemporary Research on Terrorism* (307-317). Aberdeen: Aberdeen University Press.
- Post, J.M. (1990). Terrorist psycho-logic: terrorist behavior as a product of psychological forces. In W. Reich (Ed.) *Origins of Terrorism: Psychologies, Ideologies, Theologies, States of Mind* (25-40). New York: Cambridge University press.
- Post, J.M. (2004). *Leaders and their Followers in a Dangerous World: The Psychology of Political Behavior*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Postmes, T. & Spears, R. (1998). Deindividuation and anti-normative behavior: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 123, 238-259.
- Prentice-Dunn, S. & Rogers, R. (1982). Effects of Public and Private Self-Awareness on Deindividuation and Aggression. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39, 104-113.
- Quintino-Aires, J. (2009). *Personality Development, Security and Combating Terrorism*. Fifth International Conference Scientific Issues in Security and Combating Terrorism. Moscow, October 29 – 31.
- Rapoport, D.C. (1984). Fear and Trembling: Terrorism in Three Religious Traditions. *American Political Science Review*, 78, 655-77.
- Raymond, S.G. (1993). *Crimes de Sang et Faits de Violence*. Paris: Journal des Psychologues
- Reich, W. (1990). Understanding terrorist behavior: the limits and opportunities of psychological inquiry. In W. Reich (Ed.) *Origins of Terrorism: Psychologies, Ideologies, Theologies, States of Mind* (261-279). New York: Cambridge University Press.
- Reinisch, J.M (1981) Prenatal exposure to synthetic progestins increases potential for aggression in humans. *Science*, 211, 1171--1173.

- Richards, A. (2014). Conceptualizing Terrorism. *Studies in Conflict and Terrorism*, 37, 213-236.
- Richardson, L. (Ed). (2006). *The Roots of Terrorism*. UK: Taylor and Francis
- Roberts, K. (2015). Social Psychology and the investigation of terrorism. In J. Pearse (Ed). *Investigating Terrorism: Current Political, Legal and Psychological Issues*. (202-213). USA: John Wiley and Sons, Ltd
- Robbins, J.S. (2014). The Islamic State now as big a threat as al Qaeda ever was. *USA Today*. <http://www.usatoday.com/story/opinion/2014/08/05/al-qaeda-islamic-state-is-isis-obama-column/13622585/> acedido da web em 2 de maio de 2015
- Rokeach, M. (1979). *Understanding Human Values: Individual and Societal*. New York: Free Press.
- Ruby, Ch. (2002). Are terrorists mentally deranged? *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 2, 15-26.
- Russell, C. A. & Miller, B. H. (1983). Profile of a terrorist. In Freedman, L. Z & Alexander, Y, (Eds.) *Perspectives on Terrorism*. (33-41). Wilmington, Delaware: Scholarly Resources.
- Sageman, M. (2004). *Understanding Terror Networks*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Saleem, M. & Anderson, C. (2013). Arabs as terrorists: Effects of stereotypes within violent contexts on attitudes, perceptions, and affect. *Psychology of Violence*, 3, 84-99.
- Salib, E. (2003). Suicide terrorism: A case of folie a plusieurs? *British Journal of Psychiatry*, 182, 475-476.
- Salvator, S. & Valsiner, J. (2010). Between the General and the Unique. Overcoming the Nomothetic versus Idiographic Opposition. *Theory & Psychology*, 20, 817-833
- Santo Agostinho (2006). *A Cidade de Deus*. Vol I. 4ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

- Santo Tomás de Aquino (2010). *Suma Teologica II*. Madrid: Catolica B.A.C.
- Sarraj, E. (2002). Why We Blow Ourselves Up. *Time Magazine*, 159, 35-42.
- Satterfield, J.M. (1998). Cognitive-affective states predict military and political aggression and risk taking: A content analysis of Churchill, Hitler, Roosevelt, and Stalin. *Journal of Conflict Resolution*, 42, 667-690.
- Schmid, A. (1983). *Political Terrorism: A Research Guide to the Concepts, Theories, Databases and Literature*. Amsterdam, the Netherlands: SWIDOC
- Schmid, A. (2004). 'Terrorism: The definitional problem', Case Western Reserve. *Journal of International Law*, 36, 375-384
- Schmid, A. P., & Jongman, A. J. (1984). *Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories, and Literature*. New Brunswick. NJ: Transaction Books.
- Schultz, R. (1980). Conceptualizing political terrorism-a typology. In A. D. Buckley and D. D. Olson (Ed). *International Terrorism: Current Research and Future Directions*, (9-15). Wayne, NJ: Avery.
- Serra, J. (1999). *As Explosões que Abalaram o Fascismo: O que foi a ARA*. Lisboa: Edições Avante.
- Shaw, E.D. (1986). Political Terrorists: Dangers of Diagnosis and an Alternative to the Psychopathology Model. *International Journal of Law and Psychiatry*, 8, 359-368.
- Sidanius, J. (1985). Cognitive functioning and sociopolitical ideology revisited. *Political Psychology*, 6, 637-661.
- Siever, L.J. (2008). Neurobiology of aggression and violence. *American Journal of Psychiatry*, 165, 429-442.
- Silke, A. (1998). Cheshire-Cat logic: The recurring theme of terrorist abnormality in psychological research. *Psychology, Crime & Law*, 4, 51-69.

- Silke, A. (2001). The devil you know: Continuing problems with research on terrorism. *Terrorism and Political Violence*, 13, 1-14.
- Silke, A. (2003). The psychology of suicidal terrorism. In A. Silke, (Ed.) *Terrorist, Victims, and Society: Psychological Perspectives on Terrorism and its Consequence* (93-108). London: John Wiley.
- Silva, R. & Machado, C. (2012). *O envolvimento na luta armada política em Portugal: A perspectiva dos seus actores. Análise Psicológica [online]*, 30, 193-213
- Skinner, B. (1966). The Phylogeny and Ontogeny of Behavior. *Science*, 153, 1205-1213. doi: 10.1126/science.153.3741.1205
- Skitka, L. J. & Mullen, E. (2002). The dark side of moral conviction. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 2, 35-41.
- Sosis, A. & Alcorta, C.S. (2008). Militants and Martyrs: Evolutionary Perspectives on Religion and Terrorism. Rafe Sagarin & Terrence Taylor, Eds. *Natural Security: A Darwinian Approach to a Dangerous World*. Berkeley: University of California Press.
- Sprinzak, E. (Sept/Oct, 2001). *Rational Fanatics. Foreign Policy*. (111).
- Strentz, T. (1981). The terrorist organizational profile: A psychological role model. In Y. Alexander & J. M. Gleason (Eds). *Behavioral and Quantitative Perspectives on Terrorism* (86-104). New York: Pergamon.
- Tajfel, H. (1982). *Social Identity and Intergroup Behavior*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Taylor, D. M. & Louis, W. (2004). Terrorism and the quest for identity. F. M. Moghaddam, e A. J. Marsella (eds.) *Understanding Terrorism: Psychosocial Roots, Consequences, and Interventions* (169-185). Washington DC: American Psychological Association.
- Taylor, M. & Horgan, J. (2001). The psychological and behavioural bases of Islamic fundamentalism. *Terrorism and Political Violence*, 13, 37-71.

- Taylor, M. & Quayle, E. (1994). *Terrorist Lives*. London: Brassey's.
- Taylor, M. (1991). *The Fanatics: A Behavioral Approach to Political Violence*. London: Brassey's.
- Thomae, H. (1999). The nomothetic-idiographic issue: Some roots and recent trends. *International Journal of Group Tensions*, 28, 187–215
- Trotsky, L. (2009). *Questões do modo de vida/ A moral deles e a nossa*. São Paulo: Sunderman
- Turco, R.M. (1987). Psychiatric contributions to the understanding of international terrorism. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 31, 153-161.
- Turk, A.T. (2004). Sociology of Terrorism. *Annual Review of Sociology*, 30, 271-286.
- Vegar, J. (2007) O Encaixe das Rodas Dentadas. A investigação do terrorismo jihadista em Portugal. *Sociologia Problemas e Práticas*, 54, 163-181.
- Ventura, J. (1999). Motivação e identidade psicossocial na afiliação terrorista: Da violência política à guerra psicológica. In R. A. Gonçalves (Ed.), *Crimes, Práticas e Testemunhos*. Braga: Universidade do Minho.
- Ventura, J., & Nascimento, J. (2001). Violência, Terrorismo e Psicologia: Uma abordagem exploratória. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 4, 633-698.
- Victoroff, J. (2005). The mind of the terrorist: A review and critique of psychological approaches. *The Journal of Conflict Resolution*, 49, 3-42.
- Virkkunen, M., Goldman, D., Nielsen, D.A., & Linnoila, M. (1995). Low brain serotonin turnover rate (low CSF 5-HIAA) and impulsive violence. *Journal of Psychiatry & Neuroscience*, 20, 271-275.
- Vigotsky, L.S. (1998) *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotsky, L.S. (1996). *A Formação Social da Mente*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

- Wasmund, K. (1986). The political socialization of West German terrorists. In P. H. Merkl (Ed). *Political Violence and Terror: Motifs and Motivations*. Berkeley: University of California Press.
- Weatherston, D. & Moran, J. (2003). Terrorism and mental illness: Is there a relationship? *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47, 698-713
- Weimann, G. (2014). *New Terrorism and New Media*. Washington, DC: Commons Lab of the Woodrow Wilson International Center for Scholars.
- Weinberg, L. & Eubank, W.L. (1994). Cultural differences in the behavior of terrorists. *Terrorism and Political Violence*, 6, 1-28.
- Whitaker, B. (1972). *The Fourth World: Victims of Group Oppression: Eight Reports from the Field Work of the Minority Rights Group*. New York: Schocken
- Windelband, W. (1894/1998) History and natural science. *Theory & Psychology*, 8, 5–22.
- Witteborn, S. (2007). The situated expression of Arab collective identities in the United States. *Journal of Communication*, 57, 556-575.
- Zinchenko, Y. (2009). Mass media as an effective tool for prevention on socio-psychological factors in the development of terrorism. In Y. Zinchenko e V. Petronko (Eds.) *Psychology in Russia: State of the Art*. (459-476) Moscow: Russian Psychological Society.
- Zulawski, D.E. & Wicklander, D.E. (1993). *Practical Aspects of Interview and Interrogation*. New York: Elsevier.